# EDP - Energias do Brasil S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

### MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

O ano 2014 constituiu-se, desde o início, como muito desafiador. Devido à baixa hidrologia, que determinou uma subida do preço da energia no curto prazo, e à situação de subcontratação das empresas de Distribuição, decorrente da Medida Provisória 579, os nossos negócios de Geração e Distribuição foram fortemente impactados nos seus fluxos esperados de caixa.

Esta situação exigiu uma atuação proativa na gestão dos riscos, que permitiu mitigar parcialmente os impactos impostos pelo cenário energético desfavorável, e que evidenciou a resiliência e a capacidade de reação da Companhia.

Consideramos que em 2014 foram dados passos relevantes no aperfeiçoamento do quadro regulatório, para o qual a EDP contribuiu ativamente, na organização e governança da Empresa, na entrega dos compromissos de investimento, na otimização da estrutura de custos e no desenvolvimento de novas fontes de receita.

Em face desse contexto desafiador, definimos 5 prioridades principais para o ano de 2014:

• Cenário energético e regulatório: acompanhar e monitorar a evolução do cenário energético e estabelecer o planejamento de contingência adequado; contribuir para a evolução do quadro regulatório (mais de 65% dos déficits tarifários cobertos por recursos extra-tarifários e reajustes tarifários superiores a 20% em ambas as Distribuidoras);

• Custo e caixa: prosseguir a otimização da estrutura de custos da Empresa (redução do PMSO em 3% nominais face a 2013) e assegurar uma gestão de caixa prudente (concretização de 10 operações de financiamento no valor global de R$ 2,4 bilhões);

• Crescimento: concretizar o plano de investimentos, nomeadamente as três usinas hidrelétricas em construção, dentro do prazo e do orçamento (antecipação de 3,5 meses da entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari) e potencializar o crescimento orgânico da base de clientes (aumento de 100 mil clientes na Distribuição);

• Cliente: continuar a melhoria dos níveis de satisfação dos nossos Clientes (ambas as Distribuidoras com níveis de satisfação de Clientes acima de 80% e de 90% na Comercializadora), reforçar a oferta de serviços de energia (lançamento da EDP Grid);

• Central térmica: consolidar a performance operacional e financeira da UTE Pecém I (índice de disponibilidade operacional de 97% em Dezembro, após substituição do gerador da Unidade 1, que parou durante 3 meses).

Para além destas 5 prioridades, diretamente relacionadas com o negócio, foi também incluído na Agenda Estratégica de 2014 o foco na melhoria do Clima Organizacional e da Cotação da Ação (desvalorização de 12,5%).

No ano de 2014, foi reforçado o nosso foco no desenvolvimento do capital humano. Lançamos um projeto que visa consolidar a cultura organizacional (Cultura EDP), integrando e valorizando toda a diversidade que compõe o nosso Grupo atualmente. Foi neste contexto, que mantivemos nosso compromisso com os Dez Princípios do Pacto Global, assumindo práticas alinhadas nos temas de direitos humanos, relações de trabalho, preservação ambiental e anticorrupção.

Decidimos concentrar o nosso foco estratégico nos segmentos de Geração nos quais a Companhia detém competências distintivas. Definimos que a EDP se posicionará como um Operador Hidrotérmico de referência, e decidimos consequentemente alienar a nossa participação minoritária que detínhamos na EDP Renováveis Brasil.

Adicionalmente, efetuamos o anúncio da compra dos 50% adicionais da UTE Pecém I[1], que foi um movimento concatenado com a alienação da participação na EDP Renováveis Brasil. É uma decisão estratégica para ampliarmos a nossa presença na energia térmica, fonte essencial para a segurança energética do País.

Terminamos o ano com o melhor registro histórico dos indicadores econômico-financeiros (EBITDA e Lucro Líquido). O EBITDA alcançou R$ 1,9 bilhão e o Lucro Líquido atingiu R$ 743 milhões. Este desempenho do EBITDA reflete também a venda à China Three Gorges de 50% da participação da EDP nas três usinas hidrelétricas em construção por R$ 420 milhões, bem como, o registro dos ativos regulatórios no valor de R$ 601,5 milhões.

Neste momento de balanço do ano, não podemos também deixar de destacar e reconhecer a importante contribuição de toda a Equipe EDP, constituída pelos seus Gestores e Colaboradores, cujo esforço e dedicação foram determinantes para os resultados alcançados este ano.

Uma palavra de agradecimento aos nossos Acionistas e Investidores pela confiança depositada e aos nossos Parceiros de Negócio pela estreita e proveitosa cooperação.

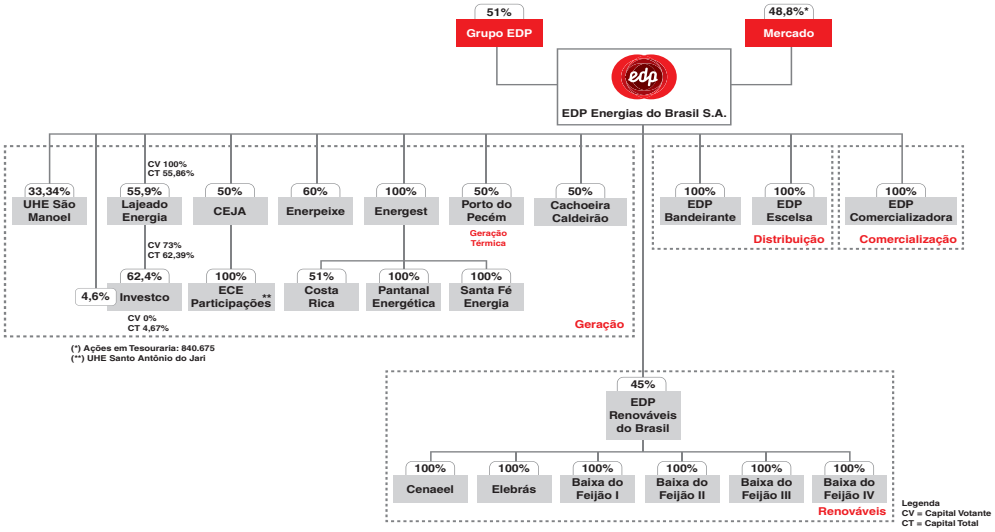
O ano de 2015 começou com um contexto igualmente adverso. O cenário hidrológico persiste desfavorável. A Companhia estabeleceu, ainda em 2014, um Plano de Contingência para lidar com o referido cenário energético. Durante 2015 pretendemos prosseguir na implementação das Prioridades Estratégicas aprovadas pelo Conselho de Administração, visando a consolidação da posição competitiva da EDP no setor elétrico brasileiro.

Continuaremos a privilegiar a ética, competência e profissionalismo, buscando sempre a excelência em tudo o que fazemos, em especial nas relações com os nossos Clientes, Acionistas, Parceiros e demais partes interessadas.

**Miguel Setas**
**Diretor Presidente da EDP Energias do Brasil**

1 A operação ainda se encontra em aprovação dos credores da Eneva.

### ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO




A EDP Energias do Brasil é uma *holding* que detém investimentos nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. No segmento de geração controla as operações de empreendimentos de fonte convencional (Usinas Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas e Usina Termelétrica) e renovável (Usinas Eólicas) com presença em dez estados do País (Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Ceará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, Amapá e Rio Grande do Norte). No segmento de distribuição, atua em dois Estados (São Paulo e Espírito Santo). No segmento de comercialização, negocia contratos de compra e venda de energia com clientes distribuídos em todo território nacional.

### ALTERAÇÕES DE NATUREZA SOCIETÁRIA EM 2014

Em 27 de junho, a EDP Energias do Brasil concluiu a venda de 50% das participações detidas pela EDP nos empreendimentos Centrais Hídricas Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão para a CWEI (Brasil) Participações Ltda., subsidiária da China Three Gorges Corporation (CTG), bem como a assinatura dos respectivos acordos de acionistas dos empreendimentos, em vista da verificação das condições precedentes ao fechamento das transações. O valor total das Operações, pago nesta data pela CWEI à EDP, foi de R$420,6 milhões, sendo R$420,2 milhões relativos à venda de 50% da participação detida pela EDP no empreendimento Centrais Hídricas Santo Antônio do Jari e R$0,4 milhão relativo à venda de 50% da participação detida pela EDP no empreendimento Cachoeira Caldeirão.

Em 11 de novembro, a EDP Energias do Brasil concluiu a transação relativa à alienação de 50% da sua participação de 66,67% na Empresa de Energia São Manoel S.A. para a CWEI (Brasil) Participações Ltda., subsidiária da China Three Gorges Corporation (CTG), bem como assina o respectivo acordo de acionistas do Empreendimento.

Em 27 de novembro, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento ("MoU") com a EDP Renováveis S.A. ("EDPR") para a aquisição pela EDPR dos 45% do capital total e votante da EDP Renováveis Brasil detido pela EDP Brasil. Atualmente, a EDP Renováveis Brasil opera 84 MW de energia eólica e 236 MW em projetos eólicos em construção com contratos (PPAs) de longo prazo concedidos em leilões de 2011 e 2013. O preço de compra será certificado por um parecer independente emitido por uma instituição financeira. Adicionalmente, em 29 de dezembro, a Companhia comunicou que a EDP Renováveis Brasil assinou um acordo com a CWEI Brasil para vender a participação acionária de 49% nos parques eólicos em operação e em construção no Brasil. A CWEI Brasil espera investir R$364,8 milhões, incluindo aportes de capital estimados em R$100,8 milhões nos projetos em desenvolvimento. A conclusão de ambas as transações está sujeita à aprovação prévia das autoridades regulatórias, além de outras medidas de natureza societária e contratual e está prevista para ocorrer até o final do primeiro semestre de 2015.

Em 9 de dezembro, a EDP Energias do Brasil assinou um Acordo de Compra de Ações com a Eneva S.A., com o objetivo de adquirir 50% do capital total e votante de Porto do Pecém Geração de Energia S.A. detido pela Eneva, incluindo mútuos e Créditos de Carvão e Energia. A conclusão da Transação está sujeita à aprovação prévia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e outras medidas de natureza societária e contratual necessárias para a eficácia da transferência do capital.

### Cenário Macroeconômico e o Setor de Energia Elétrica

O ano de 2014 foi marcado pela Copa do Mundo, pelas eleições e pelo ambiente econômico em ritmo lento. De janeiro a setembro de 2014, o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil avançou 0,2%[2] em relação ao mesmo período do ano anterior.

As desacelerações da indústria e do investimento (-1,4% e -7,4%, respectivamente, de janeiro a setembro 2014, frente ao mesmo período de 2013) impactaram negativamente a economia. A crise em importantes parceiros comerciais, a queda no preço das commodities e uma política monetária mais restrita para conter a inflação, foram alguns dos fatores que pressionaram a indústria.

Nos nove primeiros meses de 2014, a balança comercial[3] brasileira registrou déficit de US$ 695 milhões. Mesmo assim, o saldo deste ano melhorou em relação ao mesmo período de 2013, quando foi registrado um déficit (importações maiores do que exportações) de US$ 1,76 bilhão. As exportações somaram US$ 173,63 bilhões, queda de 2,2% sobre o mesmo período do ano passado. Destacou-se, o recuo das exportações para Argentina (-26,1% ante igual período de 2013) que respondem por cerca de 10% do volume total. As importações, por sua vez, totalizaram US$ 174,32 bilhões, queda de 2,8% em relação ao mesmo período de 2013.

No mesmo período, a produção industrial registrou recuo de 2,9%, sendo a principal contribuição negativa observada no setor de veículos automotores (-18,1%).

De outro lado, contribuições positivas no PIB foram dadas pelo consumo das famílias (+1,2%) e pelo setor de serviços (+0,9%)[2], impulsionados pelos eventos esportivos e políticos, pelo baixo nível de desemprego (6,9%)[4] e pelos ganhos reais na renda (2,7%)[5].

O comércio varejista do Brasil cresceu 2,6%[6], em relação ao mesmo período de 2013. Já o setor de serviços registrou crescimento nominal de 6,6%[7], na mesma comparação. Observa-se que até setembro de 2014, em todo Brasil, a área locável em Shopping Centers[8] teve um acréscimo de cerca de 300 mil m², e a expectativa é de que este montante seja de aproximadamente 700 mil m² no final de 2014.

O mercado de energia elétrica no Brasil refletiu a dinâmica da economia. Em 2014, o consumo total de energia no Brasil atingiu 473.395 GWh, 2,2% acima de 2013. O setor industrial, com 178.055 GWh, recuou 3,6%. Em contrapartida as classes residencial (132.049 GWh) e comercial (89.819 GWh) avançaram 5,7% e 7,3%, respectivamente.

### CENÁRIO HIDROLÓGICO

O ano de 2014 foi um ano desafiador para o cenário hidrológico do Brasil. Os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste, que respondem por cerca de 70% da capacidade de armazenamento do país, mantiveram-se abaixo de níveis históricos ao longo de todo ano e alcançaram 19,36% em 31 de dezembro de 2014, abaixo do registrado em 2001, quando o Brasil enfrentou racionamento de energia.

Todas as usinas termelétricas disponíveis no sistema foram despachadas, o preço da energia no mercado à vista atingiu o valor máximo, R$822,83/MWh em grande parte do ano e o GSF - Generating Scaling Factor - fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas, ficou em 90,6%, fazendo com que as geradoras comprassem energia na CCEE a elevados preços para cumprimento dos seus compromissos contratuais. Os fatores acima mencionados fizeram com que o setor elétrico passasse por um dos seus anos mais desafiadores ocasionando em mudanças relevantes para 2015.

### AMBIENTE REGULATÓRIO

**Alterações Regulatórias**

O ano de 2014 foi marcado por diversas alterações regulatórias. Dado a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, com a intenção de reduzir a tarifa de energia elétrica em 20%, e posteriormente convertida na Lei 12.783/2013, as consequências foram observadas no decorrer dos anos de 2013 e 2014.

Os mecanismos disponíveis ao longo do ano de 2013, em especial a distribuição das cotas de usinas que anteciparam a renovação de suas concessões, precisaram ser estendidos a 2014 de modo a evitar um risco de exposição involuntária por parte das distribuidoras. Diante deste cenário, em 07 de março de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.203/2014, autorizando o repasse de recursos financeiros da CDE para o pagamento de custos da exposição ao Mercado de Curto Prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no mês de janeiro de 2014.

Com o aumento dos custos e a exposição involuntária das distribuidoras, impactados pelo elevado PLD verificado, o governo anunciou no dia 13 de março de 2014 medidas de apoio ao setor elétrico nacional: i) Aporte financeiro adicional do Tesouro Nacional na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) no valor de R$4 bilhões; ii) Realização de Leilão de Energia Existente do Ano "A", com entrega da energia já no ano de 2014, realizado em abril e início de suprimento a partir de 1º de maio.

Adicionalmente, em 1º de abril de 2014, o Decreto 8.221/2014 encarregou a CCEE de criar e administrar a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, destinada a cobrir, de fevereiro a dezembro de 2014, os custos que excedam a cobertura tarifária relativa i) à exposição contratual involuntária e ii) ao despacho termoelétrico relativo aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D.

Em 25 de abril de 2014, a CCEE firmou contratos com alguns bancos para financiar R$11,2 bilhões para a Conta-ACR, a fim de cobrir desembolsos das distribuidoras de energia elétrica com a exposição ao Mercado de Curto Prazo e o despacho de térmicas. Em agosto de 2014, foi aprovado um novo empréstimo, no valor total de R$6,5 bilhões. O saldo da Conta-ACR mostrou-se insuficiente para cobrir os déficits da contabilização de novembro e dezembro, forçando a ANEEL a postergar a liquidação destes meses, enquanto viabiliza novos recursos para cobrir estes sobrecustos.

Já em maio de 2014, a ANEEL estabeleceu critérios para a finalidade dos excedentes de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER por meio da Resolução Normativa nº 613/2014, que passou a ser destinada às distribuidoras com o intuito de reduzir o déficit tarifário. A Conta de Energia de Reserva - CONER é uma conta específica administrada pela CCEE para realização de operações associadas à contratação e uso de energia de reserva. O encargo é pago por consumidores livres e residenciais e financia a geração de energia por eólicas, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) durante o ano todo. A energia de reserva é contratada pelo preço de leilão, mas é liquidada pelo preço do mercado spot (PLD). Quando o PLD está baixo, o consumidor tem que pagar essa diferença, mas quando o PLD está elevado, o consumidor ganha um crédito que é repassado pela distribuidora via tarifa. Em 2014 as distribuidoras da EDP Energias do Brasil receberam R$98,8 milhões de ressarcimento da CONER, sendo R$56,2 milhões na EDP Bandeirante e R$42,6 milhões na EDP Escelsa.

Os recursos provenientes ao longo de 2014 para a EDP Bandeirante e EDP Escelsa estão detalhados na tabela abaixo:

| em R$mil | 1T14 | 2T14 | 3T14 | 4T14 | 2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| **EDP Bandeirante** | 122.110 | 81.630 | 73.386 | 32.357 | 309.483 |
| CDE | - | - | - | - | - |
| CONER | 122.110 | 81.630 | 73.386 | 32.357 | 309.483 |
| **EDP Escelsa** | 279.381 | 107.600 | 200.458 | 39.914 | 627.353 |
| CDE | 31.008 | - | - | - | 31.008 |
| Conta-ACR (CCEE) | 248.373 | 107.600 | 200.458 | 39.914 | 596.345 |
| **Total** | **401.490** | **189.230** | **273.844** | **72.271** | **936.836** |

***Nota: A Conta-ACR já contempla o ressarcimento da CONER***

Em 25 de novembro, a ANEEL aditou os Contratos de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica com o objetivo de reduzir as incertezas quanto ao reconhecimento e a realização /amortização dos ativos e passivos regulatórios e consequentemente, qualificá-los como passíveis de reconhecimento nas Demonstrações Financeiras. Após o aditamento, o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu, em 28 de novembro, o OCPC 08 considerando não mais haver incertezas significativas que sejam impeditivas para o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios.

Em 10 de dezembro, a Companhia assinou o Termo Aditivo do Contrato de Concessão junto a Aneel. Esta alteração proporcionou o registro de R$601,5 milhões no balanço societário (R$351,5 milhões na EDP Bandeirante e R$250,0 milhões na EDP Escelsa), sendo R$599,4 milhões na Receita Operacional e R$2,1 milhões no Resultado Financeiro.

2) Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Contas Nacionais
3) Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. Secretaria de Comércio Exterior
4) Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Média dos três primeiros trimestres 2014
5) Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. Variação média jan a set/14, em relação ao mesmo período de 2013
6) Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio
7) Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços
8) Fonte: Associação Brasileira de Shopping Centers - ABRASC



continua...

## REVISÕES TARIFÁRIAS E REAJUSTES TARIFÁRIOS

O reajuste tarifário anual médio concedido à concessionária EDP Escelsa foi de 26,54%, reposicionando as tarifas para o período de 07 de agosto de 2014 a 06 de agosto de 2015. Deste percentual, 19,61% referem-se ao reajuste econômico e 6,93% referem-se a componentes financeiros.

O reajuste tarifário anual médio concedido à concessionária EDP Bandeirante foi de 22,34%, reposicionando as tarifas para o período de 23 de outubro de 2014 a 22 de outubro de 2015. Deste percentual, 15,05% referem-se ao reajuste econômico e 7,29% referem-se a componentes financeiros.

## LEILÕES

Em 2014, ocorreram cinco leilões no Ambiente Regulado: Leilão A-0 em 30 de abril, Leilão A-3 em 6 de junho, Leilão de Energia de Reserva em 31 de outubro, Leilão A-5 em 28 de novembro e o Leilão A-1 em 5 de dezembro.

O Leilão A-0 comercializou 2.046 MW médios de energia de empreendimentos de geração existentes para o período de 01 de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2019 ao preço médio de R$268,33/MWh. Este certame teve por objetivo atender a necessidade imediata de contratação de energia por parte das distribuidoras, porém não foi suficiente para zerar o déficit do setor. O atendimento da demanda deste leilão foi de aproximadamente 57%.

O Leilão A-3 comercializou 395,2 MW médios ao preço médio de R$126,18/MWh.

O Leilão de Energia de Reserva comercializou 535,3 MW médios ao preço médio de R$169,82/MWh. A fonte solar fotovoltaica iniciou sua participação nos leilões de energia para o mercado regulado com a venda de 202,1 MW médios distribuídos por 31 projetos que somam capacidade instalada de 889,6 MW e estão espalhados por 7 estados, com início de suprimento em 01 de outubro de 2017.

O Leilão A-5 comercializou 2.742,5 MW médios ao preço médio de R$196,11/MWh, viabilizando a adição de aproximadamente 5 GW a partir de 01 de janeiro de 2019.

O Leilão A-1 negociou 622 MW médios distribuídos nos Produtos Quantidade e Disponibilidade para o período de 3 anos (01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017), ao preço médio de R$197,09/MWh. O atendimento da demanda deste leilão foi de 21,5%.

Adicionalmente, em 15 de janeiro de 2015 foi realizado o 18º Leilão de Ajuste que negociou 271 MW médios no "Produto 3 meses", início de suprimento em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de março de 2015, ao preço médio de R$386,12/MWh e 1.834 MW médios no Produto 6 meses, início de suprimento em 01 de outubro de 2015 e término em 30 de junho de 2015, ao preço médio de R$387,13/MWh.

Abaixo segue a participação das distribuidoras da EDP Energias do Brasil nos leilões citados acima:

| | Distribuidora | Início de Suprimento | Total Negociado (MWm) | Preço Médio (R$/MWh) |
|---|---|---|---|---|
| 13 LEE - A0 | **BANDEIRANTE** | 01/05/2014 | 60,753 | 268,33 |
| | **ESCELSA** | 01/05/2014 | 5,140 | 268,33 |

| | Distribuidora | Início de Suprimento | Total Negociado (MWm) | Preço Médio (R$/MWh) |
|---|---|---|---|---|
| 14 LEE - A-1 | **BANDEIRANTE** | 01/01/2015 | 19,976 | 197,09 |

| | Distribuidora | Início de Suprimento | Total Negociado (MWm) | Preço Médio (R$/MWh) |
|---|---|---|---|---|
| 19 LEN - A-3 | **ESCELSA** | 01/01/2017 | 8,565 | 126,18 |

| | Distribuidora | Início de Suprimento | Total Negociado (MWm) | Preço Médio (R$/MWh) |
|---|---|---|---|---|
| 20 LEN - A-5 | **BANDEIRANTE** | 01/01/2019 | 50,078 | 196,11 |
| | **ESCELSA** | 01/01/2019 | 59,593 | 196,11 |

## ÁREAS DE NEGÓCIO*

(*) Os dados operacionais não foram auditados pelos Auditores Independentes.

## GERAÇÃO

O segmento de geração é o principal vetor estratégico para o crescimento dos negócios da EDP Energias do Brasil. A Companhia encerrou o ano de 2014 com capacidade instalada de 2.381 MW. O crescimento em relação aos 2.195 MW de capacidade instalada em 2013 deve-se à entrada em operação comercial da UHE Santo Antônio do Jari (186,7 MW, proporcional à participação de 50% da Companhia).

## UTE PECÉM I

No ano de 2014, a UTE Pecém I, parceria de 50%/50% com a Eneva S.A, (720 MW), contou com a operação integral das duas Unidades Geradoras, apresentando disponibilidade média de 76,4%, sendo que a UG01 apresentou disponibilidade de 62,2% e a UG02 de 90,0%.

A baixa disponibilidade da UG01 é resultado do desligamento da unidade em 25 de agosto. O desligamento em questão ocorreu devido à queima do estator do gerador promovendo a indisponibilidade não programada de 360 MW de geração. A causa raiz ainda está sendo investigada e as causas mais prováveis são defeito de fabricação ou projeto do equipamento. Para ganhar agilidade no retorno da unidade geradora, optou-se pela substituição do gerador por um gerador novo, disponível na fabrica da Siemens nos Estados Unidos. A UTE Pecém I possui seguro com cobertura de dano patrimonial e lucro cessante. A Usina acionou a apólice vigente, que prevê a possibilidade de ressarcimento de custos pela substituição de equipamentos, e também pela "interrupção de negócios" após o 60º dia. A operação da UG01 foi retomada no dia 20 de novembro.

A UTE Pecém I teve duas paradas programadas durante o ano de 2014, sendo a UG01 em janeiro e a UG02 em agosto.

Em 30 de setembro, a ANEEL aprovou o pleito da UTE Pecém I determinando que a CCEE[9] recalculasse os ressarcimentos devidos pela companhia desde o início da operação comercial de suas unidades geradoras, bem como a realização do encontro de contas entre os valores de ressarcimento pagos por indisponibilidade em base horária e determinou a mensuração com base na média móvel de 60 meses, resultando em um montante de R$252 milhões referente a 100% da Usina, cujo impacto no caixa ocorreu em novembro de 2014.

Conforme adoção do IFRS 11, CPC 19 (R2), os resultados da UTE Pecém I são contabilizados no resultado da Companhia em equivalência patrimonial. Abaixo o resultado do ano e as devidas explicações.

| PECÉM | | | |
|---|---|---|---|
| **Demonstrativo de Resultados (R$mil)** | **2014** | **2013** | **%** |
| **Receita operacional líquida** | **576.836** | **492.188** | **17,2** |
| **Gastos não gerenciáveis** | **(472.277)** | **(493.907)** | **-4,4** |
| **Margem Bruta** | **104.560** | **(1.719)** | **n.d.** |
| **Gastos gerenciáveis** | **(149.972)** | **(109.181)** | **37,4** |
| **EBITDA** | **22.992** | **(52.764)** | **n.d.** |
| **Margem EBITDA** | **4,0%** | **-10,7%** | **14,7 p.p.** |
| **Resultado financeiro líquido** | **(140.685)** | **(102.996)** | **36,6** |
| **LAIR** | **(186.097)** | **(213.896)** | **-13,0** |
| **IR e Contribuição social** | **67.972** | **72.725** | **-6,5** |
| **Lucro líquido** | **(118.125)** | **(141.171)** | **-16,3** |

*Valores correspondem a 50% da participação da EDP Energias do Brasil

A receita líquida aumentou 17,2% impactada por: (i) receita fixa, de acordo com o CCEAR; (ii) receita variável referente ao despacho das unidades geradoras; e (iii) receita referente a operação de compra e venda de energia reflexo da revisão do lastro da UTE conforme previsto nas Regras da Comercialização[10]. Os gastos não gerenciáveis foram impactos, principalmente, pela Energia Comprada para Revenda devido à revisão do lastro da Usina conforme previsto no contrato de concessão, além dos custos com insumos necessários para o despacho da usina.

Outro importante impacto foi a contabilização do pleito da UTE Pecém I pela ANEEL em 30 de setembro, referente ao ressarcimento por indisponibilidade para que a mesma fosse calculada pela média móvel dos 60 meses e que a CCEE recalculasse os ressarcimentos devidos, desde o início da operação comercial. O montante contabilizado totalizou R$125,9 milhões (R$117,5 milhões + R$8,5 milhões de atualização monetária), referente a 50% da participação da EDP Energias do Brasil.

Adicionalmente e com base no CPC 25, a UTE Pecém I contabilizou provisão de ressarcimento por indisponibilidade referente ao montante estimado da expectativa futura de ressarcimento, utilizando a média móvel de disponibilidade dos últimos 60 meses incorridos, no montante de R$130,2 milhões, referente a 50% da participação da EDP Energias do Brasil.

No ano, o EBITDA atingiu R$23,0 milhões, melhora de R$75,8 milhões, comparado ao EBITDA negativo de R$52,8 milhões em 2013.

O resultado liquido foi de -R$118,1 milhões, melhora de R$23,0 milhões, comparado ao prejuízo de R$141,2 milhões em 2013.

9) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

10) A revisão do lastro ocorre anualmente (em agosto) e está prevista nas Regras da Comercialização. Todo ano o ONS calcula o fator de abatimento do lastro de energia (FID) em função das indisponibilidades realizadas pela Usina no horizonte de 60 meses. Se as indisponibilidades são maiores que as declaradas em leilão, o FID será menor que 1 e portanto haverá um abatimento da garantia física, levando a Usina a comprar a diferença de energia no mercado livre. Este montante de energia é posteriormente liquidada na CCEE, neutralizando-se o efeito dessa compra no resultado da Usina.

## UHE SANTO ANTÔNIO DO JARÍ:

Em 2014, a UHE Santo Antônio do Jari entrou em operação comercial com antecedência em relação ao início do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) previsto para janeiro de 2015. A primeira unidade geradora, UG01, com 123,33 MW de capacidade instalada, entrou em operação no 3T14 e as demais unidades (UG02, UG03 e UG04) entraram em operação no 4T14, a UG02 e a UG03 com 123,33 MW cada e a UG04 com 3,4 MW. No ano, o EBITDA atingiu R$85,3 milhões e o lucro líquido, R$31,4 milhões.

A UHE Jari está localizada no rio Jari, nos Municípios de Laranjal do Jari (AP) e Almeirim (PA), com 373,4 MW de capacidade instalada e 217,7 MW médios de garantia física.

A ECE Participações S.A., detentora dos direitos de exploração da UHE Jari, pertence 50%/50% a EDP Energias do Brasil e a CWEI (Brasil) Participações Ltda., empresa integralmente pertencente à China Three Gorges Corporation (CTG).

| JARI | |
|---|---|
| **Demonstrativo de Resultados (R$mil)** | **2014** |
| Receita operacional líquida | **96.955** |
| Gastos não gerenciáveis | **(7.328)** |
| Margem Bruta | **89.627** |
| Gastos gerenciáveis | **(10.684)** |
| EBITDA | **85.345** |
| Resultado financeiro líquido | **(24.481)** |
| Lucro líquido | **31.430** |

*Valores correspondem a 50% da participação da EDP Energias do Brasil

## PROJETOS EM CONSTRUÇÃO

**UHE Cachoeira Caldeirão:** Em Leilão A-5 realizado pela ANEEL, em 14 de dezembro de 2012, a EDP Energias do Brasil obteve a concessão da Central Hídrica de Cachoeira Caldeirão (219 MW). Em 06 de Dezembro de 2013, a EDP Energias do Brasil comunicou a parceria de 50% com a CWEI (Brasil) Participações Ltda no empreendimento. A Usina está sendo construída no estado do Amapá, no rio Araguari, tendo iniciado suas obras em agosto de 2013. Ao final de 2014, a Usina tinha 68% da obra já realizada. A data de início dos PPAs é janeiro de 2017.

**UHE São Manoel:** Em Leilão A-5 realizado pela ANEEL, em 13 de dezembro de 2013, a EDP Energias do Brasil (33,3%), em parceria com Furnas S.A, (33,3%) obteve a concessão da Central Hídrica de São Manoel (700 MW). Em 07 de fevereiro de 2014, a EDP Energias do Brasil anunciou a parceria de 33,3% com a CWEI (Brasil) Participações Ltda no empreendimento, relativa a alienação de 50% da sua participação. A Usina está sendo construída na divisa dos estados do Mato Grosso e do Pará, no rio Teles Pires. A UHE São Manoel iniciou as obras em agosto de 2014. A data de início dos PPAs é maio de 2018 e a obra tem evoluído de acordo com o cronograma previsto.

**Parques Eólicos de Baixa do Feijão[11]:** A EDP Renováveis Brasil S.A., empresa em que a EDP Energias do Brasil detém 45% de participação, vendeu energia no Leilão A-5 em 20 de dezembro de 2011. O projeto com capacidade instalada de 120 MW é composto de quatro projetos de geração eólica: Baixa do Feijão I, II, III e IV, localizados no estado do Rio Grande do Norte. A data de início dos PPAs é janeiro de 2016 e a obra tem evoluído de acordo com o cronograma previsto.

**Parques Eólicos[11]** (Aroeira, Jericó, Umbuzeiros e Aventura I): A EDP Renováveis Brasil S.A., empresa em que a EDP Energias do Brasil detém 45% de participação, vendeu energia no Leilão A-5 em 13 de dezembro de 2013. O projeto com capacidade instalada total de 116 MW é composto por quatro projetos de geração eólica localizados no estado do Rio Grande do Norte. A data de início dos PPAs é janeiro de 2018 e a obra tem evoluído de acordo com o cronograma previsto.

## INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO*

No segmento de geração, o investimento realizado alcançou R$615,9 milhões em 2014, 11,8% superior a 2013 (R$550,9 milhões), principalmente, em função da construção das UHEs Santo Antônio do Jari (R$74,3 milhões), Cachoeira Caldeirão (R$251,2 milhões) e São Manoel (R$137,9 milhões).

| Investimentos (R$mil)* | 2014 | 2013 | Δ Anual (%) |
|---|---|---|---|
| Geração | 52.652 | 61.824 | -14,8% |
| Enerpeixe | 2.991 | 6.736 | -55,6% |
| Energest | 41.526 | 47.928 | -13,4% |
| Lajeado/Investco | 8.135 | 7.160 | 13,6% |
| UTE Pecem I | 99.819 | 127.343 | -21,6% |
| UHE Santo Antonio do Jari | 74.320 | 243.718 | -69,5% |
| UHE Cachoeira Caldeirão | 251.169 | 118.006 | 112,8% |
| UHE São Manoel | 137.909 | - | n.d. |
| **Total** | **615.868** | **550.890** | **11,8%** |

*Considera participação da EDP Energias do Brasil

## DISTRIBUIÇÃO

As atividades de distribuição são desenvolvidas por duas concessionárias que atendem cerca de 3,1 milhões de clientes em regiões que abrigam uma população total de aproximadamente 7,8 milhões de pessoas.

| Perfil das concessões | EDP Bandeirante | EDP Escelsa |
|---|---|---|
| **Estado** | São Paulo | Espírito Santo |
| **Municípios atendidos** | 28 | 70 |
| **Habitantes (milhões)** | 4,5 | 3,3 |
| **Clientes faturados (milhões)** | 1,7 | 1,4 |
| **Área de concessão (km²)** | 9.644 | 41.241 |
| **Energia distribuída (GWh)** | 15.452 | 10.992 |
| **Energia vendida a clientes finais - cativos (GWh)** | 9.586 | 6.316 |

## INVESTIMENTOS EM DISTRIBUIÇÃO

Os investimentos realizados em 2014 pela EDP Energias do Brasil em distribuição totalizaram R$425,5 milhões, com aumento de 3,7% em relação a 2013.

11 Participação da EDP Energias do Brasil na EDP Renováveis Brasil em processo de venda.

| Investimento (R$mil) | EDP Bandeirante | | EDP Escelsa | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Expansão do Sistema Elétrico | 126.539 | 97.322 | 144.527 | 126.347 | 271.066 | 223.669 |
| Melhoramento da Rede | 65.516 | 61.894 | 44.861 | 40.623 | 110.377 | 102.517 |
| Universalização | 13.477 | 13.857 | (4) | - | 13.473 | 13.857 |
| Telecom., Informática e Outros | 18.518 | 33.507 | 12.079 | 36.675 | 30.597 | 70.182 |
| **Sub Total (1)** | **224.051** | **206.580** | **201.463** | **203.645** | **425.513** | **410.225** |
| (-) Obrigações Especiais (3) | (45.407) | (15.563) | (19.313) | (13.822) | (64.720) | (29.385) |
| **Investimento Líquido** | **178.643** | **191.018** | **182.151** | **189.824** | **360.794** | **380.842** |
| Receitas de Ultrapassagem (2) | (34.523) | (37.799) | (20.905) | (8.389) | (55.428) | (46.188) |
| **Investimento Líquido** | **144.120** | **153.219** | **161.246** | **181.435** | **305.366** | **334.654** |

(1) Sub Total = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados

(2) Novas regras instituídas com os procedimentos para revisão tarifária relativas à receita de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente (PRORET 2.7) que reduz a Receita Operacional e quando do início do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o valor acumulado nessa subconta receberá o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

(3) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos.

## INDICADORES DE PERFORMANCE

Os indicadores de qualidade da prestação de serviços mantiveram-se dentro dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador. Na EDP Bandeirante, os indicadores de desempenho da qualidade do serviço evoluíram positivamente em linha com os níveis de excelência nacionais, resultado dos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva, obras de melhoria e inovação realizadas nos ativos do sistema elétrico de distribuição. Na EDP Escelsa, os indicadores apresentaram piora em relação ao ano anterior em consequência, principalmente, de duas interrupções originadas no sistema de suprimento à empresa, no 1º e 3º trimestres, impactando o DEC em 0,67, além de fortes e atípicos vendavais nos meses de setembro e outubro.

| Distribuidora | DEC *(horas)* | | Meta | FEC *(vezes)* | | Meta |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | Aneel (DEC) | 2014 | 2013 | Aneel (FEC) |
| **EDP Bandeirante** | 7,62 | 8,08 | 9,05 | 5,34 | 5,51 | 7,55 |
| **EDP Escelsa** | 10,37 | 9,67 | 10,38 | 6,45 | 5,78 | 8,11 |

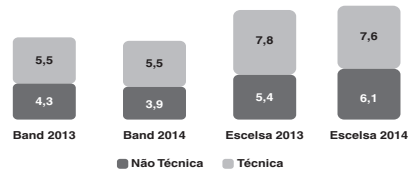
Nota: Meta ANEEL refere-se à 2014

*DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Cliente;*

*FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente;*

## PERDAS

Na EDP Bandeirante, as perdas totais apresentaram redução de 0,4 p.p. em relação ao ano anterior em função dos investimentos em rede realizados. Na EDP Escelsa, as perdas totais apresentaram aumento de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior em função de fortes e atípicos vendavais nos meses de setembro e outubro, ocorridos em dias concentrados e em locais dispersos.




Em 2014, a EDP Bandeirante e a EDP Escelsa desembolsaram R$61,4 milhões em programas de combate às perdas. Do total de recursos, R$35,9 milhões foram para investimentos operacionais (substituição de medidores, instalação de rede especial e telemedição) e R$25,5 milhões para despesas gerenciáveis (inspeções e retirada de ligações irregulares).

| Programa de Combate às Perdas (R$MM) | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| Investimentos Operacionais | 35,9 | 30,6 |
| Despesas Gerenciáveis | 25,5 | 29,1 |
| **Total** | **61,4** | **59,7** |

No ano, nossas concessionárias realizaram aproximadamente 193,3 mil inspeções, 9,8 mil regularizações de ligações clandestinas e foram retiradas 20,9 mil ligações irregulares que resultaram na recuperação de receitas de cerca de R$12,7 milhões.

## COMERCIALIZAÇÃO

A EDP Comercialização e Serviços de Energia S.A é responsável pelas atividades de comercialização de energia e prestação de serviços para o mercado livre, tanto dentro quanto fora das áreas de concessão das distribuidoras da EDP Energias do Brasil. A empresa encerrou 2014 com 149 clientes, aumento de 3% em comparação com o ano anterior.

O volume de energia comercializada totalizou 13.052 GWh, crescimento de 5,3% em comparação aos 12.391 GWh comercializados em 2013. Em 2014, a Comercializadora apresentou um incremento de 41,9% no EBITDA, que atingiu R$97,7 milhões.

O aumento do volume, ao longo de 2014, reflete a estratégia comercial da Companhia, a qual, aliada á estratégia de posicionamento long do portfólio de contratos durante todo o ano, beneficiando-se do elevado PLD e da alta volatilidade de preços no período, contribuiu para o significativo aumento de rentabilidade.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

| | Volume (MWh) | | Var. % | Clientes (unid.) | | Var. % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | 2014/2013 | 4T14 | 4T13 | 2014/2013 |
| **DISTRIBUIÇÃO** | | | | | | |
| Residencial | 5.868.954 | 5.598.705 | 4,8% | 2.685.327 | 2.591.756 | 3,6% |
| Industrial | 3.828.942 | 3.921.915 | -2,4% | 24.441 | 23.723 | 3,0% |
| Comercial | 3.733.049 | 3.470.109 | 7,6% | 237.438 | 230.301 | 3,1% |
| Rural | 812.920 | 777.086 | 4,6% | 178.752 | 173.716 | 2,9% |
| Outros | 1.658.420 | 1.623.886 | 2,1% | 24.920 | 24.984 | -0,3% |
| **Energia Vendida Clientes Finais** | **15.902.285** | **15.391.701** | **3,3%** | **3.150.878** | **3.044.480** | **3,5%** |
| Suprimento | 622.577 | 581.180 | 7,1% | 3 | 3 | 0,0% |
| Energia em trânsito (USD) | 9.903.421 | 9.891.797 | 0,1% | 248 | 239 | 3,8% |
| Clientes livres | 9.645.900 | 9.632.751 | 0,1% | 226 | 217 | 4,1% |
| Concessionárias | 257.521 | 259.046 | -0,6% | 3 | 3 | 0,0% |
| Uso geração | 0 | 0 | - | 19 | 19 | 0,0% |
| Consumo próprio | 14.838 | 15.457 | -4,0% | 374 | 359 | 4,2% |
| **Total Energia Distribuída** | **26.443.121** | **25.880.135** | **2,2%** | **3.151.503** | **3.045.081** | **3,5%** |

Notas:
Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público
USD = Uso do Sistema de Distribuição

**Energia vendida a clientes finais:** o crescimento de 3,3% do mercado cativo das distribuidoras em 2014 é resultado do desempenho das classes residencial, comercial e rural, influenciadas pelas condições climáticas-marcadas por muitos períodos quentes e secos, pela expansão no número de clientes e as condições favoráveis de renda e de emprego.
**Energia em trânsito (USD):** o resultado praticamente estável (+0,1%) do ano deve-se ao desempenho divergente do consumo livre, nas áreas de concessão das distribuidoras do grupo. Na EDP Bandeirante, o arrefecimento da produção física da indústria, com destaque para a cadeia de transporte, impactou o consumo livre que teve queda de 1,3%, em 2014. Já na EDP Escelsa, o consumo livre cresceu 2,2%, influenciado pela recuperação do setor de extrativismo mineral, que avançou 16,6% no ano. Em 2014, o mercado livre da EDP recebeu 12 clientes que migraram do mercado cativo e teve desligados 3 clientes.
**Na geração,** o volume de energia vendida em 2014 totalizou 8.260 GWh, 0,5% acima dos 8.216 GWh vendidos em 2013. Considerando o volume de energia vendida por disponibilidade da UTE Pecém I[12] e da UHE Jari[12] o volume de energia vendida atingiu 11.186 GWh, 2,5% superior ao ano de 2013 (10.910 GWh).
**Na comercialização,** o volume de energia comercializada alcançou 13.052 GWh em 2014, aumento de 5,3% em relação ao ano anterior (12.391 GWh), refletindo a estratégia comercial da Companhia, a qual combinou o atendimento ao cliente através de contratos de mais longo prazo e o incremento das oportunidades de operações de curto prazo junto a outros agentes.

## ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### CONSOLIDADO

| Demonstrativo de Resultados (R$ mil) | Consolidado 2014 | 2013 | % |
|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | **8.604.673** | **6.770.767** | **27,1** |
| Receita com construção da infraestrutura | **294.055** | **325.725** | **-9,7** |
| **Gastos não gerenciáveis** | **(6.062.073)** | **(4.157.261)** | **45,8** |
| Energia comprada para revenda | (6.634.429) | (4.394.665) | 51,0 |
| Ressarcimento CDE/CCEE/CONER | 1.035.590 | 594.739 | 74,1 |
| Encargos de uso do sistema | (401.728) | (309.583) | 29,8 |
| Outros | (61.506) | (47.752) | 28,8 |
| **Gastos gerenciáveis** | **(1.670.753)** | **(1.686.136)** | **-0,9** |
| **Total do PMSO** | **(962.926)** | **(991.130)** | **-2,8** |
| Pessoal | (377.516) | (373.212) | 1,2 |
| Material | (29.915) | (34.523) | -13,3 |
| Serviços de terceiros | (410.260) | (389.198) | 5,4 |
| Provisões | (53.137) | (102.278) | -48,0 |
| Outros | (92.098) | (91.919) | 0,2 |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens | (70.547) | 19.128 | n.d. |
| Valor justo do ativo financeiro indenizável | (2.967) | 14.193 | n.d. |
| Custo com construção da infraestrutura | (294.055) | (325.725) | -9,7 |
| **Ganho na alienação de investimento** | **408.416** | | **n.d.** |
| **EBITDA** | **1.914.576** | **1.655.697** | **15,6** |
| **Margem EBITDA** | 22,3% | 24,5% | **-2,2 p.p.** |
| Depreciação e amortização | (340.258) | (402.602) | -15,5 |
| **Resultado do serviço (EBIT)** | **1.574.318** | **1.253.095** | **25,6** |
| **Resultado das participações societárias** | (71.449) | (140.427) | -49,1 |
| **Resultado financeiro líquido** | **(315.989)** | **(299.059)** | **5,7** |
| **LAIR** | **1.186.880** | **813.609** | **45,9** |
| **IR e Contribuição social** | **(348.519)** | **(259.519)** | **34,3** |
| **Lucro líquido antes de minoritários** | **838.361** | **554.090** | **51,3** |
| Atribuível aos acionistas não controladores | (94.859) | (178.322) | -46,8 |
| **Lucro líquido** | **743.502** | **375.768** | **97,9** |

**• Receita Operacional Líquida**
Em 2014, a receita operacional líquida atingiu R$8.898,7 milhões, 25,4% superior em relação ao ano anterior. Excluindo a receita de construção, a receita operacional líquida totalizou R$8.604,7 milhões, 27,1% superior ao ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita líquida foram:
√ Aumento de 3,3% no volume de energia vendida a clientes finais;
√ Aumento das tarifas de energia das distribuidoras conforme reajustes tarifários anuais (EDP Escelsa: agosto/2014 e EDP Bandeirante: outubro/2014).
√ De acordo com o aditamento aos Contratos de Concessão de Distribuição, assinando em 10 de dezembro de 2014, e baseado no OCPC 08, a receita operacional foi impactada pela contabilização dos ativos financeiros setoriais (ativos e passivos regulatórios) no valor de R$599,4 milhões nas distribuidoras (EDP Bandeirante: R$351,0 milhões e EDP Escelsa: R$248,4 milhões) referentes ao saldo acumulado desde 2012.
√ Reajuste das tarifas das geradoras e aumento das vendas de energia em contratos de curta duração com preços mais altos. Em 2014, as tarifas foram em média 8,6% superiores às de 2013;
√ Aumento de 5,3% no volume de vendas de energia no mercado livre e no preço médio de venda (+43,6%).

**• Gastos Operacionais**
Os **gastos operacionais,** desconsiderando o custo de construção, depreciação e amortização, valor justo do ativo indenizável e os ganhos/perdas na desativação/alienação de bens, atingiram R$7.025,0 milhões em 2014, 36,5% acima do ano anterior.
Os **gastos não gerenciáveis** referem-se aos custos com energia comprada para revenda, encargos de uso da rede elétrica, taxas de fiscalização e outros e totalizaram R$6.062,1 milhões em 2014, 45,8% acima do ano anterior. Esse resultado é reflexo da maior compra de energia: (i) na geração resultante do GSF médio no ano de 90,6%, o que corresponde a uma exposição de 727,5 GWh a PLD médio de R$690,0/MWh e (ii) da exposição involuntária das concessionárias e pelo elevado despacho térmico ao longo do ano. Os gastos não gerenciáveis foram neutralizados pelos aportes da Conta-ACR contabilizados para as distribuidoras da EDP, que atingiram R$936,8, milhões (EDP Bandeirante: R$309,5 milhões e EDP Escelsa: R$627,4 milhões), além do ressarcimento CONER no valor de R$98,8 milhões, com efeito caixa na sua totalidade.
Os **gastos gerenciáveis** totalizaram R$1.670,7 milhões, 0,9% inferior a 2013. Os gastos com PMSO totalizaram R$962,9 milhões, 2,8% inferior a 2013. Essa redução reflete o compromisso da Companhia no controle dos custos ao longo do ano de 2014. Destaca-se que a inflação de 2014 foi de 3,7% (IGP-M) e 6,4% (IPCA). A **depreciação e a amortização** totalizaram R$340,3 milhões em 2014, 15,5% inferior ao ano anterior devido à provisão de ajuste de inventário, ocorrida em 2013, decorrente do levantamento físico executado para atendimento à Resolução Aneel nº 367/2009 (EDP Bandeirante: +R$33,5 milhões e EDP Escelsa: +R$26,2 milhões).

12 Considera participação de 50%.

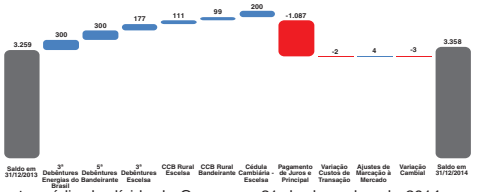
**• EBITDA e Margem EBITDA**
O EBITDA (lucro antes de imposto de renda, resultados financeiros, depreciação e amortização) atingiu R$1.914,6 milhões em 2014, 15,66% superior ao ano anterior. A margem EBITDA apresentou queda de 2,2 p.p., alcançando 22,6%. A queda da Margem Bruta de 2,7 p.p foi atenuada pela contabilização da venda de 50% das participações detidas pela EDP Energias do Brasil na UHE Santo Antônio do Jari e UHE Cachoeira Caldeirão para a CTG no 2T14.

**• Resultado Financeiro**
O resultado financeiro em 2014 atingiu R$316,0 milhões de despesa financeira líquida, 5,7% superior ao ano anterior. A receita financeira totalizou R$255,8 milhões, 47,9% superior a 2013 em função do aumento da receita de aplicações financeiras devido ao incremento do CDI no período em relação ao ano anterior e do aumento dos juros e multas sobre impostos, em juízo, referente ao PIS/COFINS da EDP Escelsa em 2014. As despesas financeiras atingiram R$568,8 milhões em 2014, 21,2% acima do ano anterior devido ao aumento dos encargos sobre a dívida em consequência do aumento do endividamento e do custo médio da dívida.

**• Lucro Líquido**
O lucro líquido totalizou R$743,5 milhões em 2014, 97,9% acima do ano anterior. Além dos efeitos mencionados acima, o lucro líquido foi impactado positivamente pela melhora no Resultado das Participações Societárias, devido à contabilização do resultado negativo da UTE Pecém I em equivalência patrimonial (-R$118,1 milhões em 2014 comparado à -R$141,2 milhões em 2013) e do resultado positivo da UHE Jari no valor de R$31,4 milhões. Adicionalmente, a queda de 46,8% na participação de minoritários, também contribuiu positivamente para o aumento do lucro líquido.

**• Endividamento**
A dívida bruta consolidada totalizou R$3.358,5 milhões em dezembro de 2014, aumento de 3,0% em comparação a dezembro 2013 (R$3.259,4 milhões), desconsiderada a dívida da UTE Pecém I, UHEs Santo Antônio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel. O prazo médio da dívida em 31 de dezembro de 2014 ficou em 2,47 anos, frente a 2,45 em dezembro de 2013. As variações do endividamento bruto e do prazo médio em 2014 ocorreram, principalmente, por: (i) 3ª emissão de debêntures da Controladora no valor de R$300,0 milhões; (ii) quitação da 2ª emissão de debêntures da Controladora no valor de R$450,0 milhões; (iii) captação de crédito rural nas distribuidoras no valor de R$209,2 milhões; (iv) emissão de cédula de câmbio na Escelsa no valor de R$200,0 milhões; (v) 3ª emissão de debêntures da Escelsa no valor de R$176,8 milhões; (vi) 5ª emissão de debêntures da Bandeirante no valor de R$300,0 milhões; (vii) pagamento antecipado do empréstimo junto ao BEI no valor de R$68,2 milhões; e (viii) demais amortizações de dívidas nas empresas de geração e distribuição.

### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA (R$MILHÕES)




O custo médio da dívida do Grupo, em 31 de dezembro de 2014, era de 11,37% a.a., em comparação a 8,62% a.a. no final de 2013, levando-se em consideração os juros capitalizados das dívidas e encargos incorridos nos últimos 12 meses. A elevação do custo médio deve-se ao aumento da Selic média, em relação a 2013, além da contratação de novas dívidas indexadas ao CDI.
A dívida líquida consolidada atingiu R$2.531,5 milhões em 2014, 8,4% acima do resultado do ano anterior (R$2.335,3 milhões). Esse aumento deve-se ao crescimento na dívida bruta consolidada e a queda das disponibilidades em R$97,2 milhões em 2014.
A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o ano em 1,3 vezes, em comparação a 1,4 vezes em dezembro de 2013.

**Detalhamento dos financiamentos desembolsados durante 2014**

***Holding***
Em 12 de fevereiro de 2014, a EDP Energias do Brasil S.A. concluiu o processo de sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor de R$300,0 milhões. Sobre este valor, há incidência de juros de CDI + 0,72% a.a., com pagamento de juros semestrais e pagamento de principal no vencimento, em 12 de agosto de 2015.

**Distribuição**
Em 21 de fevereiro de 2014, a EDP Bandeirante e a EDP Escelsa assinaram, junto ao Banco do Brasil, contratos de empréstimos na modalidade de Crédito Rural e Agronegócio, nos valores de R$98,6 milhões e de R$110,6 milhões, respectivamente, tendo a incidência de juros de 101,15% do CDI, com principal e juros a vencer em parcela única em julho de 2015.
Em 30 de abril de 2014, a EDP Bandeirante concluiu o processo de sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor de R$300 milhões. Sobre este valor, há incidência de juros de CDI + 1,39 a.a., com pagamento de juros semestrais e pagamento de principal em cinco parcelas semestrais, sendo devida a primeira parcela em abril de 2017 e a última em abril de 2019.
Em 8 de maio de 2014, a EDP Escelsa assinou junto ao Citibank, contrato de empréstimo na modalidade de crédito de câmbio, no valor de R$200,0 milhões, tendo incidência de juros de 85% do CDI + 1,0625% a.a., com pagamento de principal em três parcelas iguais anuais, a primeira a vencer em maio de 2016 e a última em maio de 2018, e juros a vencer trimestralmente a partir de agosto de 2014.
Em 10 de junho de 2014, a EDP Escelsa obteve a 2ª liberação do financiamento ECFS nº258 do programa "Luz para Todos", no valor de R$3,7 milhões, tendo incidência de juros de 5,00% a.a., com vencimento de principal e juros mensal.
Em 27 de agosto de 2014, a EDP Escelsa concluiu o processo de sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor de R$176,8 milhões. Sobre este valor, há incidência de juros de CDI + 1,50 a.a., com pagamento de juros semestrais e pagamento de principal em cinco parcelas semestrais, sendo devida a primeira parcela em agosto de 2018 e a última em agosto de 2020.

**Geração[13]**
Em 17 de março de 2014, a Empresa de Energia São Manoel assinou junto ao Banco Safra, Cédula de Crédito Bancário, no valor de R$45 milhões, tendo a incidência de juros de CDI + 0,899% a.a., com principal e juros vencendo em 04 de agosto de 2014. O empréstimo ponte foi pré-pago em 18 de julho de 2014.
Em 02 de julho de 2014, a Empresa de Energia São Manoel concluiu o processo de sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, no valor de R$532 milhões. Os recursos foram destinados para a construção da usina como empréstimo ponte. Sobre o montante, há a incidência de juros de 111,5% do CDI, com pagamento de juros e principal no vencimento, em janeiro de 2016.
Em 08 de outubro de 2014, a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão concluiu o processo de sua 1ª emissão de notas promissórias, com garantia fidejussória, no valor de R$295 milhões, tendo a incidência de juros de 109,25% do CDI, com principal e juros vencendo em 05 de fevereiro de 2015. A empresa realizou a emissão com o objetivo de rolar parcialmente o empréstimo ponte inicialmente contratado até o desembolso do financiamento de longo prazo.
Em 26 de dezembro, a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão recebeu o primeiro desembolso no valor de R$300 milhões referente ao subcrédito A, do FINEM contratado junto ao BNDES. O valor total do financiamento é de R$504,1 milhões, ao custo de TJLP + 2,12% a.a.. Os juros sobre o montante desembolsado serão capitalizados trimestralmente até 15 de outubro de 2017, e exigíveis mensalmente a partir de 15 de novembro de 2017. As amortizações terão o mesmo prazo de carência dos juros, e serão realizadas mensalmente até 15 de outubro de 2037. O valor de cada amortização será equivalente ao montante de principal vincendo da dívida divido pelo número de prestações ainda não vencidas.
Ao longo de 2014, a ECE Participações desembolsou R$173,8 milhões junto ao BNDES, tendo a incidência de juros de TJLP + 1,86% que são capitalizados trimestralmente. Os juros e amortização são exigidos mensalmente a partir de 15 de junho de 2015 até 15 de maio de 2031.

13) Refere-se aos valores de divida dos projetos que não estão consolidados no Resultado

## RATINGS DA EDP ENERGIAS DO BRASIL E DE SUAS DISTRIBUIDORAS

Os ratings da EDP Energias do Brasil e suas subsidiárias mantiveram-se estáveis em relação à 2013, com exceção da Lajeado Energia. A Moody's revisou o rating da Lajeado Energia e da 1ª emissão de debêntures para "Ba1/Aa2.br" com perspectiva negativa. A alteração deveu-se ao desempenho mais fraco do que o esperado, devido à exposição ao mercado de curto prazo como reflexo do baixo GSF em 2014, combinada com a potencial aceleração do vencimento das debêntures.
Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 10 de dezembro de 2014, a Lajeado negociou antecipadamente o covenant financeiro "Dívida Bruta/EBITDA" com apuração em 31 de dezembro de 2014 e obteve aprovação de seus debenturistas para não declaração de vencimento antecipado, mitigando assim a potencial aceleração do vencimento das debêntures.

| | Moody's Nacional 2014 | Moody's Global 2014 | S&P Nacional 2014 | S&P Global 2014 |
|---|---|---|---|---|
| **EDP - Energias do Brasil** | Aa2.br<br>Estável | Ba1<br>Estável | - | - |
| **EDP Bandeirante** | Aa1.br<br>Estável | Baa3<br>Estável | brAA+<br>Negativo | - |
| **EDP Escelsa** | Aa1.br<br>Estável | Baa3<br>Estável | brAA+<br>Negativo | BB+<br>Negativo |
| **Lajeado Energia** | Aa2.br<br>Negativo | Ba1<br>Negativo | - | - |
| **Energest** | Aa1.br<br>Estável | Baa3<br>Estável | - | - |

Escala de Rating Moody's

| Aaa | Aa1 | Aa2 | Aa3 | A1 | A2 | A3 | Baa1 | Baa2 | Baa3 | Ba1 | Ba2 | Ba3 | B1 | B2 | B3 | Caa1 | Caa2 | Caa3 | Ca | C | WR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Investment Grade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Escala de Rating S&P

| AAA | AA+ | AA | AA- | A+ | A | A- | BBB+ | BBB | BBB- | BB+ | BB | BB- | B+ | B | B- | CCC+ | CCC | CCC- | CC | C | D | NR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Investment Grade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

## INVESTIMENTOS

Os investimentos da EDP Energias do Brasil totalizaram R$373,0 milhões em 2014, com queda de 10,5%, desconsiderando os investimentos na UTE Pecem I e nas UHEs Santo Antonio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel.
Mais detalhes estão disponíveis nos itens específicos de investimentos em distribuição e geração deste relatório de administração.

| Investimentos (R$mil) | 2014 | Peso (%) | 2013 | Peso (%) | Δ Anual (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Distribuição** | **305.366** | **81,9%** | **334.653** | **80,3%** | **-8,8%** |
| EDP Bandeirante | 144.120 | 38,6% | 153.219 | 36,8% | -5,9% |
| EDP Escelsa | 161.246 | 43,2% | 181.434 | 43,5% | -11,1% |
| **Geração** | **52.652** | **14,1%** | **61.824** | **14,8%** | **-14,8%** |
| Enerpeixe | 2.991 | 0,8% | 6.736 | 1,6% | -55,6% |
| Energest | 41.526 | 11,1% | 47.928 | 11,5% | -13,4% |
| Lajeado/Investco | 8.135 | 2,2% | 7.160 | 1,7% | 13,6% |
| **Outros** | **14.979** | **4,0%** | **20.440** | **4,9%** | **-26,7%** |
| **Total** | **372.997** | **100,0%** | **416.917** | **100,0%** | **-10,5%** |

## MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2014, as ações da EDP Energias do Brasil estavam cotadas a R$8,97, encerrando o ano com desvalorização de 12,5%, desempenho inferior ao Ibovespa (-2,9%) e ao IEE, que valorizou 3,5%.
O valor de mercado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R$4,3 bilhões.
Houve negociação das ações da Companhia em todos os pregões de 2014, totalizando 472,8 milhões de ações negociadas, com média diária de 1.989,6 mil ações e o volume financeiro totalizou R$4.672,8 milhões, com média diária de R$19,8 milhões.

## COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia era representado na sua totalidade por 476.415.612 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, encontrava-se em circulação 232.602.924, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e permaneciam em tesouraria 840.675 ações.

## REMUNERAÇÃO DE ACIONISTAS

Em 10 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia levará para aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de proventos de R$196,6 milhões, correspondente a R$0,41 por ação.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

**Conselho de Administração**

O Conselho de Administração, em 31 de dezembro de 2014, era composto por oito membros, incluindo dois diretores executivos e três conselheiros independentes. Os conselheiros são eleitos na Assembleia Geral Ordinária (AGO) para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. Em AGO, realizada no dia 29 de abril de 2014, foi aprovado para ocupar o cargo de Presidente do Conselho a Senhora Ana Maria Machado Fernandes, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho o Senhor Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas.

O órgão é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da Companhia.

A EDP do Brasil está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração possui quatro Comitês de Assessoramento, sendo eles: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Sustentabilidade, e Governança de Corporativa Corporativa e Partes Relacionadas. Os comitês são responsáveis por assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas. Todos são integrados exclusivamente por três conselheiros, que podem solicitar informações e sugestões de integrantes da Diretoria-Executiva ou de membros do corpo gerencial da Companhia.

As diretrizes e o conjunto de documentos relacionados à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores www.edpbr.com.br/ri.

**Diretoria-Executiva**

A Diretoria Executiva é composta por quatro membros eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos. É encarregada de administrar os negócios e adotar os atos necessários ou convenientes, bem como executar as deliberações do Conselho de Administração. Os quatro integrantes da atual Diretoria foram reeleitos para um mandato de três anos (em vigor até dezembro de 2016, com possibilidade de reeleição).

Os currículos dos diretores podem ser encontrados no website de Relações com Investidores www.edpbr.com.br/ri.

## SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Pelo 9º ano consecutivo, a EDP Energias do Brasil permaneceu no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. Em 2014, foram estabelecidos, junto às diferentes áreas, planos de ação que visam à melhoria contínua do desempenho da empresa nas dimensões socioambientais. As iniciativas envolvem temas como gestão de resíduos, biodiversidade, certificações, gestão de fornecedores e relacionamento com a comunidade.

Em 2014, a empresa reforçou o compromisso de conduzir seus negócios de forma sustentável e inovadora, promovendo a difusão do conceito e a criação de uma cultura de inovabilidade, que vise à melhoria de processos para a eficiência operacional e a identificação de novas oportunidades de negócio. Fechando o seu ciclo de gestão da inovabilidade, a EDP reforçou as suas práticas de transparência e a prestação de contas, nomeadamente publica o seu relatório de sustentabilidade 2014 alinhado com as novas diretrizes da Global Reporting Initiative GRI G4.

Fundamentado nos seus Princípios de Desenvolvimento Sustentável (a EDP formaliza as suas diretrizes de atuação no Código de Ética (e nas Políticas Corporativas, que refletem esses compromissos.

O Instituto EDP é a extensão de responsabilidade social da EDP, responsável pelo relacionamento da empresa com as partes interessadas nas suas áreas de influência nas dimensões de cultura, esporte e educação. O desenvolvimento dos projetos integra um conjunto de variáveis, nomeadamente as particularidades de cada local e as características e iniciativas das organizações da sociedade civil, potencializando as sinergias entre as partes. Os programas e projetos do Instituto, tais como o Programa de Voluntariado, Dentistas do Bem, EDP nas Escolas, EDP Solidária continuam mostrando resultados consistentes.

**Estratégia e Gestão**

Desde 2005, a EDP utiliza o Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de gestão para a implementação de sua estratégia, somado às metodologias kaizen e lean e os sistemas de certificações ISO 14001 e 9001 e OHSAS 18001. A estratégia da Companhia se desdobra em atuações apoiadas em três pilares: crescimento orientado, risco controlado e eficiência superior.

O ano de 2014 caracterizou-se como um período atípico e desafiador para o setor energético no Brasil. A fim de mitigar os impactos, a EDP promoveu um afinamento da sua estratégia de longo prazo por meio da criação de cinco focos de atuação em 2014, designados 5Cs: (i) Cenário energético: Acompanhar e monitorar a evolução do cenário energético e regulatório (ii) Custo e caixa: Assegurar uma gestão de caixa prudente num contexto de mercado desafiador, com elevados preços de energia no curto prazo; (iii) Crescimento: Potencializar o crescimento orgânico da base de clientes e garantir o prazo e o orçamento previstos para as usinas em construção; (iv) Cliente: Reforçar a oferta de serviços de energia; continuar com as iniciativas de melhoria dos níveis de satisfação dos clientes e atingir as metas de perdas comerciais; (v) Central térmica: Consolidar a estabilização operacional e financeira da UTE Pecém I.

A EDP tem como aspiração ser a melhor empresa de energia do Brasil, líder em inovação e sustentabilidade, a fim de gerar valor para os seus principais públicos de relacionamento. Para isso, se apoia em uma estratégia de longo prazo, baseada nas demandas de seus stakeholders da cadeia de valor, integrando programas e iniciativas de alcance às metas estabelecidas.

**Relacionamento com os Clientes**

A reputação da EDP perante seus clientes é fruto, entre outros fatores, de investimentos na expansão e modernização do sistema com a finalidade de fornecer energia com mais qualidade e segurança.

Em 2014, os índices de satisfação do cliente ficaram acima de 80% nas duas distribuidoras de acordo com a Pesquisa de Qualidade Percebida da ABRADEE. Para garantir melhorias no atendimento ao cliente, em 2014, as distribuidoras contaram com projetos como sistema de gestão de leituras e entrega de faturas junto aos prestadores de serviço, a implementação de software de Business Intelligence para a gestão da qualidade do faturamento, entre outros.

Na comercialização, os índices de satisfação do cliente atingiram níveis acima de 91%, de acordo com pesquisa realizada por uma empresa independente. A área de pós-venda garante a interação com os clientes, em complemento à área comercial, permitindo um fluxo frequente de troca de informações para a gestão do negócio dos mesmos, e buscando oferecer produtos e serviços os mais adequados para suas demandas.

**Gestão de Pessoas**

A EDP Energias do Brasil encerrou 2014 com 2.648 colaboradores.

A Companhia dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença e acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial. A estratégia de remuneração é assegurada através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado. Como parte desta política há também a aplicação de mérito, realizada anualmente.

A EDP preocupa-se com o bem-estar dos seus colaboradores. Realizada bianualmente, a pesquisa de clima foi aplicada em 2013 e mobilizou 89,5% dos colaboradores. Com base nos resultados da pesquisa de satisfação, em 2014 as diretorias elaboraram 261 planos de ação para melhoria dos seus índices menos satisfatórios e nomearam 115 guardiões do clima para zelarem pela sua implementação. Além disso, com o objetivo de auxiliar o colaborador a conciliar de forma equilibrada a vida profissional com a pessoal, a EDP mantém o Programa Conciliar.

A empresa entende que a sustentabilidade dos negócios só pode ser alcançada por meio do investimento no desenvolvimento de pessoas. Por isso, investem em capacitação, desenvolvimento e educação, além de projetos específicos de desenvolvimento. Em 2014, foram destinados R$1,7 milhão às atividades de capacitação e desenvolvimento, traduzidas em 90,7 mil horas de treinamento, com a média de 34 horas por colaborador próprio. Adicionalmente, a EDP investiu R$516,3 mil em educação, oferecendo 108 bolsas de estudos de cursos técnicos, graduação e pós-graduação/MBA, totalizando 77,3 mil horas em sala de aula. Como exemplo de projeto de desenvolvimento, pode-se destacar a Escola de Eletricistas, realizada em parceria com o Senai, trata-se de um curso de Construção e Manutenção de Rede de Distribuição Aérea, de 480 horas de duração e gratuito. Em 2014, este curso formou 109 profissionais desempregados das comunidades em que a EDP está inserida, e 32% foram absorvidos pela própria Empresa.

**Pesquisa e Desenvolvimento**

As atividades de P&D são baseadas nas regras da ANEEL e no desenvolvimento de tecnologia aplicada. Os projetos de pesquisa e desenvolvimento são estabelecidos para obtenção de melhorias nos processos de geração e distribuição de energia, a partir de critérios relacionados à eficiência operacional, a redução de riscos e a otimização de receita.

Nas distribuidoras foram investidos R$7,5 milhões destacando projetos na área de distribuição eficiente, nomeadamente o Laboratório Smart Grid lançado em 2014 para realizar testes sistêmicos e analisar as funcionalidades das redes e de equipamentos inteligentes utilizados em sistemas elétricos de distribuição de energia.

Na Geração, o investimento realizado foi na ordem de R$8,5 milhões em projetos de qualidade, meio ambiente e fontes alternativas de energia, como por exemplo, estudos sobre mini redes de fontes intermitentes para atendimento de áreas isoladas envolvendo o desenvolvimento de um sistema composto por painéis solares e o monitoramento do seu desempenho por meio de medição remota.

**Inovação**

A EDP se preocupa em promover a inovação e a criatividade, na procura de novas oportunidades de mercado gerando o desenvolvimento tecnológico e a gestão do conhecimento, no domínio da energia. No exercício, os valores investidos em inovação somaram R$1,2 milhões em 2014, com destaque para os projetos Prêmio EDP Inovação 2020 e iMentors.

O Prêmio EDP Inovação 2020 é uma iniciativa do Grupo EDP para incentivar a inovação, a sustentabilidade e o empreendedorismo no Brasil. O programa iMentors, que apoia o intraempreendedorismo na EDP, alcançou bons resultados. Este programa junta cinco equipes multidisciplinares com membros de várias áreas da empresa e vários níveis hierárquicos. Estas equipes recebem uma capacitação feita por uma consultoria de inovação (Livework) para que construam um projeto novo ao longo de quatro meses. Estes projetos tiveram como tema central o aumento da eficiência operacional na EDP.

## PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Em 2014 a EDP Energias do Brasil destacou-se por receber as seguintes premiações: (i) **Melhores Práticas de Gestão de Pessoas:** a certificação Top Employers Brasil é outorgada pelo CRF Institute. Entre os programas da EDP que contribuíram para o reconhecimento, destacam-se o Energizing, o programa de estágio On Top e o Plano Anual de Treinamento e Desenvolvimento. (ii) **Prêmio de Inovação - uma das 50 empresas mais inovadoras do Sul do País:** ranking elaborado pela Revista Amanhã, com apoio da consultoria Edusys e Fundação Dom Cabral. No segmento de energia, a EDP se destacou como líder das empresas elétricas que concorreram à premiação, sendo a primeira colocada em inovação. (iii) **Prêmio Smart Contact Center - ouro na categoria "Respeito ao Cliente":** o projeto vencedor destacou a bem sucedida transição física do call center das distribuidoras do Grupo EDP, assim como o sucesso da gestão dos indicadores e dos resultados obtidos pelo serviço de atendimento ao cliente. (iv) **Empresa mais valiosa do setor de utilidades- com nota 8,2:** ranking elaborado pela *Dom Strategy Partners* com objetivo de avaliar a capacidade das instituições em gerar e proteger valor não apenas para si, mas também para seus clientes, consumidores, acionistas, funcionários e sociedade. (v) **Certificação de Qualidade das Distribuidoras:** ISO 9001, realizada pelo *Bureau Veritas Certification*, manteve a Certificação da coleta de dados e de apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais da qualidade do fornecimento de energia elétrica de ambas as distribuidoras. (vi) **Troféu Transparência:** reconhecida pela responsabilidade ao declarar demonstrações financeiras na categoria Empresas de Capital Aberto com faturamento de até RS 5 bilhões. (vii) **Índice de Sustentabilidade Empresarial 2015:** obteve pelo nono ano consecutivo o reconhecimento às suas boas práticas de sustentabilidade. (viii) **Prêmio Aberje 2014 - 1º lugar na classificação Regional e Nacional com a edpON TV:** vencedora da 40º edição do prêmio Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) 2014, com a edpON TV, na categoria mídia audiovisual.

## AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em Abril de 2014, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A PwC iniciou a prestação de serviços em Abril de 2014.

Em 2014, a PwC prestou serviços de procedimentos previamente acordados no âmbito do programa Luz Para Todos, para atendimento ao Órgão Regulador, procedimentos de Due Diligence, revisão de matriz de risco dos controles internos e auditoria dos processos de alienação de 50% da CEJA e Cachoeira Caldeirão. Esses trabalhos e os trabalhos acima referidos foram concluídos dentro do exercício de 2014 e somaram o valor de R$ 810 mil. Estes serviços superam do valor do contrato de auditoria em 5%.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora 31/12/2014 | Controladora 31/12/2013 | Consolidado 31/12/2014 | Consolidado 31/12/2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | | | |
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 27.082 | 244.111 | 826.971 | 924.146 |
| Títulos a receber | 9 | 2.970 | 2.939 | 5.606 | 4.965 |
| Consumidores e concessionárias | 7 | | | 1.352.161 | 1.126.547 |
| Impostos e contribuições sociais | 10 | 117.328 | 102.481 | 235.154 | 195.291 |
| Partes relacionadas | 12 | 7.777 | 24.051 | 7.705 | 12.359 |
| Dividendos a receber | 30 | 320.509 | 213.382 | | |
| Cauções e depósitos vinculados | 13 | 3.436 | 222 | 12.277 | 4.642 |
| Rendas a receber | | | | 4.974 | 4.758 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 15 | | 11.026 | | 11.026 |
| Ativos financeiros setoriais | 8 | | | 383.378 | |
| Outros créditos | 16 | 681 | 1.026 | 188.339 | 95.577 |
| | | **479.783** | **599.238** | **3.016.565** | **2.379.311** |
| Ativos não circulantes mantidos para venda | 14 | 107.054 | 449.134 | 107.054 | 2.327.633 |
| **Total do Ativo circulante** | | **586.837** | **1.048.372** | **3.123.619** | **4.706.944** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Títulos a receber | 9 | 22.040 | 21.537 | 5.037 | 17.049 |
| Ativo financeiro indenizável | 19 | | | 940.160 | 779.354 |
| Consumidores e concessionárias | 7 | | | 284.759 | 54.908 |
| Impostos e contribuições sociais | 10 | | | 70.719 | 55.327 |
| Tributos diferidos | 11 | | | 347.770 | 552.573 |
| Partes relacionadas | 12 | 277.632 | 172.375 | 203.667 | 171.074 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 12 | 3.909 | 5.141 | | |
| Cauções e depósitos vinculados | 13 | 9.841 | 10.714 | 232.210 | 242.704 |
| Ativos financeiros setoriais | 8 | | | 218.164 | |
| Outros créditos | 16 | 14.175 | 14.898 | 26.413 | 60.078 |
| | | **327.597** | **224.665** | **2.328.899** | **1.933.067** |
| Investimentos | 17 | 5.222.120 | 4.515.166 | 1.111.675 | 672.337 |
| Propriedades para investimentos | | 5.000 | 5.000 | 13.453 | 13.583 |
| Imobilizado | 20 | 23.114 | 19.121 | 3.941.235 | 4.026.216 |
| Intangível | 21 | 3.915 | 2.277 | 2.652.918 | 2.789.347 |
| | | **5.254.149** | **4.541.564** | **7.719.281** | **7.501.483** |
| **Total do Ativo Não circulante** | | **5.581.746** | **4.766.229** | **10.048.180** | **9.434.550** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **6.168.583** | **5.814.601** | **13.171.799** | **14.141.494** |

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora 31/12/2014 | Controladora 31/12/2013 | Consolidado 31/12/2014 | Consolidado 31/12/2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| **PASSIVO** | | | | | |
| **Circulante** | | | | | |
| Fornecedores | 22 | 14.010 | 13.237 | 1.098.703 | 802.129 |
| Impostos e contribuições sociais | 10 | 40.816 | 26.008 | 304.173 | 351.487 |
| Tributos diferidos | 11 | | | 32.114 | |
| Dividendos | 30 | 180.668 | 88.247 | 305.922 | 160.718 |
| Partes Relacionadas | 12 | 25.436 | | 25.436 | |
| Debêntures | 23 | 592.698 | 510.893 | 790.154 | 699.122 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 24 | | | 675.539 | 432.943 |
| Benefícios pós-emprego | 25 | 84 | 55 | 42.998 | 24.667 |
| Encargos regulamentares e setoriais | 26 | | | 86.695 | 74.858 |
| Uso do bem público | 27 | | | 25.835 | 23.723 |
| Provisões | 28 | 10.771 | 9.010 | 22.672 | 21.021 |
| Outras contas a pagar | 16 | 15.526 | 15.464 | 146.117 | 128.870 |
| | | **880.009** | **662.914** | **3.556.358** | **2.719.538** |
| Passivos não circulantes mantidos para venda | 14 | | | | 1.878.499 |
| **Total do Passivo Circulante** | | **880.009** | **662.914** | **3.556.358** | **4.598.037** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Fornecedores | 22 | | | 3.065 | |
| Impostos e contribuições sociais | 10 | 41.509 | 42.562 | 71.446 | 88.289 |
| Tributos diferidos | 11 | 69.151 | 1.392 | 254.992 | 173.720 |
| Debêntures | 23 | 249.839 | 499.645 | 1.447.364 | 1.377.907 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 24 | | | 445.408 | 749.474 |
| Benefícios pós-emprego | 25 | | | 336.574 | 432.145 |
| Partes relacionadas | 12 | 2 | 14 | | |
| Encargos regulamentares e setoriais | 26 | | | 7.019 | 12.871 |
| Uso do bem público | 27 | | | 258.344 | 253.945 |
| Provisões | 28 | 35.061 | 33.887 | 195.573 | 173.701 |
| Provisão para passivo a descoberto | 17.3 | 1.323 | 287 | 912 | 9 |
| Outras contas a pagar | 16 | 676 | 683 | 27.941 | 28.223 |
| **Total do Passivo Não circulante** | | **397.561** | **578.470** | **3.048.638** | **3.290.284** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | |
| Capital social | 29.1 | 3.182.716 | 3.182.716 | 3.182.716 | 3.182.716 |
| Reservas de capital | 29.3 | 141.327 | 142.932 | 141.327 | 142.932 |
| Reservas de lucros | 29.3 | 1.766.171 | 1.500.066 | 1.766.171 | 1.500.066 |
| Outros resultados abrangentes | 29.3.3 | (192.587) | (245.883) | (192.587) | (245.883) |
| Ações em tesouraria | | (6.614) | (6.614) | (6.614) | (6.614) |
| **Total do Patrimônio líquido** | | **4.891.013** | **4.573.217** | **4.891.013** | **4.573.217** |
| Participações não controladores | | | | 1.675.790 | 1.679.956 |
| **Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores** | | **4.891.013** | **4.573.217** | **6.566.803** | **6.253.173** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **6.168.583** | **5.814.601** | **13.171.799** | **14.141.494** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | Nota | Controladora 2014 | Controladora 2013 | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas** | **31** | **7.840** | **992** | **8.898.728** | **7.096.492** |
| **Custo da produção e do serviço de energia elétrica** | | | | | |
| **Custo do serviço de energia elétrica** | 32 | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | | | | (5.598.839) | (3.799.926) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | | | (401.728) | (309.583) |
| Outros custos do serviço de energia elétrica | | | | (13.240) | |
| | | **-** | **-** | **(6.013.807)** | **(4.109.509)** |
| **Custo de operação** | 32 | | | | |
| Pessoal | | | | (227.842) | (217.017) |
| Materiais e serviços de terceiros | | | | (231.828) | (220.571) |
| Depreciações e amortizações | | | | (274.705) | (337.919) |
| Outros custos de operação | | | | (34.919) | (30.498) |
| | | **-** | **-** | **(769.294)** | **(806.005)** |
| | | **-** | **-** | **(6.783.101)** | **(4.915.514)** |
| **Custo do serviço prestado a terceiros** | 32 | | | (300.269) | (332.221) |
| **Lucro bruto** | | **7.840** | **992** | **1.815.358** | **1.848.757** |
| **Despesas e Receitas operacionais** | | | | | |
| Despesas com vendas | 32 | | | (27.438) | (52.438) |
| Despesas gerais e administrativas | 32 | (138.190) | (102.102) | (412.531) | (444.552) |
| Depreciações e amortizações | 32 | (7.460) | (6.563) | (65.553) | (64.683) |
| Ganho na alienação de investimento | 5.6 | 408.416 | | 408.416 | |
| Outras despesas e receitas operacionais | 32 | (1.639) | (1.887) | (143.934) | (33.989) |
| | | **261.127** | **(110.552)** | **(241.040)** | **(595.662)** |
| **Resultado das participações societárias** | | | | | |
| Equivalência patrimonial | 17 | 601.786 | 557.474 | (71.449) | (140.427) |
| | | **601.786** | **557.474** | **(71.449)** | **(140.427)** |
| **Resultado antes do resultado financeiro e tributos** | | **870.753** | **447.914** | **1.502.869** | **1.112.668** |
| **Resultado financeiro** | 33 | | | | |
| Receitas financeiras | | 68.134 | 37.541 | 258.769 | 182.135 |
| Despesas financeiras | | (122.200) | (109.698) | (574.758) | (481.194) |
| | | **(54.066)** | **(72.157)** | **(315.989)** | **(299.059)** |
| **Resultado antes dos tributos sobre o lucro** | | **816.687** | **375.757** | **1.186.880** | **813.609** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | (5.948) | (1.995) | (108.643) | (253.993) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (67.237) | 2.006 | (239.876) | (5.526) |
| | **34** | **(73.185)** | **11** | **(348.519)** | **(259.519)** |
| **Resultado líquido do exercício** | | **743.502** | **375.768** | **838.361** | **554.090** |
| Atribuível aos acionistas controladores | | | | 743.502 | 375.768 |
| Atribuível aos acionistas não controladores | | | | 94.859 | 178.322 |
| **Resultado por ação atribuível aos acionistas** | | | | | |
| Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações) | 35 | | | | |
| ON | | 1,563375 | 0,790134 | 1,563375 | 0,790134 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

(Em milhares de reais)

| | Controladora 2014 | Controladora 2013 | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 |
|---|---|---|---|---|
| **Geração do valor adicionado** | **418.839** | **5.856** | **12.550.024** | **10.496.510** |
| Receita operacional | 7.840 | 1.168 | 11.513.432 | 9.332.253 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas | | | (28.274) | (52.437) |
| Receita relativa à construção de ativos próprios | 6.855 | 16.145 | 311.823 | 754.972 |
| Receita de Construção | | | 294.055 | 325.725 |
| Outras receitas | 404.144 | (11.457) | 458.988 | 135.997 |
| **(-) Insumos adquiridos de terceiros** | **(87.801)** | **(69.147)** | **(7.828.404)** | **(6.221.430)** |
| Custos da energia comprada | | | (6.150.314) | (4.176.839) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | | (438.721) | (340.511) |
| Materiais | (2.190) | (11.744) | (128.663) | (369.134) |
| Serviços de terceiros | (70.458) | (50.050) | (578.175) | (765.725) |
| Custo com construção da infraestrutura | | | (294.055) | (325.725) |
| Outros custos operacionais | (15.153) | (7.353) | (238.476) | (243.496) |
| **Valor adicionado bruto** | **331.038** | **(63.291)** | **4.721.620** | **4.275.080** |
| **Retenções** | | | | |
| Depreciações e amortizações | (7.460) | (6.563) | (349.333) | (410.624) |
| **Valor adicionado líquido produzido** | **323.578** | **(69.854)** | **4.372.287** | **3.864.456** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | | | |
| Receitas financeiras | 68.134 | 37.541 | 279.763 | 199.783 |
| Resultado da equivalência patrimonial | 601.786 | 557.474 | (71.449) | (140.427) |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **993.498** | **525.161** | **4.580.601** | **3.923.812** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | | | |
| Pessoal | | | | |
| Remuneração direta | 27.142 | 18.370 | 246.210 | 239.162 |
| Benefícios | 4.366 | 3.982 | 66.705 | 71.368 |
| FGTS | 2.727 | 1.886 | 22.150 | 22.261 |
| Impostos, taxas e contribuições | | | | |
| Federais | 84.726 | 21.667 | 1.078.241 | 959.277 |
| Estaduais | 7.076 | 639 | 1.665.762 | 1.522.561 |
| Municipais | 974 | 839 | 7.385 | 7.210 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | | |
| Juros | 116.171 | 92.695 | 636.303 | 526.472 |
| Aluguéis | 6.814 | 9.315 | 19.484 | 21.411 |
| Remuneração de capital próprio | | | | |
| Juros sobre capital próprio | 133.300 | 29.190 | 133.300 | 29.190 |
| Participações dos não controladores | | | 91.079 | 160.983 |
| Dividendos | 63.277 | 60.239 | 44.715 | 60.239 |
| Partes beneficiárias | | | 3.780 | 17.339 |
| | **446.573** | **238.822** | **4.015.114** | **3.637.473** |
| Lucros retidos | 546.925 | 286.339 | 565.487 | 286.339 |
| | **993.498** | **525.161** | **4.580.601** | **3.923.812** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

| | Controladora 2014 | Controladora 2013 | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 |
|---|---|---|---|---|
| **Resultado líquido do exercício** | 743.502 | 375.768 | 838.361 | 554.090 |
| Outros Resultados Abrangentes | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | (4.093) | (1.519) | (4.093) | (1.519) |
| Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias | 55.997 | 92.047 | 56.052 | 92.063 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 1.392 | 517 | 1.392 | 517 |
| **Resultado Abrangente do exercício** | **796.798** | **466.813** | **891.712** | **645.151** |
| Atribuível aos acionistas controladores | | | 796.798 | 466.813 |
| Atribuível aos acionistas não controladores | | | 94.914 | 178.338 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

| | Controladora 2014 | Controladora 2013 Reapresentado | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 816.687 | 375.757 | 1.186.880 | 813.609 |
| **Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais** | | | | |
| Tributos diferidos | | | 51.468 | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas | | | 27.438 | 52.438 |
| Valor justo do ativo financeiro indenizável | | | 2.967 | (14.193) |
| Depreciações e amortizações | 7.460 | 6.561 | 341.607 | 404.764 |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados | (479) | 976 | 14.118 | 24.467 |
| Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos | | | 69.413 | (48.763) |
| Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos | | | 8.586 | |
| Ativos financeiros setoriais | | | (629.800) | |
| Fornecedores - atualização monetária - Energia livre | | | 7.538 | 5.231 |
| Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 91.869 | 74.989 | 401.512 | 290.225 |
| Uso do bem público - atualização monetária e AVP | | | 23.056 | 31.144 |
| Provisão para plano de benefícios pós-emprego | | | 52.745 | 57.868 |
| Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas | 6.534 | 12.161 | 57.733 | 77.154 |
| Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP | | | 397 | 556 |
| Ajuste a valor presente | (1.823) | (6.712) | 2.542 | 7.047 |
| Participações societárias | (601.786) | (557.474) | 71.449 | 140.427 |
| (Ganhos) Perdas com investimentos | (401.687) | 6.726 | (401.687) | (12.567) |
| Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária | | | 57.981 | 56.461 |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária | | | (9.749) | (7.347) |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária | | | (17.302) | 1.888 |
| Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente | | | | (4.222) |
| Outros | | | (504) | 17.795 |
| | **(83.225)** | **(87.016)** | **1.318.388** | **1.893.982** |
| **(Aumento) diminuição de ativos operacionais** | | | | |
| Consumidores e concessionárias | | | (510.417) | 43.328 |
| Ativos financeiros setoriais | | | 28.258 | |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis | (34.259) | (18.397) | (64.467) | 27.097 |
| Cauções e depósitos vinculados | (2.341) | 1.499 | 13.243 | 23.914 |
| Rendas a receber | | | | 1.392 |
| Caixa e equivalentes de caixa - Investimento mantido para venda | | | | (502.840) |
| Outros ativos operacionais | 1.068 | 219 | (58.112) | (33.187) |
| | **(35.532)** | **(16.679)** | **(591.495)** | **(440.296)** |
| **Aumento (diminuição) de passivos operacionais** | | | | |
| Fornecedores | (126) | 4.240 | 317.806 | (58.609) |
| Outros tributos e contribuições sociais | 24.566 | 26.040 | 14.356 | (77.186) |
| Benefícios pós-emprego | | | (48.127) | (32.451) |
| Encargos regulamentares e setoriais | | | (51.996) | (91.984) |
| Provisões | (3.599) | (7.262) | (44.148) | (83.913) |
| Uso do bem público | | | (22.218) | (11.364) |
| Outros passivos operacionais | 84 | (353) | 10.866 | (17.903) |
| | **20.925** | **22.665** | **176.539** | **(373.410)** |
| **Caixa aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais** | **(97.832)** | **(81.030)** | **903.432** | **1.080.276** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | | (189.859) | (230.385) |
| **Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais** | **(97.832)** | **(81.030)** | **713.573** | **849.891** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | |
| Alienação (adição) de investimento | 420.645 | (7.017) | 421.846 | (6.463) |
| Dividendos recebidos | 357.987 | 381.168 | | |
| Títulos recebidos | 5.273 | 6.240 | 5.881 | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (12.582) | (465.234) | (5.800) | (98.600) |
| (Aumento) redução de capital em subsidiárias | (190.688) | 251.449 | (189.688) | (198.619) |
| Adições ao Imobilizado e Intangível | (6.854) | (16.145) | (355.065) | (1.044.894) |
| Alienação de bens e direitos | | | 3.211 | 64.551 |
| Partes relacionadas | | | (16.000) | |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento** | **573.781** | **150.461** | **(135.615)** | **(1.284.025)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Partes relacionadas | (63.559) | (47.144) | 4.911 | (43.213) |
| Cauções e depósitos vinculados | | | (643) | 4.940 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | (365.565) | (352.105) | (407.897) | (548.538) |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures | 298.633 | 716.170 | 1.177.488 | 3.021.373 |
| Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures | (562.487) | (218.000) | (1.199.819) | (1.427.883) |
| Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos | | (23.295) | (249.173) | (213.597) |
| Contraprestação contingente | | | | (6.177) |
| **Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamento** | **(692.978)** | **75.626** | **(675.133)** | **786.905** |
| **Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **(217.029)** | **145.057** | **(97.175)** | **352.771** |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 27.082 | 244.111 | 826.971 | 924.146 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 244.111 | 99.054 | 924.146 | 571.375 |
| | **(217.029)** | **145.057** | **(97.175)** | **352.771** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

| | Capital social | Reservas de capital | Reservas de lucros | Ações em tesouraria | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total Controladora | Não controladores | Total Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2012** | **3.182.716** | **144.540** | **1.194.422** | **(6.614)** | **(51.721)** | **-** | **4.463.343** | **1.886.860** | **6.350.203** |
| Ajustes de exercícios anteriores | - | - | 285.207 | - | (285.207) | (17.659) | (17.659) | (158) | (17.817) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)** | **3.182.716** | **144.540** | **1.479.629** | **(6.614)** | **(336.928)** | **(17.659)** | **4.445.684** | **1.886.702** | **6.332.386** |
| Transação de capital | | | (8.417) | | | | (8.417) | 1.418 | (6.999) |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | | (1.608) | | | | | (1.608) | 1.608 | - |
| Dividendo adicional aprovado - AGO 10/04/2013 | | | (194.140) | | | | (194.140) | | (194.140) |
| Distribuição de Reserva de Lucros - AGE de 03/05/2013 | | | (45.686) | | | | (45.686) | | (45.686) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | 375.768 | 375.768 | 178.322 | 554.090 |
| Destinação do lucro | | | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | | | 17.905 | | | (17.905) | - | | - |
| Dividendos intermediários (JSCP) | | | | | | (29.190) | (29.190) | (388.110) | (417.300) |
| Dividendo adicional aprovado | | | | | | (60.239) | (60.239) | | (60.239) |
| Lucros retidos a deliberar | | | 250.775 | | | (250.775) | - | | - |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda(1.519) | | | | | (1.519) | | (1.519) | | (1.519) |
| Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias | | | | | 92.047 | | 92.047 | 16 | 92.063 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | | 517 | | 517 | | 517 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2013** | **3.182.716** | **142.932** | **1.500.066** | **(6.614)** | **(245.883)** | **-** | **4.573.217** | **1.679.956** | **6.253.173** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2013** | **3.182.716** | **142.932** | **1.500.066** | **(6.614)** | **(245.883)** | **-** | **4.573.217** | **1.679.956** | **6.253.173** |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | | (1.605) | | | | | (1.605) | 1.605 | - |
| Dividendo adicional aprovado - AGO 10/04/2013 | | | (250.775) | | | | (250.775) | (100.685) | (351.460) |
| Distribuição de Reserva de Lucros - AGO 10/04/2013 | | | (30.045) | | | | (30.045) | | (30.045) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | 743.502 | 743.502 | 94.859 | 838.361 |
| Destinação do lucro | | | | | | | - | | - |
| Constituição de reserva legal | | | 37.175 | | | (37.175) | - | | - |
| Dividendos intermediários (JSCP) | | | | | | (133.300) | (133.300) | | (133.300) |
| Dividendos propostos | | | | | | (63.277) | (63.277) | | (63.277) |
| Lucros retidos a deliberar | | | 509.750 | | | (509.750) | - | | - |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | | | | (4.093) | | (4.093) | | (4.093) |
| Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias | | | | | 55.997 | | 55.997 | 55 | 56.052 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | | 1.392 | | 1.392 | | 1.392 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2014** | **3.182.716** | **141.327** | **1.766.171** | **(6.614)** | **(192.587)** | **-** | **4.891.013** | **1.675.790** | **6.566.803** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1 Contexto operacional

EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia ou EDP - Energias do Brasil ou Controladora), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

| | | | % Participação | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | |
| **Empresas** | **Classificação** | **Consolidação** | **Direta** | **Indireta** | **Direta** | **Indireta** |
| **Distribuição** | | | | | | |
| Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante) | Controlada | integral | 100,00 | | 100,00 | |
| Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (EDP Escelsa) | Controlada | integral | 100,00 | | 100,00 | |
| **Geração** | | | | | | |
| Energest S.A. (Energest) | Controlada | integral | 100,00 | | 100,00 | |
| Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica) | Controlada | integral | | 51,00 | | 51,00 |
| Pantanal Energética Ltda. (Pantanal) | Controlada | integral | | 100,00 | | 100,00 |
| Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé) | Controlada | integral | | 100,00 | | 100,00 |
| Lajeado Energia S.A. (Lajeado) | Controlada | integral | 55,86 | | 55,86 | |
| Companhia Energética do Jari - (CEJA) | Empreendimento controlado em conjunto | por equivalência patrimonial | 50,00 | | 100,00 | |
| ECE Participações S.A. (ECE Participações) | Empreendimento controlado em conjunto | por equivalência patrimonial | | 50,00 | | 100,00 |
| Investco S.A. (Investco) | Controlada | integral | | 40,78 | | 40,78 |
| Enerpeixe S.A. (Enerpeixe) | Controlada | integral | 60,00 | | 60,00 | |
| Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão) | Empreendimento controlado em conjunto | por equivalência patrimonial | 50,00 | | 100,00 | |
| Terra Verde Bioenergia Participações S.A. (Terra Verde) | Controlada | integral | 100,00 | | 100,00 | |
| Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém) | Empreendimento controlado em conjunto | por equivalência patrimonial | 50,00 | | 50,00 | |
| Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM) | Empreendimento controlado em conjunto | por equivalência patrimonial | 50,00 | | 50,00 | |
| Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM) | Empreendimento controlado em conjunto | por equivalência patrimonial | 50,00 | | 50,00 | |
| Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel) | Empreendimento controlado em conjunto | por equivalência patrimonial | 33,334 | | | |
| EDP Renováveis Brasil S.A. (EDP Renováveis) | Coligada | por equivalência patrimonial | 45,00 | | 45,00 | |
| Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Cenaeel) | Coligada | por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis | | 45,00 | | 45,00 |
| Elebrás Projetos S.A. (Elebrás) | Coligada | por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis | | 45,00 | | 45,00 |
| Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. (Feijão I) | Coligada | por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis | | 45,00 | | 45,00 |
| Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. (Feijão II) | Coligada | por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis | | 45,00 | | 45,00 |
| Central Eólica Baixa do Feijão III S.A. (Feijão III) | Coligada | por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis | | 45,00 | | 45,00 |
| Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A. (Feijão IV) | Coligada | por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis | | 45,00 | | 45,00 |
| Central Eólica Aventura I S.A. (Aventura I) | Coligada | por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis | | 45,00 | | 45,00 |
| Central Eólica Jaú S.A. (Jaú) | Coligada | por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis | | 45,00 | | 45,00 |
| **Comercialização** | | | | | | |
| EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (EDP Comercializadora) | Controlada | integral | 100,00 | | 100,00 | |
| **Outras** | | | | | | |
| Enercouto S.A. (Enercouto) | Controlada | integral | 100,00 | | 100,00 | |
| EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (EDP GRID) | Controlada | integral | 100,00 | | 100,00 | |
| Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende) | Controlada | integral | 100,00 | | 100,00 | |
| Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe) | Empreendimento controlado em conjunto | por equivalência patrimonial | 50,00 | | 50,00 | |
| Comercializadora de equipamentos y materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile) | Empreendimento controlado em conjunto | por equivalência patrimonial pela Mabe Construções | | 50,00 | | 50,00 |

### 2 Concessões, Autorizações e Registros

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões/autorizações/permissões de geração e de distribuição de energia:

**Em operação**

| | | | | | | | Concessão/Autorização/ Registro | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Empresas** | **Usina** | **Modalidade** | **Outorga** | **Estado** | **Capacidade Instalada (MWm) (*)** | **Energia assegurada (MWm) (*)** | **Início** | **Término** | **Prorrogação** | **Indenização** |
| **Distribuição** | | | | | | | | | | |
| EDP Bandeirante | | Serviço Público | Concessão | SP | | | 23/10/1998 | 23/10/2028 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | (i) |
| EDP Escelsa | | Serviço Público | Concessão | ES | | | 17/07/1995 | 17/07/2025 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | (i) |
| **Geração** | | | | | | | | | | |
| Energest | UHE Mascarenhas | Serviço Público | Concessão | ES/MG | 198,00 | 138,50 | 14/07/1995 | 16/07/2025 | 20 anos | (i) |
| Energest | PCH's Viçosa e São João | Produtor Independente | Autorização | ES | 29,50 | 16,15 | 19/05/1999 | 19/05/2029 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | (i) |
| Energest | UHE Suiça/ PCH's Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito | Produtor Independente | Concessão | ES/MG | 72,03 | 37,02 | 14/07/1995 | 16/07/2025 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | (ii) |
| Pantanal | PCH Paraíso | Produtor Independente | Autorização | MS | 21,60 | 12,59 | 23/12/1999 | 23/12/2029 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | (i) |
| Pantanal | UHE Assis Chateaubriand | Produtor Independente | Concessão | MS | 29,50 | 20,90 | 04/12/1997 | 04/12/2027 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | (ii) |
| Santa Fé | PCH Francisco Gros | Produtor Independente | Autorização | ES | 29,00 | 16,40 | 13/11/2001 | 13/11/2031 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | (i) |
| Costa Rica | PCH Costa Rica | Produtor Independente | Autorização | MS | 16,00 | 11,06 | 05/11/2001 | 05/11/2031 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | (i) |
| Enerpeixe | UHE Peixe Angical | Produtor Independente | Concessão | TO | 498,75 | 280,50 | 07/11/2001 | 07/11/2036 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | (i) |
| Investco | UHE Luiz Eduardo Magalhães | Produtor Independente | Concessão | TO | 902,50 | 526,60 | 15/01/1998 | 15/01/2033 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | (i) |
| ECE Participações | UHE Santo Antônio do Jari | Produtor Independente | Concessão | PA/AP | 373,40 | 217,70 | 21/12/1987 | 31/12/2044 | 20 anos | (i) |
| Porto do Pecém | UTE Porto do Pecém I | Produtor Independente | Autorização | CE | 720,27 | 631,00 | 01/07/2008 | 01/07/2043 | | |
| Cenaeel | UEE Horizonte | Produtor Independente | Registro | SC | 4,80 | 1,01 | 29/05/2013 | 01/07/2043 | | |
| Cenaeel | UEE Água Doce | Produtor Independente | Autorização | SC | 9,00 | 2,35 | 01/07/2008 | Indefinida | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | |
| Elebrás | UEE Elebrás Cidreira I | Produtor Independente | Autorização | RS | 70,00 | 24,14 | 05/09/2002 | 05/09/2032 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente | |

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

**Em fase de construção**

| **Empresas** | | | | | | | Concessão/Autorização/ Registro | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Geração** | **Usina** | **Modalidade** | **Outorga** | **Estado** | **Capacidade Instalada (MWm) (*)** | **Energia assegurada (MWm) (*)** | **Início** | **Término** | **Prorrogação** | **Indenização** |
| Cachoeira Caldeirão | UHE Cachoeira Caldeirão | Produtor Independente | Concessão | AP | 219,00 | 129,70 | 29/05/2013 | 29/05/2048 | Sem previsão de prorrogação na legislação atual | (ii) |
| Baixa do Feijão I | UEE Baixa do Feijão I | Produtor Independente | Autorização | RN | 30,00 | 14,80 | 14/08/2012 | 14/08/2047 | | |
| Baixa do Feijão II | UEE Baixa do Feijão II | Produtor Independente | Autorização | RN | 30,00 | 14,40 | 14/08/2012 | 14/08/2047 | | |
| Baixa do Feijão III | UEE Baixa do Feijão III | Produtor Independente | Autorização | RN | 30,00 | 14,30 | 14/08/2012 | 14/08/2047 | | |
| Baixa do Feijão IV | UEE Baixa do Feijão IV | Produtor Independente | Autorização | RN | 30,00 | 13,70 | 14/08/2012 | 14/08/2047 | | |
| Jaú | UEE Aroeira/ UEE Umbuzeiros/ UEE Jericó | Produtor Independente | Autorização | RN | 90,00 | 35,60 | 23/09/2014 | 02/10/2049 | | |
| Aventura I | UEE Aventura I | Produtor Independente | Autorização | RN | 26,00 | 10,50 | 21/10/2014 | 21/10/2049 | | |
| São Manoel | UHE São Manoel | Produtor Independente | Concessão | PA | 700,00 | 421,70 | 10/04/2014 | 10/04/2049 | Sem previsão de prorrogação na legislação atual | (ii) |

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) No advento do termo final da Concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.
(ii) No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados às UHEs passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

**2.1 Distribuição**

**Contratos de Concessão das controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa**

As principais obrigações estipuladas nos contratos de concessão são as seguintes:
Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela EDP Bandeirante e EDP Escelsa.
A EDP Bandeirante e EDP Escelsa têm por obrigação: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

**2.2 Geração**

Nas concessões, registros e autorizações de geração as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.
Também é estabelecido que, extinta a concessão a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se os levantamentos e as avaliações.

**2.2.1 Concessões**

Além das informações destacadas na nota 2, segue abaixo informações adicionais referente as seguintes outorgas:

**UHE Suiça e PCHs Alegre, Fruteiras, Jucú e Rio Bonito (Controlada Energest)**

Por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 4.020/13 e 3.926/13, a UHE e as PCHs, respectivamente, tiveram seu regime de exploração alterados de "Serviço Público" para "Produtor Independente". Nos dias 9 e 17 de julho de 2014, respectivamente, foram assinados os Contratos de Concessão nº 01/2013 e nº 04/2013 formalizando a alteração do regime de exploração.

**UHE Assis Chateaubriand (Controlada indireta Pantanal)**

Por meio do Despacho ANEEL nº 896/13 a UHE teve seu regime de exploração alterado de "Serviço Público" para "Produtor Independente", resultando na assinatura do 2º termo aditivo ao contrato de concessão.

**UHE Luiz Eduardo Magalhães (Controlada Lajeado e Controlada indireta Investco)**

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE é compartilhada entre a CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, a Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93%, a Lajeado, titular de 72,27% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE.
Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio UHE Lajeado, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Investco tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

**UHE Cachoeira Caldeirão (Controlada em conjunto Cachoeira Caldeirão) e UHE São Manoel (Controlada em conjunto indireta São Manoel)**

De acordo com o contrato de concessão, os cronogramas para a entrada em operação comercial das UHEs são os seguintes:

| Unidade geradora (UG) | UHE São Manoel | UHE Cachoeira Caldeirão |
|---|---|---|
| UG 1 | 01/01/2018 | 01/01/2017 |
| UG 2 | 01/03/2018 | 01/03/2017 |
| UG 3 | 01/05/2018 | 01/05/2017 |
| UG 4 | 01/07/2018 | |
| UG 5 | 01/09/2018 | |

**2.2.2 Autorizações**

**UTE Porto do Pecém I (Controlada em conjunto Porto do Pecém)**

Esta autorização vigorará pelo prazo de trinca e cinco anos, conforme Portaria nº 226, de 27 de junho de 2008, do Ministério de Minas e Energia, sem previsão de prorrogação na legislação atual.
No advento do término da autorização, a Porto do Pecém deverá desmantelar a UTE e transformar o local da construção da usina em seu estado original.

**2.3 ICPC 01**

O CPC emitiu em 2009, com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.
A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.
Como os contratos de concessão das distribuidoras do Grupo EDP - Energias do Brasil apresentam tais características, então esta interpretação é aplicável. Já os contratos das geradoras do Grupo apresentam características distintas, portanto a interpretação não é aplicável.
De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo: do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.
• Modelo do ativo financeiro
Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.
• Modelo do ativo intangível
Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.
• Modelo bifurcado
Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.
Como as distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa são remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; então, aplica-se o modelo bifurcado.
Os ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente estão apresentados nos grupos de Ativo financeiro indenizável e Intangível (Notas 19 e 21), devido a implementação dos CPCs.
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração e distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

**3 Base de preparação**

**3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 02 de março de 2015.

**3.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

**3.3 Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa e Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 7); Ativos financeiros setoriais (Nota 9); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 15); Receita de fornecimento não faturado (Nota 31); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 11); Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 36.1.3); Provisões para contingências (Nota 28); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 25); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.6); e Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Nota 20 e 21).

**3.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, todas operando no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3.5 Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 17).
As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.
As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:
• Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;
• Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
• Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados;
• As combinações de negócios foram consideradas desde setembro de 2008, determinando o custo de aquisição, reconhecendo e mensurando todos os ativos e passivos assumidos, bem como participações de não controladores, reconhecendo e mensurando o ágio por rentabilidade futura, todos mensurados na data da aquisição. Em caso de excedente negativo, um ganho é reconhecido no resultado do exercício.
• Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante, assegurando o poder de controle das atividades da Investco, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.
• Acordos de controle compartilhado: A Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos Porto do Pecém, Pecém TM, Pecém OM, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.
Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo os acordos contratuais, confere a Companhia e outra parte dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture)* e não são consolidados nas demonstrações financeiras.

**3.6 Redução ao valor recuperável**

**Ativo financeiro**

São avaliados quanto a sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 7). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

Se a Administração da Companhia e suas controladas identificarem que houve evidências de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos imobilizados, intangíveis, investimentos ou propriedades para investimentos, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia e suas controladas procedem o teste de recuperabilidade dos ativos.
Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

**3.7 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)**

**3.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas**

**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (ii) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

**IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)**

Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.
A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que a IFRS 9 e a IFRS 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia e suas controladas efetuem uma revisão detalhada desses impactos.

**3.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC adotadas pela Companhia e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2014.**

A Companhia e suas controladas, a partir de 1º de janeiro de 2014, passou a adotar novas normas e interpretações emitidas pelo CPC. As seguintes normas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) ICPC 19 - Tributos (IFRIC 21); (ii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: Compensação de ativos e passivos financeiros (IAS 32); (iii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros (IAS 36); (iv) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Novação de derivados e contabilidade de cobertura (IAS 39); e (v) ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação (IFRIC 14).
Segue abaixo as normas que resultaram em impacto na apresentação das demonstrações financeiras:

**OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral**

O objetivo desta orientação é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros. São destacados na orientação a utilização dos conceitos de materialidade e relevância quando da elaboração dos relatórios contábil-financeiros, principalmente na elaboração das notas explicativas.
Na adoção do OCPC 07 a Companhia e suas controladas reavaliaram a materialidade e a relevância das informações contábil-financeiras resultando em mudanças na apresentação das notas explicativas. Dentre as alterações, destaca-se a realocação da nota explicativa do "Resumo das principais práticas contábeis" para as notas explicativas específicas de cada rubrica.

**OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica**

O objetivo do OCPC 08 é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de determinados ativos e passivos setoriais das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.
A edição da norma foi necessária quando, da alteração dos contratos de concessão das concessionárias distribuidoras, foi assegurado pelo órgão regulador o direito/obrigação de ressarcimento dos valores relativos às diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros relacionados à tarifa de energia, que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos aos consumidores, em caso de extinção da concessão.
O OCPC 08, fazendo referência ao CPC 23, destaca que a adoção de nova prática contábil de determinado evento novo não constituiu mudanças nas políticas contábeis. Desta forma, os efeitos do aditamento ao contrato de concessão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação sendo, consequentemente, sua aplicação prospectiva, gerando efeitos apenas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014.
As controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa reconheceram, no exercício, ativos financeiros setoriais (Nota 8) no montante inicial de R$601.542 sendo R$599.424 em contrapartida da Receita operacional bruta (Nota 31) e R$2.118 em contrapartida do Resultado financeiro (Nota 33). Para mais detalhes sobre os valores reconhecido vide nota 8.

# NOTAS EXPLICATIVAS
# EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 4 Reapresentações dos exercícios anteriores

As demonstrações financeiras, da controladora e consolidadas, relativas à 31 de dezembro de 2013 estão sendo reapresentadas, para melhor apresentação dos saldos, conforme demonstrado abaixo:

### 4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

| | Controladora 31/12/2013 | | | Consolidado 31/12/2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Publicado | Reapresentação para melhor apresentação | Reapresentado | Publicado | Reapresentação para melhor apresentação | Reapresentado |
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | | | |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | (465.234) | (465.234) | - | (98.600) | (98.600) |
| (Aumento) redução de capital em subsidiárias | - | 251.449 | 251.449 | - | (198.619) | (198.619) |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento** | **364.246** | **(213.785)** | **150.461** | **(986.806)** | **(297.219)** | **(1.284.025)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (465.234) | 465.234 | - | (98.600) | 98.600 | - |
| Aumento (redução) de capital | 251.449 | (251.449) | - | (198.619) | 198.619 | - |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento** | **(138.159)** | **213.785** | **75.626** | **489.686** | **297.219** | **786.905** |

## 5 Eventos significativos no exercício

### 5.1 Regulamentações do Setor de Energia

Os mecanismos disponíveis ao longo do ano de 2013, em especial a distribuição das "Quotas de energia velha" e os leilões de compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, foram insuficientes para atender as necessidades das distribuidoras, fazendo com que essas concessionárias ficassem expostas, involuntariamente, ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD do mercado de curto prazo.

Diante desse fato, de modo a evitar um risco de exposição financeira, em 7 de março de 2014, foram emitidos o Decreto nº 8.203 e o Despacho ANEEL nº 515, autorizando o repasse de recursos da CDE às distribuidoras para o dia 11 de março de 2014, com o intuito de cobrir o sobrecusto com a compra de energia no mercado de curto prazo de competência janeiro de 2014, decorrente da frustação do leilão A-1, ocorrido em dezembro de 2013.

O sobrecusto foi calculado pela diferença entre o preço de liquidação de diferenças médio e a cobertura tarifária do montante de reposição. A ANEEL homologou os valores de repasse de recursos da CDE por meio do Despacho nº 515/14. Para a EDP Escelsa foi homologado o montante de R$31.008, integralmente repassado em 11 de março de 2014. A EDP Bandeirante não teve valor a receber.

No dia 13 de março de 2014, o Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda e do Ministério de Minas e Energia, convocou a imprensa para anunciar um pacote de medidas para subsidiar o sobrecusto de energia das distribuidoras, além de diminuir a exposição destas empresas ao mercado de curto prazo, por meio da realização de um leilão de energia com início de suprimento ocorrido a partir de maio de 2014.

O Decreto nº 8.221 de 1º de abril de 2014, incumbiu a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE de criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, destinada a cobrir de fevereiro a dezembro de 2014 os custos que excedam a cobertura tarifária relativa à: i) exposição contratual involuntária; e ii) ao despacho termoelétrico relativo aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D. Em contrapartida, a CCEE terá um direito de receber da CDE, a partir de 2015, os valores dos encargos arrecadados pelas distribuidoras, para pagamento dos referidos empréstimos. Os valores arrecadados pelas distribuidoras para pagamento da CDE se dará de forma proporcional ao mercado cativo de cada empresa, no prazo de dois anos.

No exercício a ANEEL homologou os seguintes valores às Distribuidoras referente a recursos da conta ACR:

| Despacho | Competência | EDP Escelsa | EDP Bandeirante | Total | Data do ingresso do recurso |
|---|---|---|---|---|---|
| Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014 | Fevereiro de 2014 | 134.171 | 70.033 | 204.204 | 28 de abril de 2014 |
| Despacho nº 1.443 de 9 de maio de 2014 | Março de 2014 | 130.834 | 85.806 | 216.640 | 12 de maio de 2014 |
| Despacho nº 1.696 de 2 de junho de 2014 | Abril de 2014 | 90.967 | 47.901 | 138.868 | 9 de junho de 2014 |
| Despacho nº 3.186 de 18 de agosto de 2014 | Maio de 2014 | 98.921 | 9.303 | 108.224 | 19 de agosto de 2014 |
| Despacho nº 3.017 de 5 de agosto de 2014 | Junho de 2014 | 18.561 | 1.490 | 20.051 | 19 de agosto de 2014 |
| Despacho nº 3.588 de 2 de setembro de 2014 | Julho de 2014 | 21.542 | 21.373 | 42.915 | 8 de setembro de 2014 |
| Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014 | Agosto de 2014 | 16.573 | 16.266 | 32.839 | 6 de outubro de 2014 |
| Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014 | Setembro de 2014 | 65.704 | 51.264 | 116.968 | 5 de novembro de 2014 |
| Despacho nº 4.657 de 2 de dezembro de 2014 | Outubro de 2014 | 19.071 | 6.047 | 25.118 | 8 de dezembro de 2014 |
| | | **596.344** | **309.483** | **905.827** | |

Adicionalmente, a EDP Bandeirante e a EDP Escelsa possuem expectativa de recebimento de recursos provenientes da CONTA-ACR referente às competências de novembro e dezembro de 2014 no valor total estimado de R$148.743, sendo o valor de R$84.002 da competência do mês de novembro e R$64.741 referente a provisão do mês de dezembro. Este montante foi reconhecido na rubrica de Ativos financeiros setoriais pois, até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, as tratativas para a liberação dos recursos não haviam sido completamente efetivadas.

Outro mecanismo para cobrir os déficits tarifários das distribuidoras foi a destinação dos excedentes de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER conforme Resolução Normativa ANEEL nº 613 de 20 de maio de 2014. Os recursos destinados foram abatidos na liquidação do Mercado de Curto Prazo - MCP, sendo recebido pela EDP Bandeirante e EDP Escelsa no exercício de 2014 o montante de R$98.755. As distribuidoras aguardam a homologação e liberação do recurso referente às competências dos meses de novembro e dezembro de 2014 no valor estimado de R$42.621.

### 5.2 Reajuste Tarifário 2014 - EDP Escelsa

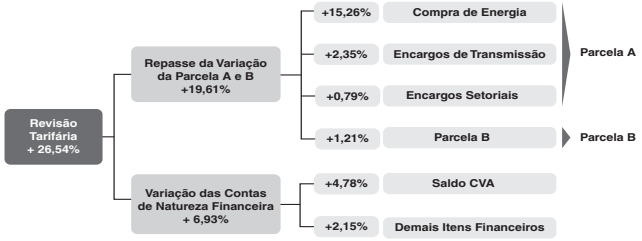
A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.768 de 5 de agosto de 2014, homologou o resultado do reajuste tarifário anual da EDP Escelsa aplicado a partir de 7 de agosto de 2014.

O reposicionamento tarifário foi de 26,54%, sendo 19,61% relativo ao reposicionamento econômico e 6,93% referente aos componentes financeiros pertinentes. Em relação à tarifa praticada atualmente, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de 23,58%, sendo 21,99% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 24,71% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

O Fator X aprovado neste reajuste tarifário foi de 2,34%, sendo "Pd" (ganhos de produtividade): 0,99%, "T" (trajetória para adequação dos custos operacionais): 1,68% e "Q" (incentivo à qualidade): -0,33%. O componente Q do Fator X representou o prêmio pela melhora no índice de qualidade da distribuidora verificado em relação ao ano anterior.

Em 2013, após a homologação do resultado da 6ª Revisão Tarifária, a Companhia interpôs recurso para pleitear: (i) a retificação do valor da Base de Remuneração; e (ii) a velocidade da trajetória das perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.033 de 5 de agosto de 2014, acatou os pedidos da Companhia com efeitos retroativos à 2013. Os efeitos da decisão estão incluídos nos ajustes financeiros incluídos no cálculo do reposicionamento tarifário.

**Decomposição do Reposicionamento Tarifário de 2014**



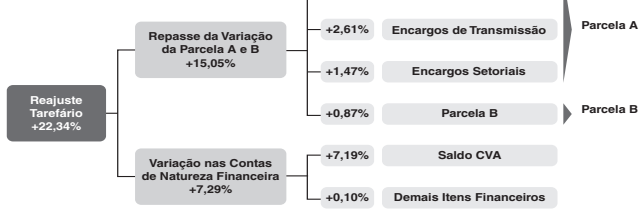

### 5.3 Reajuste Tarifário 2014 - EDP Bandeirante

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.809 de 21 de outubro de 2014, homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2014 da EDP Bandeirante, aplicado a partir de 23 de outubro de 2014.

O reposicionamento tarifário médio foi de 22,34%, sendo 15,05% relativo ao reposicionamento econômico e 7,29% referente aos componentes financeiros pertinentes. Em relação à tarifa praticada atualmente, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de 21,93%, sendo 23,78% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 20,60% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

O Fator X aprovado neste reajuste tarifário foi de 0,44%, sendo "Pd" (ganhos de produtividade) 1,08%, "T" (trajetória para adequação dos custos operacionais) 0% e "Q" (incentivo à qualidade) -0,64%. O componente Q do Fator X representa o prêmio pela melhora no índice de qualidade da distribuidora verificado em relação ao ano anterior.

**Decomposição do Reposicionamento Tarifário de 2014**




### 5.4 Registro dos Ativos financeiros setoriais - EDP Bandeirante e EDP Escelsa

Em 10 de dezembro de 2014, a EDP Escelsa e a EDP Bandeirante assinaram, respectivamente, o Quarto e Quinto Termos Aditivos aos Contratos de Concessão, onde foi estabelecido que: "Além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária".

Desta forma, ambas as controladas passaram a registrar os Ativos ou Passivos financeiros setoriais (Nota 8).

### 5.5 Venda de participação acionária - São Manoel

Em 07 de fevereiro de 2014 a Companhia comunicou ao mercado que, no contexto da parceria entre a Companhia, a CWE Investment Corporation (CWEI) e a CWEI Brasil Participações (CWEI Brasil), companhias controladas integralmente pela China Three Gorges (CTG), assinou o Contrato de Compra e Venda para alienar 33,334% dos direitos de construção da hidrelétrica São Manoel para a CWEI Brasil.

Após a aprovação da ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 4.749/14, e órgãos regulatórios chineses, em 11 de novembro de 2014 a Companhia comunicou ao mercado que foi concluída a transação relativa à alienação da sua participação, bem como assinado o respectivo acordo de acionistas da São Manoel, tendo em vista a verificação das condições precedentes ao fechamento da transação.

A CWEI Brasil reembolsará os custos incorridos pela Companhia e assumirá futuros compromissos de capital até o final da construção, riscos e benefícios do projeto na proporção da participação adquirida. Como resultado desta transação, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Assim, a CWEI Brasil junta-se à EDP - Energias do Brasil e à Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) como acionistas da São Manoel, resultando em uma participação final detida pela EDP - Energias do Brasil de 33,334%, por Furnas de 33,333% e pela CWEI Brasil de 33,333% no capital social da São Manoel.

### 5.6 Venda de participação acionária - CEJA e Cachoeira Caldeirão

Em 27 de junho de 2014 a Companhia comunicou ao mercado que foram consumadas as negociações anunciadas em 06 de dezembro de 2013, relativas à venda de 50% das participações detidas pela Companhia nos empreendimentos CEJA e Cachoeira Caldeirão para a CWEI Brasil, depois de obtidas todas as aprovações necessárias por parte da ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, órgãos reguladores chineses e outras providências de natureza societária e contratuais.

O valor total da operação foi de R$420,6 milhões, gerando um ganho para a Companhia de R$408,0 milhões, dos quais, R$202,9 milhões referem-se à operação de venda das participações e R$205,1 milhões referentes a mais valia dos investimentos remanescentes, ambos registrados na rubrica "Investimentos" no Balanço Patrimonial em contrapartida da rubrica "Ganho na alienação de investimento" na Demonstração do Resultado.

A partir desta data, os empreendimentos mencionados deixaram de ser controlados pela Companhia e passaram a ser controlados em conjunto e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 17).

### 5.7 Venda da participação acionária - EDP Renováveis Brasil

Conforme anunciado ao mercado em 27 de novembro de 2014, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento com a EDP Renováveis S.A. (EDPR) com os principais termos e condições indicativos para a aquisição pela EDPR dos 45,00% do capital total e votante da EDP Renováveis Brasil detidos pela Companhia.

O preço da venda a ser pago sobre a transação será acordado entre as partes tendo em consideração o valor atribuído à EDP Renováveis Brasil e de suas controladas em um parecer independente (*fairness opinion*) emitido por uma instituição financeira de renome.

Em 29 de dezembro de 2014 a Companhia comunicou ao mercado que a EDP Renováveis Brasil assinou um acordo com a CWEI Brasil para vender a participação acionária de 49% nos parques eólicos em operação e em desenvolvimento no Brasil. Atualmente, a EDP Renováveis Brasil opera 84 MW de energia eólica e possui parques em desenvolvimento - Baixa do Feijão (120 MW) e Aroeira, Jericó, Umbuzeiros e Aventura (116 MW) - com contratos (PPAs) de longo prazo concedidos em leilões de 2011 e 2013, respectivamente.

Para obter a participação acionária de 49% nos parques eólicos, a CWEI Brasil espera investir o valor de R$364,8 milhões, incluindo aportes de capital estimados em R$100,8 milhões nos projetos atualmente em desenvolvimento.

A conclusão de ambas as transações está sujeita à aprovação prévia por parte das autoridades regulatórias, além de outras medidas de natureza societária e contratual necessárias para a conclusão da transação, que está prevista para ocorrer até o final do primeiro semestre de 2015.

Conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, o saldo do Investimento na EDP Renováveis Brasil no montante de R$107.054, foi transferido para a rubrica Ativos não circulantes mantidos para venda, até a conclusão da transação.

### 5.8 Assinatura do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica - São Manoel

Em 10 de abril de 2014 a controlada em conjunto São Manoel assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica que regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires denominado UHE São Manoel, sob o regime de produção independente de energia elétrica. O projeto conta com capacidade instalada de 700 MW e garantia física de 421,7 MW médios, com início da entrega da energia em janeiro de 2018 ao preço de R$83,49 por MWh, reajustado pelo IPCA. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

### 5.9 Liquidação antecipada de empréstimo junto ao BEI - Banco Europeu de Investimento e *Swap* junto ao Banco Goldman Sachs - EDP Bandeirante e EDP Escelsa

Em 14 de agosto de 2014, os Conselhos de Administração das controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa deliberaram pela liquidação antecipada dos empréstimos junto ao BEI - Banco Europeu de Investimento e suas proteções contratadas junto ao Banco Goldman Sachs. De acordo com os contratos, as liquidações estavam previstas para 17 de fevereiro de 2018.

Em 15 de agosto de 2014 as controladas liquidaram antecipadamente os referidos empréstimos sendo pagos os montantes de principal de R$89.462 e de juros R$722. As liquidações dos *swaps* resultaram em um ganho para as controladas de R$18.850, sendo recebidos líquidos de Imposto de Renda o montante de R$16.022.

A decisão da Administração para estas liquidações antecipadas foi o risco de uma eventual ultrapassagem do índice financeiro (Dívida Bruta/EBITDA) decorrentes do impacto da implantação do IFRS no tocante à impossibilidade do registro dos ativos e passivos regulatórios, somado ao atual cenário do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil.

### 5.10 Entrada em operação da UHE Jari

A ECE Participações, durante o exercício de 2014, recebeu da ANEEL as Declarações Comerciais de Operação - DCOs para iniciar a operação comercial da UHE Jari. A partir das DCOs a UHE Jari passou a ter todas as suas máquinas autorizadas a gerar energia elétrica para cumprir suas obrigações contratuais a partir de 1º de janeiro de 2015.

Da energia gerada antecipadamente às obrigações contratuais, parte foi fornecida ao Sistema Interligado Nacional - SIN sendo remuneradas pelo PLD (Submercado Norte) e liquidadas no mercado de curto prazo e a outra foi comercializada em contratos bilaterais.

Segue abaixo, em ordem cronológica, os Despachos que autorizaram a entrada em operação das unidades geradoras:

| | Data da entrada em operação | Despacho - ANEEL | Capacidade Instalada (MW) |
|---|---|---|---|
| Unidade Geradora 01 - UG01 | 17/09/2014 | nº 3.749 de 16/09/2014 | 123,33 |
| Unidade Geradora 02 - UG02 | 14/11/2014 | nº 4.427 de 13/11/2014 | 123,33 |
| Unidade Geradora 04 - UG04 | 19/12/2014 | nº 4.868 de 18/12/2014 | 3,40 |
| Unidade Geradora 03 - UG03 | 31/12/2014 | nº 4.956 de 30/12/2014 | 123,33 |

### 5.11 Assinatura de contrato de financiamento - BNDES - EDP Bandeirante e EDP Escelsa

Em 29 de dezembro de 2014, as distribuidoras firmaram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor total de R$569.709, com incidência de juros que variam entre TJLP e TJLP + 3,05% a.a.. A primeira liberação deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2015 e a última liberação poderá ocorrer até fevereiro de 2017.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O início de pagamento de principal será entre junho de 2016 e junho de 2017, com vencimento final entre maio de 2022 a dezembro de 2024. A operação possui como garantia fiança corporativa da EDP - Energias do Brasil e cessão fiduciária de receitas.

**5.12 Ressarcimento por indisponibilidade superior à utilizada no cálculo da Garantia Física - Porto do Pecém**

Em 9 de abril de 2013 foi protocolado na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pleito para o cumprimento da Subcláusula nº 6.2.1 dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs firmados no âmbito do Leilão nº 01/2007. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE está cobrando ressarcimentos pelo não atendimento ao despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS na capacidade plena da usina. Estes ressarcimentos vêm sendo cobrados desde dezembro de 2012, data em que a Unidade Geradora 01 entrou em operação comercial. A controlada em conjunto Porto do Pecém entende que a apuração que está sendo realizada está em desacordo com os CCEARs celebrados. Tais ressarcimentos estão sendo apurados em base horária, ao invés de se utilizar um período de 60 meses, única regra disponível na época do Leilão.

Em janeiro de 2014, a controlada em conjunto Porto do Pecém ingressou com ação judicial e obteve Tutela Antecipada que suspendeu a aplicação do cálculo de indisponibilidade da UTE Porto do Pecém I em base horária e determinou que fossem efetuados com base na média dos últimos 60 meses.

Em 7 de agosto de 2014 foi proferida sentença judicial pelo Juiz da 15ª Vara Federal do Distrito Federal ratificando os termos da Tutela Antecipada, determinando a suspensão do cálculo dos custos de indisponibilidade em base horária e a aplicação da média dos últimos 60 meses.

Em 30 de setembro de 2014, por meio do Despacho nº 4.002, de 30 de setembro de 2014, a ANEEL aprovou o pleito da Porto do Pecém e determinou o recálculo pela CCEE dos ressarcimentos devidos pela empresa desde o início da operação comercial de suas unidades geradoras.

Em 31 de outubro de 2014 a CCEE efetuou o recálculo e a Porto do Pecém teve direito ao recebimento do montante de R$251.824, sendo R$234.915 relativo aos valores pagos a maior pela sistemática anterior e R$16.909 de atualização monetária. Os valores já foram integralmente recebidos.

No mês de dezembro de 2014, a Porto do Pecém constituiu provisão para os futuros ressarcimentos por indisponibilidades incorridas no montante de R$260.442, com base na aplicação do novo cálculo de indisponibilidade, ou seja, a média móvel dos últimos 60 meses."

**5.13 Desligamento intempestivo da unidade geradora UG01 da UTE Porto do Pecém I**

Em 15 de setembro de 2014 a Companhia, por meio de Comunicado a Mercado, informou que em 25 de agosto de 2014 houve o desligamento intempestivo da unidade geradora UG01 da UTE Porto do Pecém I, um empreendimento controlado juntamente com a ENEVA S.A., promovendo a indisponibilidade não programada de 360MW de geração.

Em 2 de dezembro de 2014 a Companhia comunicou ao Mercado que a unidade geradora UG01 da UTE Porto do Pecém I retomou a operação.

A solução para o desligamento consistiu na substituição do gerador com a finalidade de reduzir o tempo de parada da UG01 e promover confiabilidade da operação da unidade. A avaliação e solução dos danos foram executadas pelas equipes de operações de UTE Porto do Pecém I e pelos técnicos especializados da Siemens, fabricante do gerador, em parceria com técnicos da Companhia e ENEVA.

O investimento para substituição do gerador será coberto pelo seguro de dano patrimonial vigente. A paralisação da UG01 durante o período de 87 dias será coberto pelo lucro cessante após o 60º dia e impactará o cálculo do ressarcimento por indisponibilidade a partir de 2016 pelo período de 60 meses.

**5.14 Acordo de compra de ações com a Eneva S.A.**

Em 9 de dezembro de 2014 a Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado, informou que assinou um Acordo de Compra de Ações com a Eneva S.A. (Eneva), com o objetivo de adquirir 50,0% do capital total e votante da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém) detido pela Eneva, incluindo mútuos e créditos de carvão e energia. A Porto do Pecém é uma parceria entre a Companhia, que já detém 50% do capital total votante, e a Eneva que opera e mantém a UTE Porto do Pecém I.

O preço de compra a ser pago pela Companhia à Eneva, em relação à transação, será de R$300.000, e está sujeito à aprovação prévia pelo BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e outras medidas de naturezas societárias e contratuais necessárias para a eficácia da transferência do capital acima mencionado.

**5.15 Captações de recursos**

Durante o exercício de 2014, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, realizaram diversas captações de recursos. Para a Companhia e controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa, as captações de recursos têm como principal objetivo a recomposição de caixa, o alongamento de dívidas de curto prazo e financiamento de capital de giro frente ao cenário desfavorável do setor de energia. Para as controladas em conjunto UHE's Cachoeira Caldeirão e São Manoel, não consolidadas nestas Demonstrações Financeiras, as captações têm como objetivo a construção das usinas previstas para serem concluídas em 2017 e 2018, respectivamente. A tabela abaixo resume as principais captações ocorridas no exercício de 2014:

| Empresa | Fonte | Data | Vencimento | Valor | Custo da dívida |
|---|---|---|---|---|---|
| EDP - Energias do Brasil | Debêntures | fev/14 | ago/15 | 300.000 | CDI + 0,72% |
| EDP Bandeirante | Crédito Rural | fev/14 | jul/15 | 98.627 | 101,15% do CDI |
| EDP Bandeirante | Debêntures | abr/14 | abr/19 | 300.000 | CDI + 1,39% |
| EDP Escelsa | Crédito Rural | fev/14 | jul/15 | 110.575 | 101,15% do CDI |
| EDP Escelsa | Cédula Cambiária | mai/14 | mai/18 | 200.000 | 85% do CDI + 1,0625% |
| EDP Escelsa | Debêntures | ago/14 | ago/20 | 176.800 | CDI + 1,50% |
| São Manoel | Cédula de Crédito Bancário | fev/14 | ago/14 | 45.000 | CDI +0,90% |
| São Manoel | Debêntures | jul/14 | jan/16 | 532.000 | 111,5% do CDI |
| Cachoeira Caldeirão | Nota Promissória | out/14 | fev/15 | 295.000 | 109,25% do CDI |
| Cachoeira Caldeirão | BNDES FINEM | dez/14 | out/37 | 300.000 | URTJLP+2,12% |
| | | | | **2.358.002** | |

**5.16 Lei nº 12.973, de 13 de novembro de 2014 (Conversão da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013) e Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 24 de novembro de 2014**

A Lei nº 12.973/14, trouxe mudanças relevantes para as regras tributárias federais em vigor obrigatoriamente a partir de janeiro de 2015, sendo facultada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a Lei revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e prevê a entrega de nova obrigação acessória, a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em substituição da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). A referida legislação já foi regulamentada pela Instrução Normativa nº 1.515/14, entretanto, alguns temas relevantes estão pendentes de regulamentação pela Receita Federal do Brasil.

A Companhia e suas controladas elaboraram estudos dos possíveis efeitos da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Bancos conta movimento | 11.862 | 53.099 | 478.941 | 301.932 |
| Aplicações financeiras - renda fixa | 15.220 | 191.012 | 348.030 | 622.214 |
| **Total** | **27.082** | **244.111** | **826.971** | **924.146** |

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Controladora referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados a taxa de 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A taxa média de aplicação do Grupo EDP - Energias do Brasil, que referem-se a Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, variam entre 93,00% e 101,50% do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 36.

## 7 Consumidores e concessionárias

| | | Consolidado | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Saldos Vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Total | PCLD (Nota 7.6) | Saldo líquido em 31/12/2014 | Saldo líquido em 31/12/2013 |
| Circulante | | | | | | | | |
| Consumidores | | | | | | | | |
| Fornecimento faturado | | | | | | | | |
| Residencial | | 135.512 | 115.145 | 26.133 | 276.790 | (26.133) | 250.657 | 218.207 |
| Industrial | | 56.154 | 26.823 | 18.222 | 101.199 | (14.405) | 86.794 | 77.410 |
| Comércio, Serviços e Outras Atividades | | 82.058 | 33.236 | 12.199 | 127.493 | (8.491) | 119.002 | 89.970 |
| Rural | | 16.395 | 10.405 | 3.386 | 30.186 | (460) | 29.726 | 23.210 |
| Poder Público | | | | | | | | |
| Federal | | 6.963 | 909 | 70 | 7.942 | (38) | 7.904 | 5.887 |
| Estadual | | 7.100 | 457 | 393 | 7.950 | (338) | 7.612 | 6.216 |
| Municipal | | 11.469 | 5.273 | 1.203 | 17.945 | (197) | 17.748 | 12.834 |
| Iluminação Pública | | 14.140 | 5.833 | 283 | 20.256 | (10) | 20.246 | 13.913 |
| Serviço Público | | 14.731 | 3.448 | 6.507 | 24.686 | (23) | 24.663 | 29.865 |
| Clientes livres | | 120.039 | 551 | 18 | 120.608 | | 120.608 | 63.075 |
| Fornecimento não faturado | | 277.944 | | | 277.944 | | 277.944 | 206.382 |
| Parcelamentos de débitos | | 81.716 | 14.398 | 50.855 | 146.969 | (99.115) | 47.854 | 52.959 |
| (-) Ajuste a valor presente | 7.1 | (1.192) | | | (1.192) | | (1.192) | (1.506) |
| Outros créditos | 7.2 | 28.592 | 194 | 634 | 29.420 | | 29.420 | 29.529 |
| | | **851.621** | **216.672** | **119.903** | **1.188.196** | **(149.210)** | **1.038.986** | **827.951** |
| Concessionárias | | | | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | 7.3 | 209.577 | 1.882 | 738 | 212.197 | (614) | 211.583 | 253.061 |
| Energia de curto prazo | 7.4 | 38.519 | | | 38.519 | | 38.519 | 21.198 |
| Encargos de uso da rede elétrica | | 4.449 | 1 | 178 | 4.628 | (178) | 4.450 | 4.252 |
| Outros créditos | 7.5 | 58.623 | | 696 | 59.319 | (696) | 58.623 | 20.085 |
| | | **311.168** | **1.883** | **1.612** | **314.663** | **(1.488)** | **313.175** | **298.596** |
| **Total Circulante** | | **1.162.789** | **218.555** | **121.515** | **1.502.859** | **(150.698)** | **1.352.161** | **1.126.547** |
| Não circulante | | | | | | | | |
| Consumidores | | | | | | | | |
| Fornecimento faturado | | | | | | | | |
| Industrial | | 4.934 | | | 4.934 | (3.227) | 1.707 | 1.707 |
| Comércio, Serviços e Outras Atividades | | 18 | | | 18 | | 18 | 18 |
| Serviço público | | 1.556 | | | 1.556 | | 1.556 | - |
| Parcelamentos de débitos | | 74.047 | 1 | 8 | 74.056 | (5.530) | 68.526 | 65.621 |
| (-) Ajuste a valor presente | 7.1 | (9.650) | | | (9.650) | | (9.650) | (14.493) |
| | | **70.905** | **1** | **8** | **70.914** | **(8.757)** | **62.157** | **52.853** |
| Concessionárias | | | | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | 7.3 | 221.618 | | | 221.618 | | 221.618 | - |
| Outros créditos | | 1.103 | | | 1.103 | (119) | 984 | 2.055 |
| | | **222.721** | **-** | **-** | **222.721** | **(119)** | **222.602** | **2.055** |
| **Total Não Circulante** | | **293.626** | **1** | **8** | **293.635** | **(8.876)** | **284.759** | **54.908** |

Os saldos a receber de Consumidores e Concessionárias são registrados pelo valor faturado ou a ser faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das companhias.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

A exposição das controladas aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 36.

**7.1 Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2014 correspondia, em ambas as distribuidoras, a 11,36% a.a. (11,36% em 31 de dezembro de 2013), afetando positivamente o resultado das distribuidoras no exercício em R$5.157 (negativamente em R$1.033 em 31 de dezembro de 2013).

**7.2 Outros créditos - Consumidores**

Do montante em 31 de dezembro de 2014 de R$29.420 (R$29.529 em 31 de dezembro de 2013), R$27.415 (R$28.614 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao saldo de Encargos de capacidade emergencial - ECE e Encargo de aquisição de energia elétrica emergencial - EAEEE, sendo que R$27.415 estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a Companhia possui um passivo no valor de R$31.699 (Nota 26).

**7.3 Concessionárias - Suprimento de energia elétrica**

Do saldo circulante e não circulante de R$433.201 (R$253.061 em 31 de dezembro de 2013), destaca-se o valor de R$243.058 (R$110.917 em 31 de dezembro de 2013) que a EDP Comercializadora possui com o empreendimento controlado em conjunto Porto do Pecém referente às operações de venda de suprimento de energia elétrica.

**7.4 Concessionárias - Energia de curto prazo**

O saldo refere-se às transações com energia elétrica e encargos realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

**7.5 Outros créditos - Concessionárias**

Do montante circulante em 31 de dezembro de 2014 de R$58.623 (R$20.085 em 31 de dezembro de 2013), R$58.080 (R$19.567 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a valores que a EDP Bandeirante e EDP Escelsa têm a receber das geradoras referentes a ressarcimentos por insuficiência de geração, por indisponibilidade, por geração inferior ao Despacho do ONS e por geração inferior a inflexibilidade, substancialmente de competência de dezembro de 2013 a dezembro de 2014.

**7.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa constituem a provisão, com base na Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, conforme detalhado a seguir:

i) Residencial: vencidos há mais de 90 dias;
ii) Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e
iii) Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.

Para os parcelamentos de débitos, as controladas adotam os seguintes critérios:

i) Clientes baixa tensão: parcela vencida há mais de 90 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
ii) Clientes média e alta tensão: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento; e
iii) Poder Público: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzindo-os dos valores cobertos por meio de apresentação de Nota de Empenho.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 36.2.3.

## 8 Ativos financeiros setoriais

Quando da adoção das IFRS no Brasil, a partir de 2010, as distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa deixaram de reconhecer esses ativos e/ou passivos, com base no entendimento de que os mesmos não atendiam plenamente às definições de ativo e passivo contidas na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro do CPC e do IFRS. Tal entendimento decorria de que: (i) sua realização ou exigibilidade dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade (a entrega futura de energia elétrica); e (ii) não era praticável saber, no momento do surgimento desses direitos ou

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

obrigações, se e quais os efetivos compradores dessa energia no futuro que pagariam essas diferenças ou as teriam devolvidas em suas contas de energia elétrica.
Adicionalmente, havia entendimento de que a legislação em vigor não garantia, de forma objetiva, o direito ao completo recebimento ou pagamento destes valores nos casos em que o mecanismo de tarifa não fosse suficiente para realizar o direito ou a obrigação ou, ainda, nos casos em que a concessão cessasse por qualquer motivo.
Para reduzir incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e a realização ou liquidação destes ativos e/ou passivos e, consequentemente, qualificá-los como passíveis de reconhecimento nas Demonstrações Financeiras, a ANEEL decidiu, em 25 de novembro de 2014, aditar os contratos de concessão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras.
Com o aditamento aos contratos de concessão, o CPC emitiu, em 28 de novembro de 2014, o OCPC 08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica) considerando não mais haver impedimento para o reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes da metodologia de definição da tarifa de distribuição de energia elétrica. A orientação tem por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos e passivos.
O OCPC 08 determinou que, como tratam-se de ativos e passivos recuperados por meio da tarifa cobrada do consumidor, os mesmos devem ser tratados como ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, em contrapartida a receita operacional, no resultado do exercício.
Em 10 de dezembro, as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa reconheceram na rubrica Receitas de ativos financeiros setoriais, na Receita operacional líquida, o montante atualizado monetariamente de R$490.491 referente a diferença entre os valores efetivamente pagos daqueles orçados na tarifa, conforme orientação de reconhecimento inicial do OCPC 08. Após esta data, as respectivas atualizações monetárias foram reconhecidas no Resultado financeiro.

| | Reconhecimento inicial 10/12/2014 | Apropriação | Amortização | Atualização | 31/12/2014 | Valores em amortização | Valores em constituição | Circulante | Não Circulante | IRT (*) 2014 | IRT (*) 2015 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | | | | | | | |
| **CVA** | | | | | | | | | | | |
| Compra de energia | 274.957 | 144.116 | (27.459) | 1.266 | 392.880 | 228.394 | 164.486 | 283.810 | 109.070 | 228.394 | 164.486 |
| Transporte - Itaipu | 236 | 11 | (11) | 1 | 237 | 95 | 142 | 137 | 100 | 95 | 142 |
| Rede Básica | 39.071 | 2.013 | (1.434) | 144 | 39.794 | 12.582 | 27.212 | 20.460 | 19.334 | 12.582 | 27.212 |
| ESS | (209.136) | (34.475) | 7.006 | (850) | (237.455) | (57.867) | (179.588) | (118.005) | (119.450) | (57.867) | (179.588) |
| CDE | 18.032 | 2.471 | (1.765) | 18 | 18.756 | 15.049 | 3.707 | 16.301 | 2.455 | 15.049 | 3.707 |
| PROINFA | 5.026 | 245 | (623) | (2) | 4.646 | 5.026 | (380) | 4.912 | (266) | 5.026 | (380) |
| | **128.186** | **114.381** | **(24.286)** | **577** | **218.858** | **203.279** | **15.579** | **207.615** | **11.243** | **203.279** | **15.579** |
| **Itens financeiros** | | | | | | | | | | | |
| Sobrecontratação/exposição de energia | 282.429 | 44.944 | (5.170) | 1.609 | 323.812 | 40.586 | 283.226 | 136.089 | 187.723 | 40.586 | 283.226 |
| Neutralidade - Parcela A | (17.319) | (4.105) | 1.026 | (78) | (20.476) | (8.045) | (12.431) | (12.749) | (7.727) | (8.045) | (12.431) |
| Exposição CCEAR entre submercados | 12.692 | | 820 | | 13.512 | (6.626) | 20.138 | (3.808) | 17.320 | (6.626) | 20.138 |
| Outros | 8.587 | (24.951) | (648) | 10 | (17.002) | 2.393 | (19.395) | (7.253) | (9.749) | 2.393 | (19.395) |
| | **286.389** | **15.888** | **(3.972)** | **1.541** | **299.846** | **28.308** | **271.538** | **112.279** | **187.567** | **28.308** | **271.538** |
| **PIS e COFINS** | | | | | | | | | | | |
| PIS/COFINS Nota Técnica nº 115/04 | 33.659 | (2.289) | | | 31.370 | 31.370 | | 31.370 | | 31.370 | - |
| PIS/COFINS sobre Ativos financeiros setoriais | 42.257 | 9.211 | | | 51.468 | 27.297 | 24.171 | 32.114 | 19.354 | 27.297 | 24.171 |
| | **75.916** | **6.922** | **-** | **-** | **82.838** | **58.667** | **24.171** | **63.484** | **19.354** | **58.667** | **24.171** |
| **Total** | **490.491** | **137.191** | **(28.258)** | **2.118** | **601.542** | **290.254** | **311.288** | **383.378** | **218.164** | **290.254** | **311.288** |

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença temporal entre os custos orçados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa nos casos em que os custos orçados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados são superiores aos custos efetivamente incorridos.
Os ativos e passivos financeiros setoriais são homologados anualmente pela ANEEL por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Bandeirante, ocorrem em 23 de outubro e, na EDP Escelsa, em 7 de agosto.
Os valores em amortização foram homologados pela ANEEL e serão cobrados nas tarifas até o dia 22 de outubro de 2015 para a EDP Bandeirante e até o dia 6 de agosto de 2015 para EDP Escelsa. Os valores em constituição referem-se à estimativa dos custos incorridos até a data do balanço que se realizaram diferente do orçado na tarifa vigente a serem homologados nos reajustes tarifários futuros.
Os valores que compõem os ativos financeiros setoriais são:
• **Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da "Parcela A" - CVA:** É composta pelos custos de aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, os custos incorridos são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
• **Itens financeiros:** Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: (i) Sobrecontratação/Exposição de energia ao mercado de curto prazo; (ii) Neutralidade tarifária dos encargos pertencentes a Parcela A; e (iii) Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre submercados.
Dentre os principais montantes apresentados, destacam-se:
(i) Compra de Energia: para os processos tarifários de 2013 foram utilizadas previsões de PLD que não se concretizaram ao longo de 2014 frente ao cenário energético do país, inclusive com modificação de metodologia. Como a expectativa de preços médios foi baseada nos custos esperados com este PLD, o preço médio de compra de energia verificado em 2014 foi muito superior ao preço médio de cobertura homologado nos processos de 2013;
(ii) ESS: com a alta do PLD verificada em 2014, constatou-se uma queda nos valores de pagamento do encargo. Em contrapartida, por intermédio da Resolução Normativa nº 613/14, a ANEEL estabeleceu o repasse do excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER (Nota 5.1) para cobrir o déficit das distribuidoras ocasionando, consequentemente, um valor a devolver na tarifa; e
(iii) Sobrecontratação/exposição de energia: considerando a elevação da carga nos primeiros meses do ano de 2014, a opção de determinados geradores de não aderirem ao regime de Cotas de Garantia Física renovando suas concessões e da frustração de leilões de energia ao longo dos anos de 2013 e 2014, as distribuidoras encontraram-se em uma posição de exposição involuntária, com a necessidade de comprar no Mercado de Curto Prazo - MCP a energia deficitária a um elevado PLD.
O saldo de R$601.542 em 31 de dezembro de 2014, inclui o montante de R$148.743 referente a estimativa de ressarcimento da CCEE por meio da Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, reconhecidos em Ativos financeiros setoriais pois, até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, as tratativas para a liberação dos recursos não haviam sido completamente efetivadas pelos órgãos competentes (Nota 5.1). Deste montante, o valor de R$84.002 refere-se à competência de novembro e, o saldo remanescente de R$64.741, refere-se à competência de dezembro. Estes valores destinam-se a cobrir os custos que excederam a cobertura tarifária relativa: i) à exposição contratual involuntária no valor de R$28.931; ii) ao despacho termoelétrico relativo aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade no valor de R$46.177; e iii) ao risco hidrológico no valor de R$73.635.

## 9 Títulos a receber

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Cessão de crédito - Tangará Energia S.A. | | | | | 5.499 | 4.965 | 1.763 | 6.385 |
| Cessão de crédito - Rede Energia S.A. | | | | | 107 | | 12.796 | 10.664 |
| (-) AVP - Cessão de crédito - Rede Energia S.A. | | | | | | | (9.522) | |
| Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" | 2.970 | 2.939 | 67.925 | 69.244 | | | | |
| (-) AVP - Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" | | | (45.885) | (47.707) | | | | |
| **Total** | **2.970** | **2.939** | **22.040** | **21.537** | **5.606** | **4.965** | **5.037** | **17.049** |

**Controladora**
O montante de R$25.010 (R$24.476 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao principal das ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" de emissão da controlada Investco. Adicionalmente, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro na categoria de empréstimo e recebíveis por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.
A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2032 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a., que corresponde ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.
**Consolidado**
**Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.:** Refere-se, ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado em 31 de agosto de 2004 entre a controlada Lajeado e a Tangará Energia S.A., aprovado pela ANEEL por meio dos Ofícios nº 467/00-SFF/ANEEL e 1.706/04-SFF/ANEEL, com as seguintes condições: montante original do contrato de R$18.199; prazo para pagamento de 120 meses; carência de 18 meses; remuneração de 100% do CDI; e término em 29 de fevereiro de 2016. Como garantia foi dada uma nota promissória no valor do saldo devedor.
**Cessão de crédito - Rede Energia S.A.:** Refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado em 31 de dezembro de 2006 entre a controlada Lajeado e a Rede Energia S.A. (Rede Energia), aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007, no montante original do contrato de R$23.532.
Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia protocolou na Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo o pedido de Recuperação Judicial que foi deferido pelo juiz em 19 de dezembro de 2012. Na ocasião, o saldo contábil de R$10.664 ficou inalterável até a aprovação do Plano de Recuperação Judicial.
Dentre as opções apresentadas no Plano de Recuperação, a Lajeado optou pela "Opção A" que compreendia em pagamento integral da dívida, sem deságio, com aplicação de juros de 1% ao ano, em parcelas anuais, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 30 de julho de 2014. Os demais pagamentos ocorrerão nos meses de julho de cada ano, pelo período de 22 anos.
A controlada Lajeado efetuou a estimativa de valor justo considerando as condições acima descritas, trazendo a valor presente, conforme CPC 12, pela taxa de desconto de 7,6% a.a. que representa a taxa de remuneração de capital (WACC) da controlada.

## 10 Impostos e contribuições sociais

| | | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Saldo em 31/12/2013 | Adição | Atualização monetária | Pagamentos | Compensação tributos federais | Reclassificação | Transferência | Saldo em 31/12/2014 |
| **Ativos - Compensáveis** | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 10.1 | 71.009 | 20.854 | 7.054 | | (12.163) | | 8.267 | 95.021 |
| PIS e COFINS | | 234 | 4.505 | 4.498 | | (8.294) | | (694) | 249 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | | 3.531 | 4.939 | | | | | (1.966) | 6.504 |
| IRRF sobre juros s/capital próprio | | 27.572 | 15.369 | | | | | (27.572) | 15.369 |
| Outros | | 135 | 53 | | | | | (3) | 185 |
| **Total** | | **102.481** | **45.720** | **11.552** | **-** | **(20.457)** | **-** | **(21.968)** | **117.328** |
| Circulante | | 102.481 | | | | | | | 117.328 |
| **Total** | | **102.481** | | | | | | | **117.328** |
| **Passivo - a recolher** | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | 21.274 | | | | | (21.274) | - |
| ICMS | | 2 | (2) | | | | | | - |
| PIS e COFINS | | 16.275 | 9.477 | | | (16.274) | | (694) | 8.784 |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros | | 256 | 2.130 | 1 | (2.164) | | | | 223 |
| IRRF sobre juros s/capital próprio | | 4.184 | 19.412 | | | (4.183) | | | 19.413 |
| Parcelamentos | 10.4 | 46.396 | 9.180 | 7.623 | (17.570) | | | | 45.629 |
| Encargos com pessoal | | - | 17.720 | 5 | (12.267) | | | 1.448 | 6.906 |
| Outros | | 1.457 | 1.555 | | (194) | | | (1.448) | 1.370 |
| **Total** | | **68.570** | **80.746** | **7.629** | **(32.195)** | **(20.457)** | **-** | **(21.968)** | **82.325** |
| Circulante | | 26.008 | | | | | | | 40.816 |
| Não circulante | | 42.562 | | | | | | | 41.509 |
| **Total** | | **68.570** | | | | | | | **82.325** |

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | | Consolidado | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Saldo em 31/12/2013 | Adição | Baixas | Atualização monetária | Adiantamentos/ Pagamentos | Compensação tributos federais | Reclassificação | Transferência | Saldo em 31/12/2014 |
| **Ativos - Compensáveis** | | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | 110.375 | 31.951 | | 9.796 | 109.971 | (47.375) | (452) | (67.010) | 147.256 |
| ICMS | 10.2 | 69.687 | 42.542 | | | | | | (29.745) | 82.484 |
| PIS e COFINS | | 19.286 | 738.405 | (483) | 21.787 | | (40.219) | | (724.738) | 14.038 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | | 8.738 | 21.506 | | | | (44) | 450 | (6.369) | 24.281 |
| IRRF sobre juros s/capital próprio | | 32.697 | 20.110 | | | | | | (32.697) | 20.110 |
| Outros | | 9.835 | 5.834 | (91) | 342 | (4) | | (147) | 1.935 | 17.704 |
| **Total** | | **250.618** | **860.348** | **(574)** | **31.925** | **109.967** | **(87.638)** | **(149)** | **(858.624)** | **305.873** |
| Circulante | | 195.291 | | | | | | | | 235.154 |
| Não circulante | | 55.327 | | | | | | | | 70.719 |
| **Total** | | **250.618** | | | | | | | | **305.873** |
| **Passivo - a recolher** | | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | 84.502 | 133.505 | | | (91.805) | (171) | | (106.252) | 19.779 |
| ICMS | 10.3 | 127.103 | 1.697.542 | | | (1.634.703) | | | (29.745) | 160.197 |
| PIS e COFINS | | 49.427 | 1.103.712 | | 69 | (298.438) | (83.284) | | (725.356) | 46.130 |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros | | 2.351 | 28.043 | (28) | 11 | (28.416) | | | 540 | 2.501 |
| IRRF sobre juros s/capital próprio | | 46.940 | 45.943 | | | (42.756) | (4.183) | | | 45.944 |
| Parcelamentos | 10.4 | 116.440 | 8.615 | | 10.745 | (56.412) | | | 2.726 | 82.114 |
| Encargos com pessoal | | 436 | 112.228 | | 10 | (107.039) | | | 10.304 | 15.939 |
| Outros | | 12.577 | 24.456 | | 1 | (23.178) | | | (10.841) | 3.015 |
| **Total** | | **439.776** | **3.154.044** | **(28)** | **10.836** | **(2.282.747)** | **(87.638)** | **-** | **(858.624)** | **375.619** |
| Circulante | | 351.487 | | | | | | | | 304.173 |
| Não circulante | | 88.289 | | | | | | | | 71.446 |
| **Total** | | **439.776** | | | | | | | | **375.619** |

Os impostos e contribuições sociais correntes são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32.

**10.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora**

Os valores registrados referem-se, basicamente, a imposto de renda decorrentes de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita principalmente com Imposto de renda retido na fonte sobre os JSCP declarados.

**10.2 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado**

Do montante em 31 de dezembro de 2014 de R$82.484 (R$69.687 em 31 de dezembro de 2013), as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa apresentam saldo em 31 de dezembro de 2014 de R$82.229 (R$69.560 em 31 de dezembro de 2013), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R$75.279 (R$62.826 em 31 de dezembro de 2013) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados a razão de 1/48 avos por mês.

**10.3 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado**

Do montante em 31 de dezembro de 2014 de R$160.197 (R$127.103 em 31 de dezembro de 2013), as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa apresentam saldo de R$151.107 (R$119.945 em 31 de dezembro de 2013), referente ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

**10.4 Parcelamentos**

Em 2009 a Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia assim como suas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Lajeado procederam à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

**Controladora**

Do valor total da dívida de R$45.629 em 31 de dezembro de 2014, R$40.509 foram parcelados em 180 vezes restando 118 parcelas de R$343 atualizáveis mensalmente pela SELIC e R$5.120 possuem depósitos judiciais no mesmo montante, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/ RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Em agosto de 2014 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL ao programa REFIS da Copa no montante de R$9.173. O efeito da adesão ao programa foi uma redução de R$2.595 (R$1.853 juros e R$742 de multas e encargos). Do saldo remanescente no montante de R$6.578, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e base negativa no valor de R$4.078 para compensar juros e multa. Do saldo remanescente de R$2.500, a RFB solicitou uma antecipação de 10% de parte do débito, sendo que R$106 foi pago a vista e R$647 foi parcelado em 5 vezes de R$129, restando ainda 3 parcelas a serem pagas. A partir de janeiro de 2015 o saldo final de R$1.747 será pago em 30 parcelas de R$58 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

**Consolidado**

Em setembro de 2006, a controlada Lajeado aderiu ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303/06, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de débitos de IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa.

Em 2009, foi formalizada junto à RFB a adesão do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a controlada procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

Do valor total consolidado da dívida em 31 de dezembro de 2014 de R$82.114, que inclui a Companhia e as controladas Lajeado e EDP Escelsa, R$76.997 foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R$5.117 restantes possuem depósitos judiciais no mesmo montante, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

**11 Tributos diferidos**

| | | Controladora | | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Passivo | | Ativo | | Passivo | | |
| | | Não Circulante | | Não Circulante | | Circulante | Não Circulante | |
| | Nota | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| PIS e COFINS | 11.1 | | | | | 32.114 | 19.354 | |
| Imposto de renda e contribuição social | 11.2 | 69.151 | 1.392 | 347.770 | 552.573 | | 235.638 | 173.720 |
| | | **69.151** | **1.392** | **347.770** | **552.573** | **32.114** | **254.992** | **173.720** |

**11.1 PIS e COFINS - EDP Bandeirante e EDP Escelsa**

O montante de R$51.468 refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre receita relativa aos ativos financeiros setoriais.

**11.2 Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

**11.2.1 Composição e base de cálculo**

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Passivo Não Circulante | | Resultado | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 2014 | 2013 |
| **Natureza dos créditos** | IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL |
| **Prejuízos Fiscais** | | | 1.560 | 1.475 |
| **Base Negativa da Contribuição Social** | | | 354 | 531 |
| | | | **1.914** | **2.006** |
| **Diferenças Temporárias** | | | | |
| MTM Ações Rede | | 1.392 | | |
| **Total diferenças temporárias** | | **1.392** | | |
| **Diferenças Temporárias - RTT** | | | | |
| Mais Valia - CPC 15 (R1) | 69.151 | | (69.151) | |
| **Total diferenças temporárias - RTT** | **69.151** | **-** | **(69.151)** | **-** |
| **Total** | **69.151** | **1.392** | **(67.237)** | **2.006** |

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos no montante de R$67.759 foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R$67.237, a crédito de Patrimônio líquido de R$1.392 e a débito no passivo de R$1.914.

| | | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Ativo Não Circulante | | Passivo Não Circulante | | Resultado | |
| | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| **Natureza dos créditos** | **Nota** | IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL |
| **Prejuízos Fiscais** | 11.2.1.3 | 57.081 | 56.964 | | | 1.677 | (10.343) |
| Base Negativa da Contribuição Social | 11.2.1.3 | 24.135 | 24.093 | | | 396 | (3.723) |
| | | **81.216** | **81.057** | **-** | **-** | **2.073** | **(14.066)** |
| Diferenças Temporárias | | | | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | 52.083 | 47.495 | | (5) | 4.583 | 8.669 |
| Benefício pós-emprego | | 43.312 | 34.426 | (326) | (272) | 8.940 | 9.181 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | | 77.929 | 71.088 | (1.714) | (1.484) | 7.071 | (1.005) |
| Ativos financeiros setoriais | | (187.024) | | | | (187.024) | |
| MTM Ações Rede | | | | | 1.392 | | |
| Outras | | 207 | (6.328) | | | 6.535 | (4.273) |
| **Total diferenças temporárias** | | **(13.493)** | **146.681** | **(2.040)** | **(369)** | **(159.895)** | **12.572** |
| **Benefícios pós-emprego - PSAP** | 11.2.1.1 | 6.678 | 14.204 | | | (7.526) | (321) |
| **Crédito fiscal do ágio incorporado** | 11.2.1.2 | 183.692 | 199.762 | | | (16.070) | (16.296) |
| **Diferenças Temporárias - RTT** | | | | | | | |
| Consumidores - ajuste a valor presente | | 3.686 | 5.439 | | | (1.753) | 443 |
| Gastos Pré-operacionais | | | | | | 1.783 | 4.887 |
| Mais Valia - CPC 15 (R1) | | | | 268.431 | 199.280 | (69.151) | |
| Amortização/Depreciação mais valia - CPC 15 (R1) | | | | (45.780) | (40.370) | 5.410 | 5.418 |
| Uso do bem público - CPC 25 | | 41.249 | 39.394 | (8.110) | (11.087) | (1.122) | 5.465 |
| Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1) | | (38.646) | (39.653) | | | 1.008 | (4.824) |
| Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39 | | 5.176 | 1.992 | 23.022 | 23.671 | 3.833 | 568 |
| **Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)** | | 78.716 | 103.826 | 115 | 26 | | |
| **Outras** | | (504) | (129) | | 2.569 | 1.534 | 628 |
| **Total diferenças temporárias - RTT** | | **89.677** | **110.869** | **237.678** | **174.089** | **(58.458)** | **12.585** |
| **Total** | | **347.770** | **552.573** | **235.638** | **173.720** | **(239.876)** | **(5.526)** |

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos consolidado são provenientes da Companhia e das controladas Energest, Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP Bandeirante, EDP Escelsa, EDP Comercializadora. A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos consolidado no montante de R$266.721 foi registrada em contrapartida do resultado do exercício em R$239.876, no Patrimônio líquido em R$23.808 e no Passivo no valor de R$1.914. A diferença de R$1.123 é relativa aos valores das empresas Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e CEJA, referente o período de 6 meses em que as mesmas afetaram o resultado do exercício consolidado.

**11.2.1.1 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP**

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da EDP Bandeirante, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

**11.2.1.2 Crédito fiscal do ágio incorporado**

O crédito fiscal do ágio é proveniente:

(i) na controlada EDP Bandeirante: da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da EDP Bandeirante;

(ii) na controlada EDP Escelsa: da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da Controladora, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da EDP Escelsa; e

(iii) na controlada Lajeado: da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela Lajeado.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das controladas, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R$5.976 para a controlada EDP Bandeirante até o ano de 2027, de R$1.874 para a controlada EDP Escelsa até o ano de 2025 e de R$4.744 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

**11.2.1.3 Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social**

Conforme legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

**11.2.2 Resultados tributáveis futuros**

As projeções de resultados tributáveis futuros indicam que as controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Lajeado apresentam base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários nos exercícios como demonstrado. Os créditos relacionados ao Ágio, mencionados na nota 11.2.1.2, serão realizados financeiramente até os exercícios de 2027, 2025 e 2032, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

A Administração das controladas elaboraram, em 31 de dezembro de 2014, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais nos exercícios indicados e, para as controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Lajeado, Energest, EDP Comercializadora e Enerpeixe, conforme requerido pela Instrução CVM nº 371/02, os referidos estudos foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração em 20 de fevereiro de 2015. Com base no estudo, as controladas estimam recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

| 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 a 2022 | 2023 a 2024 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| (40.799) | 139.261 | 103.294 | 35.162 | 33.005 | 64.278 | 13.569 | 347.770 |

Os valores contidos no intervalo de 2023 a 2024, além de diferenças temporárias, inclui ágio incorporado que irá se realizar até o término da concessão.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**12 Partes relacionadas**

Além dos valores de dividendos a pagar e a receber apresentados na Nota 30, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

| | | | Controladora | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Ativo | | | | Passivo | | | | Receitas (Despesas) | | | |
| | | | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | | Operacionais | | Financeiras | |
| | Relacionamento | Duração | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| **Partes relacionadas** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Bandeirante | Controlada | 01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL | | | 208 | 439 | | | | | 3.444 | 6.488 | | |
| Energest | Controlada | | | | 57 | 66 | | | | | 1.040 | 968 | | |
| EDP Comercializadora | Controlada | | | | 51 | 15 | | | | | 942 | 241 | | |
| Pantanal | Controlada | | | | 14 | 25 | | | | | 352 | 404 | | |
| Investco | Controlada | | | | 29 | 67 | | | | | 562 | 955 | | |
| Lajeado | Controlada | | | | 21 | 42 | | | | | 402 | 693 | | |
| Santa Fé | Controlada | | | | 13 | 17 | | | | | 208 | 251 | | |
| EDP Escelsa | Controlada | | | | 177 | 454 | | | | | 2.958 | 6.602 | | |
| **Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Bandeirante | Controlada | 01/01/2011 a 31/12/2014 | | | 288 | 229 | | | | | 3.149 | 3.086 | | |
| Energest | Controlada | | | | 133 | 107 | | | | | 1.468 | 417 | | |
| EDP Comercializadora | Controlada | | | | 56 | 44 | | | | | 601 | 478 | | |
| Enercouto | Controlada | | | | 5 | 2 | | | | | 31 | 28 | | |
| ECE Participações | Controlada em conjunto | | | | 20 | 16 | | | | | 219 | 191 | | |
| Instituto EDP | Controlada | | | | 15 | 15 | | | | | 159 | 118 | | |
| Pantanal | Controlada | | | | 3 | 4 | | | | | 31 | 27 | | |
| Investco | Controlada | | | | 23 | 19 | | | | | 259 | 200 | | |
| Lajeado | Controlada | | | | 4 | 3 | | | | | 40 | 31 | | |
| CEJA | Controlada em conjunto | | | | 3 | 2 | | | | | 31 | 26 | | |
| EDP Escelsa | Controlada | | | | 70 | 56 | | | 2 | 14 | 775 | 646 | | |
| Cachoeira Caldeirão | Controlada em conjunto | | | | 2 | 2 | | | | | 31 | 16 | | |
| **Reembolso referente ao evento EDP Partners** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Portugal | Controladora | 19/12/13 | | | | 430 | | | | | | 430 | | |
| **Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI** | | | | | | | | | | | | | | |
| Energest | Controlada | 08/11/2011 a 17/06/2015 | 72 | 72 | | | | | | | | | | 306 |
| EDP Comercializadora | Controlada | 09/11/2009 a 06/09/2015 | | 11.620 | 73.003 | | | | | | | | 3.538 | 1.259 |
| EDP GRID | Controlada | 27/06/2005 a 29/11/2014 | | | | | | | | | | | | 325 |
| EDP Bandeirante | Controlada | 24/01/2013 a 31/01/2013 | | | | | | | | | | | | 98 |
| Terra Verde | Controlada | 01/01/2010 até indeterminado | | | | | | | | | | | | 170 |
| Pecém OM | Controlada em conjunto | 05/12/2011 a 31/12/2015 | | 782 | 876 | | | | | | | | | 52 |
| Porto do Pecém | Controlada em conjunto | 24/09/2012 a 09/12/2015 | | | 186.186 | 167.168 | | | | | | | 19.018 | 13.014 |
| CEJA | Controlada em conjunto | 27/06/2014 a 26/06/2015 | | | | | | | | | | | 10 | |
| Mabe | Controlada em conjunto | 04/10/2013 a 31/12/2015 | | 11.577 | 13.087 | | | | | | | | 1.420 | 257 |
| ECE Participações | Controlada em conjunto | 15/04/2014 a 30/04/2015 | | | | | | | | | | | 31 | |
| São Manoel | Controlada em conjunto | 07/07/2014 a 06/07/2015 | | | | | | | | | | | 29 | |
| **Contrato de serviços de consultoria** | | | | | | | | | | | | | | |
| Cenaeel | Coligada | 01/12/2013 a 30/11/2014 | | | 167 | 167 | | | | | | 93 | | |
| Elebrás | Coligada | | | | 1.660 | 1.660 | | | | | | 929 | | |
| EDP Renováveis | Coligada | | | | 184 | 49 | | | | | 135 | 27 | | |
| **Contrato de Prestação de Serviços** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Portugal | Controladora | | 6.946 | | | | 25.436 | | | | (18.490) | | | |
| São Manoel | Controlada em conjunto | 01/05/2014 a 30/04/2018 | 759 | | | | | | | | 759 | | | |
| **Contrato de repasse de garantia sobre os contratos de empréstimos** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDPR Espanha | Coligada | | | | 1.277 | 1.277 | | | | | | | | |
| | | | **7.777** | **24.051** | **277.632** | **172.375** | **25.436** | **-** | **2** | **14** | **(894)** | **23.345** | **24.046** | **15.481** |
| **Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC** | | | | | | | | | | | | | | |
| Resende | Controlada | 02/07/2013 a indeterminado | | | 3.428 | 3.860 | | | | | | | | |
| Terra Verde | Controlada | 31/12/2008 a indeterminado | | | 281 | 281 | | | | | | | | |
| Enercouto | Controlada | 16/05/2014 a indeterminado | | | 200 | | | | | | | | | |
| EDP GRID | Controlada | 30/12/2013 a indeterminado | | | | 1.000 | | | | | | | | |
| | | | **-** | **-** | **3.909** | **5.141** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| | | | **7.777** | **24.051** | **281.541** | **177.516** | **25.436** | **-** | **2** | **14** | **(894)** | **23.345** | **24.046** | **15.481** |

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | | | Consolidado | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Ativo | | | | Passivo | | | | Receitas (Despesas) | | | |
| | | | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | | Operacionais | | Financeiras | |
| | Relacionamento | Duração | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| **Consumidores e concessionárias** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Suprimento de energia elétrica** | | | | | | | | | | | | | | |
| Porto do Pecém | Controlada em conjunto | 01/12/2013 a 31/12/2015 | 21.440 | 110.917 | 221.618 | | | | | | 257.181 | 205.720 | | |
| | | | **21.440** | **110.917** | **221.618** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **257.181** | **205.720** | **-** | **-** |
| **Outros Créditos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ressarcimento por insuficiência de geração** | | | | | | | | | | | | | | |
| Porto do Pecém | Controlada em conjunto | 31/12/2012 a indeterminado | 10.957 | 3.532 | | | | | | | 11.128 | 10.222 | | |
| Porto do Pecém | Controlada em conjunto | 31/12/2012 a indeterminado | 6.316 | 1.845 | | | | | | | 7.692 | 1.845 | | |
| **Contrato de prestação de serviços** | | | | | | | | | | | | | | |
| Feijão I | Coligada | 21/07/2014 até o cumprimento das obrigações contratuais | 336 | | | | | | | | 336 | | | |
| Feijão II | Coligada | | 336 | | | | | | | | 336 | | | |
| Feijão III | Coligada | | 336 | | | | | | | | 336 | | | |
| Feijão IV | Coligada | | 336 | | | | | | | | 336 | | | |
| | | | **18.617** | **5.377** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **20.164** | **12.067** | **-** | **-** |
| **Partes relacionadas** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Contrato de serviços de consultoria** | - | | | | | | | | | | | | | |
| Cenaeel | Coligada | 01/12/2013 a 30/11/2015 | | | 167 | 167 | | | | | | 93 | | |
| Elebrás | Coligada | 01/12/2013 a 30/11/2015 | | | 1.660 | 1.660 | | | | | | 929 | | |
| EDP Renováveis | Coligada | 01/12/2013 a 30/11/2015 | | | 184 | 49 | | | | | 135 | 27 | | |
| **Contrato de Prestação de Serviços** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Portugal | Controladora | | 6.946 | | | | 25.436 | | | | (18.490) | | | |
| São Manoel | Controlada em conjunto | 01/05/2014 a 30/04/2018 | 759 | | | | | | | | 759 | | | |
| **Termo de confissão de dívida (Despacho ANEEL nº 3.821/11)** | | | | | | | | | | | | | | |
| Instituto EDP | Coligada | 01/10/2011 a 30/09/2014 | | | | 281 | | | | | | 38 | | |
| **Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Renováveis | Coligada | 01/01/2011 a 31/12/2014 | | | 18 | 7 | | | | | 11 | 6 | | |
| ECE Participações | Controlada em conjunto | 01/01/2012 a 31/12/2014 | | | 20 | 16 | | | | | 219 | 191 | | |
| Instituto EDP | Coligada | 01/01/2011 a 31/12/2014 | | | 15 | 15 | | | | | 159 | 118 | | |
| CEJA | Controlada em conjunto | 01/01/2012 a 31/12/2014 | | | 3 | 2 | | | | | 31 | 26 | | |
| Cachoeira Caldeirão | Controlada em conjunto | 01/06/2013 a 31/12/2014 | | | 2 | 2 | | | | | 31 | 16 | | |
| **Compartilhamento de gastos com pessoal** | | | | | | | | | | | | | | |
| Cachoeira | Controlada em conjunto | | | | 137 | | | | | | (137) | | | |
| São Manoel | Controlada em conjunto | | | | 35 | | | | | | (35) | | | |
| **Reembolso referente ao evento EDP Partners** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Portugal | Controladora | 19/12/13 | | | | 430 | | | | | | 430 | | |
| **Contrato de repasse de garantia sobre os contratos de empréstimos** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDPR Espanha | Coligada | | | | 1.277 | 1.277 | | | | | | | | |
| **Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI** | | | | | | | | | | | | | | |
| Pecém OM | Controlada em conjunto | 05/12/2011 a 31/12/2015 | | 782 | 876 | | | | | | | | | 52 |
| Porto do Pecém | Controlada em conjunto | 24/09/2012 a 09/12/2015 | | | 186.186 | 167.168 | | | | | | | 19.018 | 13.014 |
| Terra Verde | Controlada | 01/01/2010 até indeterminado | | | | | | | | | | | | 170 |
| CEJA | Controlada em conjunto | 27/06/2014 a 26/06/2015 | | | | | | | | | | | 10 | |
| Mabe | Controlada em conjunto | 04/10/2013 a 31/12/2015 | | 11.577 | 13.087 | | | | | | | | 1.420 | 257 |
| ECE Participações | Controlada em conjunto | 15/04/2014 a 30/04/2015 | | | | | | | | | | | 31 | |
| | | | **7.705** | **12.359** | **203.667** | **171.074** | **25.436** | **-** | **-** | **-** | **(17.317)** | **1.874** | **20.479** | **13.493** |
| **Fornecedores** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Suprimento de energia elétrica** | | | | | | | | | | | | | | |
| Porto do Pecém | Controle Comum | 01/01/2012 a 31/12/2026 | | | | | 7.278 | 5.431 | | | (47.700) | (55.551) | | |
| **Ressarcimento por insuficiência de geração** | | | | | | | | | | | | | | |
| Porto do Pecém | Controle Comum | Despacho ANEEL nº 4.002, de 30/09/2014 | | | | | | | | | (14.576) | | | |
| | | | **-** | **-** | **-** | **-** | **7.278** | **5.431** | **-** | **-** | **(62.276)** | **(55.551)** | **-** | **-** |
| | | | **47.762** | **128.653** | **425.285** | **171.074** | **32.714** | **5.431** | **-** | **-** | **196.408** | **164.110** | **20.479** | **13.493** |

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

**a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos:** A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da EDP - Energias do Brasil, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do *timesheet*.

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema compartilhamento de recursos humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e atualmente, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerra-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

**b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Estes contratos têm vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011. Para as empresas na modalidade de concessionárias de serviço público (EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energest), eventuais alterações nos percentuais de rateio são submetidas à anuência prévia da ANEEL. Para as demais modalidades de outorga, não há esta exigência.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Os avais recebidos do acionista estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 37.2).

**12.1 Controladora direta**

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias de Portugal S.A.

**12.2 Remuneração dos administradores**

**12.2.1 Remuneração anual total do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (em R$)**

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **2014** | **Conselho de Administração** | **Proporção (%)** | **Diretoria Estatutária** | **Proporção (%)** | **Total** | **Proporção (%)** |
| **Número de membros** | **(*)** | | **(**)** | | | |
| **Remuneração Fixa (em R$)** | **1.483.286** | **100%** | **3.039.238** | **71%** | **4.522.524** | **78%** |
| Salário ou pró-labore | 1.200.000 | | 2.345.121 | | 3.545.121 | |
| Benefícios diretos e indiretos (i) | 43.286 | | 150.547 | | 193.833 | |
| Encargos sociais | 240.000 | | 543.570 | | 783.570 | |
| **Remuneração Variável (em R$)** | **n/a** | | **1.271.218** | **29%** | **1.271.218** | **22%** |
| Bônus | n/a | | 998.600 | | 998.600 | |
| Encargos sociais | n/a | | 272.618 | | 272.618 | |
| **Valor Total da Remuneração** | **1.483.286** | **100%** | **4.310.456** | **100%** | **5.793.742** | **100%** |

(*) Das 8 posições do Conselho de Administração, apenas 4 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R$2.506.000,00, para o período de abril de 2014 até março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2014.

(**) Das 5 posições da Diretoria Estatutária, todos os membros são remunerados, sendo que 1 acumula 2 funções (Vice-Presidência de Finanças e Relações com Investidores com a Vice-Presidência de Operações da Distribuição). A remuneração anual global da Diretoria é de até R$4.550.000,00, para o período de abril de 2014 até março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2014.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Previdência Privada e Vale Refeição.

**12.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (em R$)**

| | Controladora | |
|---|---|---|
| **2014** | **Conselho de Administração** | **Diretoria Estatutária** |
| Número de membros | 4 | 5 |
| Valor da maior remuneração individual | 864.000 | 972.000 |
| Valor da menor remuneração individual | 144.000 | 76.800 |
| Valor médio da remuneração individual | 370.822 | 862.091 |

# NOTAS EXPLICATIVAS
# EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 13 Cauções e depósitos vinculados

| | Nota | Controladora Circulante 31/12/2014 | Controladora Circulante 31/12/2013 | Controladora Não circulante 31/12/2014 | Controladora Não circulante 31/12/2013 | Consolidado Circulante 31/12/2014 | Consolidado Circulante 31/12/2013 | Consolidado Não circulante 31/12/2014 | Consolidado Não circulante 31/12/2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Depósitos judiciais | 28 | | | 9.841 | 10.714 | | | 195.286 | 198.691 |
| Cauções e depósitos vinculados | | 3.436 | 222 | | | 12.277 | 4.642 | 36.924 | 44.013 |
| | | **3.436** | **222** | **9.841** | **10.714** | **12.277** | **4.642** | **232.210** | **242.704** |

O saldo da conta de Cauções E Depósitos Vinculados apresentados no circulante e não circulante do consolidado refere-se, basicamente, à parte das aplicações financeiras da controlada Enerpeixe no montante de R$35.333 (R$38.656 em 31 de dezembro de 2013), mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos.

## 14 Ativos e Passivos Não Circulantes mantidos para venda

O montante em 31 de dezembro de 2014 de R$107.054 refere-se ao investimento de 45% de participação societária detido pela Companhia na EDP Renováveis Brasil conforme Memorando de Entendimento assinado em 27 de novembro de 2014 com a EDP Renováveis S.A. (Nota 5.7).

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R$2.327.633 referia-se ao investimento detido pela Companhia na CEJA e Cachoeira Caldeirão. Em 27 de junho de 2014 a Companhia concluiu a alienação dos 50% das suas participações societárias para a CWEI Brasil (Nota 5.6).

Por se referirem à ativos cuja a alienação do controle é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço. Por não se qualificar como operação descontinuada, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado.

## 15 Ativos financeiros disponíveis para venda

Referem-se à aquisição de 5,63% de ações preferenciais da Rede Energia S.A., correspondente a 3,16% do total de ações da Denerge S.A., sociedade de capital fechado detentora de participações em empresas do setor elétrico. No âmbito da negociação da permuta ocorrida em 2008, a Companhia tinha a opção de converter as ações da Denerge em ações preferenciais da Rede Energia S.A., em um período de até dois anos a partir de 11 de setembro de 2008, ao preço de eventual oferta pública. Após este período, se a oferta pública não ocorresse, a Companhia deveria exercer a opção de converter as ações em até um ano ao preço unitário fixo de R$5,68. Em 15 de setembro de 2011, foi exercida a opção de conversão, resultando na transferência das ações detidas pela Companhia da Denerge S.A. para as ações da Rede Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2014, devido a instabilidade das ações preferenciais da Rede Energia S.A., a Administração considerou prudente a criação de uma provisão para perda da totalidade do saldo remanescente no montante de R$4.820, registrados em contrapartida a débito da rubrica Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários no Resultado financeiro (Nota 33).

## 16 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

| | | Controladora Circulante 31/12/2014 | Controladora Circulante 31/12/2013 | Controladora Não circulante 31/12/2014 | Controladora Não circulante 31/12/2013 | Consolidado Circulante 31/12/2014 | Consolidado Circulante 31/12/2013 | Consolidado Não circulante 31/12/2014 | Consolidado Não circulante 31/12/2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Outros créditos - Ativo | | | | | | | | | |
| Adiantamentos | | 176 | 35 | | | 3.336 | 1.654 | | |
| Descontos tarifários | 16.3 | | | | | 133.782 | 39.853 | | |
| Modicidade tarifária - baixa renda | 16.4 | | | | | | | 8.056 | 18.453 |
| Dispêndios a reembolsar | | 2 | | | | 1.956 | 1.956 | | |
| Benefícios pós-emprego | | | | | | | 406 | 717 | 1.232 |
| Bens destinados à alienação | | | | | | 3.340 | 3.616 | | |
| Serviços em curso | | | | | | 2.066 | 5.020 | | |
| Serviços prestados a terceiros | | | | | | 14.256 | 14.172 | 2.387 | 987 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | | | | | | | | 24.504 |
| Ressarcimento de custos - CDE | | | | | | | 2.137 | | |
| Convênios de arrecadação | | | | | | 2.565 | 1.607 | | |
| Estoques | 16.5 | | | | | 23.136 | 19.581 | | |
| Despesas pagas antecipadamente | | 64 | 70 | | | 289 | 159 | | |
| Outros | 16.1 | 439 | 921 | 14.175 | 14.898 | 3.613 | 5.416 | 15.253 | 14.902 |
| **Total** | | **681** | **1.026** | **14.175** | **14.898** | **188.339** | **95.577** | **26.413** | **60.078** |
| Outras contas a pagar - Passivo | | | | | | | | | |
| Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos | | | | | | 3.363 | 1.083 | | |
| Contribuição de iluminação pública | 16.6 | | | | | 17.787 | 14.646 | | |
| Credores diversos - consumidores e concessionárias | | | | | | 20.770 | 12.617 | | |
| Folha de pagamento | | 845 | 963 | | | 5.499 | 5.639 | | |
| Modicidade tarifária - baixa renda | 16.4 | | | | | 481 | 646 | 10.017 | 10.017 |
| Cessão de créditos de ICMS | | | | | | 1.237 | 4.602 | | |
| Arrecadação de terceiros a repassar | | | | | | 5.397 | 9.346 | | |
| Obrigações estimadas com pessoal | 16.2 | 11.164 | 10.979 | | | 75.102 | 65.367 | | |
| Reserva para reversão e amortização | 16.7 | | | | | | | 17.248 | 17.248 |
| Outros | | 3.517 | 3.522 | 676 | 683 | 16.481 | 14.924 | 676 | 958 |
| **Total** | | **15.526** | **15.464** | **676** | **683** | **146.117** | **128.870** | **27.941** | **28.223** |

**Controladora e Consolidado**

### 16.1 Outros créditos

Referem-se, basicamente, a valores a receber da permuta das ações detidas pela Companhia na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A., no montante de R$11.905 (R$11.700 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia apresenta passivo contingente, no valor de R$38.936 conforme apresentado na nota 28.1.1.4.

### 16.2 Obrigações estimadas com pessoal

Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

**Consolidado**

### 16.3 Descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação editada pela ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, os despachos de reajustes tarifários também estabelecem o direito da Companhia de ser ressarcida dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, aportados pela Eletrobrás, conforme Lei 10.438/02. A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 1.809/14 e nº 1.768/14, anuiu o valor a ser repassado pela Eletrobrás para a EDP Bandeirante e EDP Escelsa, estando pendentes de pagamento pela Eletrobrás os repasses desde a competência de junho de 2014 (Nota 41.1).

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

| | Consolidado Saldo em 31/12/2013 | Adição | Ressarcimento Eletrobrás | Saldo em 31/12/2014 |
|---|---|---|---|---|
| Subsídio Baixa Renda | 7.166 | 41.164 | (40.379) | 7.951 |
| Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/2004 | 5.451 | 33.788 | (18.249) | 20.990 |
| Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/2004 | 708 | 3.514 | (2.066) | 2.156 |
| Subsídio Rural | 19.084 | 80.314 | (47.832) | 51.566 |
| Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 207/2006 | 3.116 | 19.770 | (12.619) | 10.267 |
| Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/2011 | 2.419 | 18.710 | (9.371) | 11.758 |
| Subsídio Distribuição - TUSD fio B | 1.909 | 12.268 | (6.943) | 7.234 |
| Diferença entre descontos aplicados comparados aos homologados | | 21.860 | | 21.860 |
| | **39.853** | **231.388** | **(137.459)** | **133.782** |

### 16.4 Modicidade tarifária - baixa renda

Atendendo ao Termo de Notificação nº 1.091/05, pelo qual a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção de critérios de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando de bifásicas para monofásicas com efeito retroativo ao ano de 2002, a EDP Bandeirante, nos exercícios de 2008 e 2010, efetuou a revisão dos faturamentos na condição de residencial Baixa Renda, referente a valores a devolver aos consumidores faturados originalmente sem o respectivo desconto da tarifa social.

A restituição aos consumidores passou a ser efetuada a partir do faturamento de março de 2009, tendo sido restituído até 31 de dezembro 2014 o montante de R$19.258 (R$19.035 em 31 de dezembro de 2013). O saldo a restituir aos consumidores em 31 de dezembro de 2014, de unidades consumidoras ativas e inativas, é de R$10.498 (R$10.663 em 31 de dezembro de 2013).

Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, para os casos de unidades consumidoras inativas devem exigir medidas da EDP Bandeirante com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito da EDP Bandeirante em reaver esses ressarcimentos aos consumidores, a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas.

No mês de dezembro de 2013 a ARSESP encerrou fiscalização na EDP Bandeirante, validando o encaminhamento à ANEEL, do montante deduzido dos respectivos impostos no valor de R$10.398, por meio do Ofício OF/EE/0292/2014 de 18 de março de 2014. A ANEEL, por meio do Despacho nº 1.356 de 30 de abril de 2014, homologou o respectivo valor, sendo o mesmo recebido em 22 de maio de 2014.

Dessa forma, a EDP Bandeirante possui ainda um saldo a receber em 31 de dezembro de 2014 de R$8.056, que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem efetuadas bem como validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

### 16.5 Estoques

Refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados na rubrica de Imobilizado. Ambos os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

### 16.6 Contribuição de iluminação pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP) que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, arrecadada pelas Distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

### 16.7 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela controlada EDP Bandeirante na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

## 17 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

**• Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

**• Coligadas e Controladas em Conjunto**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

### 17.1 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivo resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, pelo seu valor justo ou pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O deságio (compra vantajosa) é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**17.2 Movimentação dos investimentos no exercício**

| | Controladora | | | | | | | | | % Participação direta | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/2013 | Adições | Baixas/ Amortizações | Equivalência patrimonial | Dividendos/ JSCP | Outros resultados abrangentes | Provisão para Perdas | Transferência (Nota 17.2.1) | Saldo em 31/12/2014 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| **Investimentos** | | | | | | | | | | | |
| EDP | | | | | | | | | | | |
| Bandeirante | 1.104.256 | | | 240.256 | (242.933) | (32.823) | | | 1.068.756 | 100,00 | 100,00 |
| EDP Escelsa | 687.191 | | | 181.576 | (42.053) | 80.292 | | | 907.006 | 100,00 | 100,00 |
| Lajeado | 372.235 | | | 19.723 | (51.782) | 70 | | | 340.246 | 55,86 | 55,86 |
| Lajeado (Mais Valia) | 126.095 | | | (2.692) | | (1.605) | | | 121.798 | 55,86 | 55,86 |
| Enercouto | 4.671 | | | (4.804) | | | | 133 | - | 100,00 | 100,00 |
| Enerpeixe | 788.068 | | | 84.809 | (39.088) | | | | 833.789 | 60,00 | 60,00 |
| Energest | 540.314 | | | 113.171 | (70.090) | 1.275 | | | 584.670 | 100,00 | 100,00 |
| EDP Comercializadora | 63.986 | | | 58.927 | (34.013) | | | | 88.900 | 100,00 | 100,00 |
| CEJA (Nota 18.2) | - | 380.650 | (216.840) | 20.646 | | | | 75.098 | 259.554 | 50,00 | 100,00 |
| CEJA (Mais valia) (Nota 18.2) | - | | | (1.681) | | | | 203.363 | 201.682 | 50,00 | 100,00 |
| Cachoeira Caldeirão | - | 180.600 | 1.260 | (2.271) | | | | (2.015) | 177.574 | 50,00 | 100,00 |
| Cachoeira Caldeirão (Mais valia) | - | | | | | | | 1.702 | 1.702 | 50,00 | 100,00 |
| Porto do Pecém (Nota 18.1) | 580.241 | | | (118.125) | | 7.184 | | | 469.300 | 50,00 | 50,00 |
| Pecém TM | 449 | | | 839 | | | | | 1.288 | 50,00 | 50,00 |
| Pecém OM | 207 | | | (32) | | | | | 175 | 50,00 | 50,00 |
| EDP Renováveis | 89.969 | 9.189 | | 7.896 | | | | (107.054) | - | 45,00 | 45,00 |
| Resende | 9.794 | 8.014 | | (11) | | | | | 17.797 | 100,00 | 100,00 |
| EDP Grid | 3.307 | 1.000 | | 4.951 | | | | | 9.258 | 100,00 | 100,00 |
| Mabe Brasil | - | | | 9 | | | (9) | | - | 50,00 | 50,00 |
| | **4.370.783** | **579.453** | **(215.580)** | **603.187** | **(479.959)** | **54.393** | **(9)** | **171.227** | **5.083.495** | | |
| **Direito de Concessão** | | | | | | | | | | | |
| EDP Bandeirante | 21.502 | | (1.458) | | | | | | 20.044 | | |
| Enerpeixe | 2.650 | | (116) | | | | | | 2.534 | | |
| Lajeado Energia | 67.232 | | (3.540) | | | | | | 63.692 | | |
| Porto do Pecém (Nota 18.1) | 3.463 | | (117) | | | | | | 3.346 | | |
| Pantanal | 7.243 | | (527) | | | | | | 6.716 | | |
| | **102.090** | **-** | **(5.758)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **96.332** | | |
| *Goodwill* | | | | | | | | | | | |
| Lajeado e Investco | 42.293 | | | | | | | | 42.293 | | |
| | **42.293** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **42.293** | | |
| | **4.515.166** | **579.453** | **(221.338)** | **603.187** | **(479.959)** | **54.393** | **(9)** | **171.227** | **5.222.120** | | |

**17.2.1 Transferência**

A rubrica de Transferência refere-se: (i) conclusão do processo de alienação dos empreendimentos CEJA e Cachoeira Caldeirão, conforme descrito na nota 5.6. Ambas as companhias deixaram de ser controladas e passaram a ser empreendimentos controlados em conjunto, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo CPC 19 (R2) Negócios em conjunto (IFRS 11); (ii) ao Memorando de entendimento assinado com a EDP Renováveis S.A. de alienação dos 45% de participação na EDP Renováveis Brasil, conforme descrito na Nota 5.7.

**17.2.2 Direito de concessão/*Goodwill***

Conforme o ICPC 09 os Direitos de concessão e *Goodwill* são classificados como investimentos líquidos dos impostos diferidos, na controladora. Para fins de consolidação, ambos são classificados como Intangível.

| | Consolidado | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/2013 | Adições | Baixas | Equivalência Patrimonial | Outros resultados abrangentes | Outros movimentos | Saldo em 31/12/2014 |
| EDP Energias do Brasil | | | | | | | |
| EDP Renováveis | 89.969 | 9.189 | | 7.896 | | (107.054) | - |
| Porto do Pecém (Nota 18.1) | 580.241 | | | (118.125) | 7.184 | | 469.300 |
| Pecém TM | 449 | | | 839 | | | 1.288 |
| Pecém OM | 207 | | | (32) | | | 175 |
| CEJA | - | 380.650 | (216.840) | 20.646 | | 75.098 | 259.554 |
| CEJA (Mais Valia) | - | | | (1.681) | | 203.363 | 201.682 |
| Cachoeira Caldeirão | - | 180.600 | 1.260 | (2.271) | | (2.015) | 177.574 |
| Cachoeira Caldeirão (Mais valia) | - | | | | | 1.702 | 1.702 |
| EDP Comercializadora | | | | | | | |
| BBCE | 200 | 200 | | | | | 400 |
| Outros Investimentos | | | | | | | |
| Enercouto | 1.271 | | (1.271) | | | | - |
| **Total** | **672.337** | **570.639** | **(216.851)** | **(92.728)** | **7.184** | **171.094** | **1.111.675** |

**17.3 Movimentação da Provisão para passivo a descoberto**

| | Controladora | | | | | | % Participação direta | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/2013 | Baixas | Equivalência patrimonial | Provisão para perdas | Transferência | Saldo em 31/12/2014 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| **Passivo a Descoberto** | | | | | | | | |
| São Manoel | - | (489) | 1.401 | | | 912 | 33,334 | |
| Enercouto | - | | | | 133 | 133 | 100,00 | 100,00 |
| Terra Verde | 287 | | | (9) | | 278 | 100,00 | 100,00 |
| Total | **287** | **(489)** | **1.401** | **(9)** | **133** | **1.323** | | |

**17.4 Participação direta dos investimentos**

| | Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil) | | % de participação da Companhia | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | | Ativos totais | | Passivos (Circulantes e Não circulantes) | | Patrimônio líquido (Passivo a descoberto) | | Receitas | | Resultado líquido do exercício | |
| **Companhia** | Ordinárias/ Quotas | Ordinárias/ Quotas | Capital social integralizado | Capital votante | Capital social integralizado | Capital votante | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| EDP Bandeirante | 39.091.735 | 39.091.735 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 2.769.806 | 2.457.370 | 1.701.050 | 1.353.114 | 1.068.756 | 1.104.256 | 3.198.650 | 2.605.852 | 240.256 | 190.781 |
| EDP Escelsa | 5.876 | 5.876 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 2.839.121 | 2.372.139 | 1.932.115 | 1.684.948 | 907.006 | 687.191 | 2.428.845 | 2.027.508 | 181.575 | 134.009 |
| Energest | 1.000.572 | 1.000.572 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 820.991 | 780.868 | 236.321 | 240.554 | 584.670 | 540.314 | 387.951 | 265.493 | 113.170 | 108.241 |
| Lajeado | 113.690 | 113.690 | 55,86 | 100,00 | 55,86 | 100,00 | 1.655.308 | 1.642.208 | 689.131 | 609.585 | 966.177 | 1.032.623 | 462.921 | 485.046 | 37.796 | 173.391 |
| CEJA | 12.897 | 20.127 | 50,00 | 50,00 | 100,00 | 100,00 | 930.300 | 812.931 | 411.191 | 737.832 | 519.109 | 75.099 | | | 62.860 | (6.183) |
| Enerpeixe | 499.951 | 499.951 | 60,00 | 60,00 | 60,00 | 60,00 | 1.848.199 | 1.883.100 | 458.550 | 569.653 | 1.389.649 | 1.313.447 | 433.025 | 424.737 | 141.349 | 219.218 |
| Cachoeira Caldeirão | 271.993 | 1 | 50,00 | 50,00 | 100,00 | 100,00 | 1.021.077 | 720.080 | 665.927 | 722.094 | 355.150 | (2.014) | | | (3.436) | (2.015) |
| EDP Comercializadora | 26.217 | 26.217 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 593.808 | 329.114 | 504.908 | 265.128 | 88.900 | 63.986 | 2.862.162 | 1.885.795 | 58.927 | 43.243 |
| EDP Grid | 23 | 23 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 9.990 | 4.368 | 732 | 1.061 | 9.258 | 3.307 | 7.827 | | 4.951 | 837 |
| Porto do Pecém | 943.436 | 935.836 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 4.595.625 | 4.197.253 | 3.657.025 | 3.036.773 | 938.600 | 1.160.480 | 1.153.672 | 984.375 | (236.250) | (282.342) |
| Pecém TM | 600 | 600 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 3.127 | 1.371 | 550 | 472 | 2.577 | 899 | 5.227 | 2.799 | 1.677 | 223 |
| Pecém OM | 763 | 763 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 4.389 | 3.263 | 4.037 | 2.848 | 352 | 415 | 6.208 | 718 | (63) | (323) |
| São Manoel (i) | | | 33,334 | 33,334 | | | 703.427 | | 706.165 | | (2.738) | | | | (2.738) | |
| Terra Verde (ii) | | | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 3 | 3 | 281 | 281 | (278) | (278) | | | | (164) |
| EDP Renováveis | 183.576 | 166.591 | 45,00 | 45,00 | 45,00 | 45,00 | 324.831 | 228.128 | 86.598 | 28.192 | 238.233 | 199.936 | | | 17.877 | 1.765 |
| Mabe Brasil | 260.285 | 260.285 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 90.592 | 104.737 | 90.545 | 104.708 | 47 | 28 | 21.529 | 162.048 | (32.255) | (94.169) |
| Resende | 18.085 | 10.071 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 21.225 | 13.682 | 3.428 | 3.889 | 17.797 | 9.793 | | | (9) | (37) |

(i) O total é de 334 ações.
(ii) O total é da 100 ações.

**17.5 Participação dos não controladores**

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 é de R$1.675.790, dos quais R$9.866 corresponde à Costa Rica, R$484.133 corresponde à Investco, R$625.931 corresponde à Lajeado e R$555.860 corresponde à Enerpeixe.

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

| | 31/12/2014 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Costa Rica | Investco | Enerpeixe | Lajeado | Total |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 8.191 | 146.836 | 208.483 | 37.907 | 401.417 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (286) | (8.135) | (2.991) | 34.095 | 22.683 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento | (7.687) | (80.315) | (186.060) | (52.360) | (326.422) |
| **Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **218** | **58.386** | **19.432** | **19.642** | **97.678** |

**17.6 Reconciliação das informações financeiras dos Investimentos**

Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

| | Controladas | | | | | | | | | | *Joint venture* | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EDP Bandeirante | | EDP Escelsa | | Lajeado | | Enerpeixe | | Energest | | Porto do Pecém | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| **Patrimônio líquido em 31 de dezembro** | **1.104.256** | **779.289** | **687.191** | **614.465** | **1.032.623** | **1.501.288** | **1.313.447** | **1.309.129** | **540.314** | **495.611** | **1.160.482** | **1.222.866** |
| Aumento de Capital | | 85.000 | | | | | | | | | | 197.200 |
| Distribuição de dividendos aos acionistas | (242.932) | (52.120) | (42.053) | (40.899) | (100.587) | (122.924) | (65.147) | (214.900) | (101.011) | (99.562) | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | 240.256 | 190.781 | 181.575 | 134.009 | 34.016 | 156.052 | 141.349 | 219.218 | 113.170 | 108.241 | (236.250) | (282.341) |
| Outros resultados abrangentes | (32.824) | 101.306 | 80.293 | (20.384) | 125 | 222 | | | 1.276 | (379) | 14.368 | 22.757 |
| Reversão de dividendos | | | | | | | | | 30.921 | 36.403 | | |
| Redução de capital e distribuição de reservas | | | | | | (502.015) | | | | | | |
| **Patrimônio líquido em 31 de dezembro** | **1.068.756** | **1.104.256** | **907.006** | **687.191** | **966.177** | **1.032.623** | **1.389.649** | **1.313.447** | **584.670** | **540.314** | **938.600** | **1.160.482** |
| Percentual de participação societária - % | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 55,86% | 55,86% | 60,00% | 60,00% | 100,00% | 100,00% | 50,00% | 50,00% |
| Participação nos investimentos | **1.068.756** | **1.104.256** | **907.006** | **687.191** | **539.730** | **576.848** | **833.789** | **788.068** | **584.670** | **540.314** | **469.300** | **580.241** |
| Partes Beneficiarias | | | | | (252.150) | (252.150) | | | | | | |
| Benefício Fiscal | | | | | 56.420 | 56.420 | | | | | | |
| Resultados Acumulados | | | | | (3.754) | (8.883) | | | | | | |
| **Saldo contábil do investimento na Controladora** | **1.068.756** | **1.104.256** | **907.006** | **687.191** | **340.246** | **372.235** | **833.789** | **788.068** | **584.670** | **540.314** | **469.300** | **580.241** |
| **Participação dos não controladores** | **-** | **-** | **-** | **-** | **625.931** | **660.388** | **555.860** | **525.379** | **-** | **-** | **-** | **-** |

**18 Empreendimentos controlados em conjunto *(Joint venture)***

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as informações financeiras resumidas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes do Grupo estão apresentadas a seguir. A avaliação do investimento destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as IFRSs.

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**18.1 Porto do Pecém**

A Porto do Pecém possui autorização para a operação da usina termelétrica a carvão mineral UTE Porto do Pecém I, instalada no Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720,27 MWh.

Com o ressarcimento do recálculo da indisponibilidade revisto pela CCEE, conforme determinação da ANEEL (Nota 5.12), a Companhia considera que a Porto do Pecém tem as condições necessárias para manutenção da viabilidade econômica do projeto. A disponibilidade do empreendimento atingiu 70,7% no 4º trimestre de 2014, apesar da parada para reparação do gerador da máquina 1 (Nota 5.13).

A Companhia busca mitigar os riscos financeiros por meio do acompanhamento das estratégias operacionais do empreendimento e, no caso de eventuais necessidades, essas serão supridas pela Companhia.

O capital circulante líquido da Porto do Pecém, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R$158.751 (R$157.971 negativo em 31 de dezembro de 2013). Vale ressaltar que o capital circulante negativo apenas reflete uma situação temporária e a Administração da Porto do Pecém não deixará de arcar em momento algum com suas obrigações, sejam de curto ou de longo prazo.

**18.1.1 Demonstrações Financeiras**

**Balanço Patrimonial**

| Ativo | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 151.690 | 45.961 |
| Concessionárias | 206.565 | 104.080 |
| Outros ativos circulantes | 177.717 | 140.826 |
| | **535.972** | **290.867** |
| **Não circulante** | | |
| Tributos diferidos | 550.176 | 421.635 |
| Outros ativos não circulantes | 68.311 | 58.269 |
| | **618.487** | **479.904** |
| Imobilizado | 3.439.603 | 3.425.065 |
| Intangível | 1.563 | 1.417 |
| **Total do ativo** | **4.595.625** | **4.197.253** |

| Passivo | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Fornecedores | 212.843 | 137.769 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 217.213 | 173.739 |
| Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp | 222.023 | 70.591 |
| Outros passivos circulantes | 42.644 | 166.739 |
| | **694.723** | **548.838** |
| **Não circulante** | | |
| Empréstimos e financiamentos | 1.981.807 | 2.034.072 |
| Partes Relacionadas | 817.288 | 449.330 |
| Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp | 158.267 | |
| Outros passivos não circulantes | 4.941 | 4.533 |
| | **2.962.303** | **2.487.935** |
| **Patrimônio Líquido** | 938.599 | 1.160.480 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **4.595.625** | **4.197.253** |

**Demonstração do Resultado**

| | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| Receitas | 1.153.672 | 984.375 |
| Custo da produção e serviço de energia elétrica | (1.087.434) | (1.071.077) |
| Depreciação e amortização | (136.808) | (116.272) |
| Despesas e Receitas operacionais | (20.254) | (18.825) |
| Resultado financeiro | (281.369) | (205.992) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | 135.943 | 145.449 |
| **Resultado líquido do exercício** | **(236.250)** | **(282.342)** |

**Demonstração do Resultado Abrangente**

| | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| **Resultado líquido do exercício** | (236.250) | (282.342) |
| Outros Resultados Abrangentes | | |
| *Hedge* de fluxos de caixas | 21.771 | 34.480 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (7.402) | (11.723) |
| **Resultado Abrangente do exercício** | **(221.881)** | **(259.585)** |

**18.1.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados à litígios - Circulante e Não circulante**

Adicionalmente às informações financeiras resumidas acima, segue o detalhamento sobre os passivos contingentes:

**Risco de perda provável**

A Porto do Pecém é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante de R$106 (R$11 em 31 de dezembro de 2013), considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para ações em curso.

**Risco de perda possível**

| | | | Ativo | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Depósito judicial | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Trabalhistas | 4.324 | 1.940 | | |
| Cíveis | 2.612 | 3.236 | 320 | 298 |
| Administrativas | 72.227 | | | |
| **Total** | **79.163** | **5.176** | **320** | **298** |

**Administrativas**

Do montante de R$ 72.227 (R$ 5.176 em 31 de dezembro de 2013), R$ 54.644 refere-se ao Auto de Infração nº 10380.720416/2014-88, lavrado pela Receita Federal do Brasil, sobre cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Porto do Pecém submeteu o documento a avaliação dos consultores jurídicos externos que, em uma avaliação inicial, julgaram o risco de perda como possível com baixo risco de perda. Em 31 de dezembro de 2013 a contingência era inexistente.

Adicionalmente destaca-se o Auto de Infração nº 703599, lavrado pelo IBAMA, sob a alegação de que houve suposta infração do artigo nº 61 do Decreto nº 6.514/08, item II da Resolução CONAMA nº 01 de 8 de março de 1990, qual seja, causar poluição sonora por meio do sistema de transporte de esteira de carvão em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana. O valor do auto apurado pela fiscalização é de R$ 15.050. Em 31 de dezembro de 2013 a contingência era inexistente.

**18.1.3 Compromissos contratuais e Garantias**

**Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2014, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras da Porto do Pecém), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

| | 31/12/2014 | | | | | 31/12/2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2016 a 2017 | 2018 a 2019 | Acima de 2020 | Total | Total |
| Responsabilidades com locações operacionais | 725 | 1.060 | 451 | 4.972 | 7.208 | 11.030 |
| Materiais e serviços | 407.265 | 78.409 | 30.617 | 35.398 | 551.689 | 804.251 |
| Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos | 124.512 | 310.591 | 150.812 | 172.357 | 758.272 | 854.195 |
| | **532.502** | **390.060** | **181.880** | **212.727** | **1.317.169** | **1.669.476** |

**Garantias**

| Tipo de garantia oferecida | Modalidade | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---|---|---|
| Depósito caucionado | Ações judiciais | 321 | 149 |
| Depósito caucionado | Empréstimos e financiamentos | 60.547 | |
| Fiança Bancária | Empréstimos e financiamentos | 60.547 | 134.000 |
| Notas promissórias | Empréstimos e financiamentos | 2.137.200 | 2.203.354 |
| Penhor de ações | Empréstimos e financiamentos | 1.886.872 | 1.886.872 |
| | | **4.145.487** | **4.224.375** |

**18.2 CEJA**

A CEJA detém 100% da participação societária na ECE Participações que é a detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari.

Em 31 de dezembro de 2013, os valores relativos à CEJA estavam apresentados no Balanço Patrimonial consolidado como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda, uma vez que a Companhia detinha 100% da participação societária. Em 27 de junho de 2014 foi concluída a operação de venda de 50% da participação detida pela Companhia, deixando a mesma de ser uma controlada, passando a ser um empreendimento controlado em conjunto (Nota 5.6).

Na Demonstração de Resultado consolidado da Companhia foram considerados os resultados acumulados da CEJA até junho de 2014, data da efetiva perda do controle.

**18.2.1 Demonstrações Financeiras**

**Balanço Patrimonial**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| **Ativo** | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| **Circulante** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 169.280 | 23.777 |
| Outros ativos circulantes | 93.463 | 3.707 |
| | **262.743** | **27.484** |
| **Não circulante** | | |
| Impostos e contribuições sociais | 19.151 | 35.862 |
| Outros ativos não circulantes | 30.313 | 4.132 |
| | **49.464** | **39.994** |
| Imobilizado | 1.073.073 | 944.813 |
| Intangível | 605.058 | 594.163 |
| **Total do ativo** | **1.990.338** | **1.606.454** |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| **Passivo** | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| **Circulante** | | |
| Fornecedores | 19.565 | 36.523 |
| Debêntures | 52.379 | |
| Outros passivos circulantes | 100.313 | 10.415 |
| | **172.257** | **46.938** |
| **Não circulante** | | |
| Tributos diferidos | 205.065 | 205.236 |
| Debêntures | 348.688 | 356.757 |
| Empréstimos e financiamentos | 727.226 | 539.555 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 374.350 |
| Outros passivos não circulantes | 17.993 | 8.519 |
| | **1.298.972** | **1.484.417** |
| **Patrimônio líquido** | 519.109 | 75.099 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **1.990.338** | **1.606.454** |

**Demonstração do Resultado**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| Receitas | 193.909 | |
| Custo da produção e serviço de energia elétrica | (14.401) | |
| Depreciação e amortização | (12.804) | (28) |
| Despesas e Receitas operacionais | (8.819) | 12.712 |
| Resultado financeiro | (48.961) | (23.879) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | (46.064) | 5.012 |
| **Resultado líquido do exercício** | **62.860** | **(6.183)** |

**18.2.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados à litígios - Circulante e Não circulante**

**Risco de perda provável**

A CEJA e a ECE Participações não possuem demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, portanto, não há valores provisionados nas demonstrações financeiras.

**Risco de perda possível**

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 no valor de R$122 (R$40 em 31 de dezembro de 2013).

**18.2.3 Compromissos contratuais e Garantias**

**Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2014, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras consolidadas da CEJA), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2014 | | | | | 31/12/2013 |
| | 2015 | 2016 a 2017 | 2018 a 2019 | Acima de 2020 | Total | Total |
| Responsabilidades com locações operacionais | 87 | 57 | | | 144 | 6.971 |
| Materiais e serviços | 46.008 | 9.188 | 403 | 1.261 | 56.860 | 78.920 |
| Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 101.543 | 150.296 | 74.262 | 116.263 | 442.364 | 491.079 |
| | **147.638** | **159.541** | **74.665** | **117.524** | **499.368** | **576.970** |

**Garantias**

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| Tipo de garantia oferecida | Modalidade | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Depósito Caucionado | Empréstimos e financiamentos | 24.719 | |
| Fiança Bancária | Empréstimos e financiamentos | 381.421 | |
| Fiança Bancária | Debêntures | 201.189 | |
| Fiança Corporativa | Empréstimos e financiamentos | 381.421 | 545.042 |
| Fiança Corporativa | Debêntures | 201.189 | 358.513 |
| Penhor de ações | Empréstimos e financiamentos | 473.276 | 361.647 |
| Penhor de direitos | Empréstimos e financiamentos | 762.843 | 545.042 |
| Seguro garantia | Executante construtor | 39.273 | 54.648 |
| | | **2.465.331** | **1.864.892** |

**19 Ativo financeiro indenizável**

As controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1) (Nota 2.3). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada três anos no laudo de avaliação da Base de remuneração regulatória - BRR para a EDP Escelsa e quatro anos para EDP Bandeirante, conforme estabelecido no Contrato de concessão, atualizados pelo IGP-M até a data do balanço. Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão. Os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Em atendimento ao início dos trabalhos do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, a EDP Bandeirante efetuou o levantamento de todos os investimentos realizados no período, que compreende o referido Ciclo, e aplicou uma revisão dos valores realizados tomando como base os mesmos percentuais de componente menor e custo adicional que foram homologados no último Ciclo de Revisão Tarifária. Como resultado, a EDP Bandeirante efetuou no mês de setembro de 2014 uma redução do valor justo de R$15.270 do ativo financeiro indenizável, a débito da rubrica de Outras despesas operacionais (Nota 32).

A movimentação do exercício é a seguinte:

| | Valor líquido em 31/12/2013 | Transferências do ativo | Valor Justo | Baixas | Valor líquido em 31/12/2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativo financeiro indenizável | 779.354 | 169.054 | (2.967) | (5.281) | 940.160 |
| **Total** | **779.354** | **169.054** | **(2.967)** | **(5.281)** | **940.160** |
| Não circulante | 779.354 | | | | 940.160 |
| | **779.354** | | | | **940.160** |

**20 Imobilizado**

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa n° 367, de 2 de junho de 2009, atualizadas posteriormente pela Resolução Normativa n° 474, de 7 de fevereiro de 2012.
No final das Concessões e Autorizações, o saldo remanescente dos ativos vinculados serão revertidos e indenizados pela União, conforme estabelecido no Contrato de Concessão ou na Autorização, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por parecer de seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

**20.1 Composição do imobilizado**

| | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2014 | | | | 31/12/2013 | | |
| | Taxa média de depreciação % | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido | Taxa média de depreciação % | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| **Imobilizado em serviço** | | | | | | | | |
| Administração | | | | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 6,25 | 8 | (5) | 3 | 6,25 | 8 | (5) | 3 |
| Máquinas e equipamentos | 12,56 | 16.113 | (1.825) | 14.288 | 12,53 | 1.852 | (886) | 966 |
| Veículos | 14,29 | 1.190 | (580) | 610 | 14,29 | 1.692 | (750) | 942 |
| Móveis e utensílios | 6,25 | 3.187 | (1.047) | 2.140 | 6,25 | 2.655 | (866) | 1.789 |
| **Total do Imobilizado em serviço** | | **20.498** | **(3.457)** | **17.041** | | **6.207** | **(2.507)** | **3.700** |
| **Imobilizado em curso** | | | | | | | | |
| Distribuição | | | | | | 2 | | 2 |
| Administração | | 6.073 | | 6.073 | | 15.419 | | 15.419 |
| **Total do Imobilizado em curso** | | **6.073** | **-** | **6.073** | | **15.421** | **-** | **15.421** |
| **Total Imobilizado** | | **26.571** | **(3.457)** | **23.114** | | **21.628** | **(2.507)** | **19.121** |

| | | Consolidado | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31/12/2014 | | | | 31/12/2013 | |
| | Nota | Taxa média de depreciação % | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido | Taxa média de depreciação % | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| **Imobilizado em serviço** | | | | | | | | | |
| Geração | | | | | | | | | |
| Terrenos | | | 164.580 | | 164.580 | | 164.580 | | 164.580 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | | 1,84 | 2.023.096 | (413.407) | 1.609.689 | 1,88 | 2.017.641 | (374.843) | 1.642.798 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 2,52 | 771.900 | (197.670) | 574.230 | 2,91 | 777.153 | (189.537) | 587.616 |
| Máquinas e equipamentos | | 3,30 | 1.759.544 | (456.997) | 1.302.547 | 3,49 | 1.753.930 | (410.910) | 1.343.020 |
| Veículos | | 13,78 | 4.176 | (2.959) | 1.217 | 14,02 | 4.231 | (2.842) | 1.389 |
| Móveis e utensílios | | 5,37 | 2.514 | (1.507) | 1.007 | 5,33 | 2.415 | (1.497) | 918 |
| | | | **4.725.810** | **(1.072.540)** | **3.653.270** | | **4.719.950** | **(979.629)** | **3.740.321** |
| Sistema de Transmissão de Conexão | 20.1.1 | | | | | | | | |
| Terrenos | | | 1 | | 1 | | 1 | | 1 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 3,33 | 8.424 | (4.250) | 4.174 | 3,33 | 8.424 | (3.969) | 4.455 |
| Máquinas e equipamentos | | 3,35 | 86.832 | (29.629) | 57.203 | 3,35 | 86.565 | (26.747) | 59.818 |
| | | | **95.257** | **(33.879)** | **61.378** | | **94.990** | **(30.716)** | **64.274** |
| Administração | | | | | | | | | |
| Terrenos | | | 3.638 | | 3.638 | | 3.638 | | 3.638 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 5,17 | 235 | (59) | 176 | 3,84 | 164 | (49) | 115 |
| Máquinas e equipamentos | | 12,44 | 19.098 | (2.994) | 16.104 | 12,22 | 3.929 | (1.782) | 2.147 |
| Veículos | | 14,29 | 2.686 | (1.606) | 1.080 | 14,54 | 3.949 | (2.018) | 1.931 |
| Móveis e utensílios | | 6,50 | 4.602 | (1.876) | 2.726 | 6,68 | 3.951 | (1.453) | 2.498 |
| | | | **30.259** | **(6.535)** | **23.724** | | **15.631** | **(5.302)** | **10.329** |
| Atividades não vinculadas à concessão | | | | | | | | | |
| Terrenos | | | 85 | | 85 | | 85 | | 85 |
| Móveis e utensílios | | 6,67 | 361 | (296) | 65 | 6,65 | 364 | (276) | 88 |
| | | | **446** | **(296)** | **150** | | **449** | **(276)** | **173** |
| **Total do Imobilizado em serviço** | | | **4.851.772** | **(1.113.250)** | **3.738.522** | | **4.831.020** | **(1.015.923)** | **3.815.097** |
| **Imobilizado em curso** | | | | | | | | | |
| Distribuição | | | | | - | | 2 | | 2 |
| Geração | | | 195.053 | | 195.053 | | 194.346 | | 194.346 |
| Administração | | | 7.660 | | 7.660 | | 16.771 | | 16.771 |
| **Total do imobilizado em curso** | | | **202.713** | **-** | **202.713** | | **211.119** | **-** | **211.119** |
| **Total Imobilizado** | | | **5.054.485** | **(1.113.250)** | **3.941.235** | | **5.042.139** | **(1.015.923)** | **4.026.216** |

**20.1.1 Sistema de Transmissão de Conexão - Futura licitação de linhas de transmissão da controlada Investco**

Do montante em 31 de dezembro de 2014 de R$61.378 (R$64.274 em 31 de dezembro de 2013), R$49.893 (R$52.637 em 31 de dezembro de 2013) é referente à controlada Investco e compõe o Sistema de Transmissão de Conexão, relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Investco até o ponto de conexão com a Rede Básica.
A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Investco que seria realizado o Leilão de Transmissão nº 004/2014 que previa a licitação do segundo circuito da LT 500kV Miracema-Lajeado dentre outras instalações, com vistas à atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo n° 17 da Lei nº 9.074/95.
Em 18 de novembro de 2014 foi realizado o referido Leilão. Todavia, não houveram propostas para o respectivos ativos. A ANEEL incluirá novamente estes ativos em Leilões futuros a serem realizados em 2015.
Após a respectiva licitação, os referidos ativos deverão ser transferidos ao novo transmissor, sem ônus ao mesmo, uma vez que tais instalações passarão a compor a Rede Básica.
A Investco não identificou ajustes a serem feitos em suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014.

**20.2 Mutação do imobilizado**

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor líquido em 31/12/2013 | Ingressos | Transferências | Depreciação | Baixas | Valor líquido em 31/12/2014 |
| **Imobilizado em serviço** | | | | | | |
| Edificações, obras civís e benfeitorias | 3 | | | | | 3 |
| Máquinas e equipamentos | 966 | | 14.260 | (939) | | 14.287 |
| Veículos | 942 | | | (153) | (179) | 610 |
| Móveis e utensílios | 1.789 | | 568 | (182) | (34) | 2.141 |
| **Total do Imobilizado em serviço** | **3.700** | **-** | **14.828** | **(1.274)** | **(213)** | **17.041** |
| **Total do Imobilizado em curso** | **15.421** | **4.489** | **(14.657)** | **-** | **820** | **6.073** |
| **Total Imobilizado** | **19.121** | **4.489** | **171** | **(1.274)** | **607** | **23.114** |

| | Consolidado | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor líquido em 31/12/2013 | Ingressos | Transferência | Depreciação | Baixas | Reclassificação | Valor líquido em 31/12/2014 |
| **Imobilizado em serviço** | | | | | | | |
| Terrenos | 168.305 | | | | | | 168.305 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 1.648.101 | | 11.063 | (40.207) | (3.778) | (186) | 1.614.993 |
| Edificações, obras civís e benfeitorias | 592.187 | | 3.156 | (16.937) | (10) | 186 | 578.582 |
| Máquinas e equipamentos | 1.399.675 | | 37.119 | (60.145) | (6.124) | (1) | 1.370.524 |
| Veículos | 3.320 | | 63 | (702) | (366) | | 2.315 |
| Móveis e utensílios | 3.509 | | 777 | (450) | (34) | 1 | 3.803 |
| **Total do Imobilizado em serviço** | **3.815.097** | **-** | **52.178** | **(118.441)** | **(10.312)** | **-** | **3.738.522** |
| **Total do Imobilizado em curso** | **211.119** | **46.784** | **(51.990)** | **-** | **(3.117)** | **(83)** | **202.713** |
| **Total Imobilizado** | **4.026.216** | **46.784** | **188** | **(118.441)** | **(13.429)** | **(83)** | **3.941.235** |

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia e suas controladas julgam que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

**21 Intangível**

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização, com exceção das servidões permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.
Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

| | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2014 | | | | 31/12/2013 | | |
| | Taxa média de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Taxa média de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido |
| **Intangível em serviço** | | | | | | | | |
| Administração | | | | | | | | |
| *Software* | 19,98 | 4.428 | (2.875) | 1.553 | 19,98 | 3.874 | (2.446) | 1.428 |
| **Total do intangível em serviço** | | **4.428** | **(2.875)** | **1.553** | | **3.874** | **(2.446)** | **1.428** |
| **Intangível em curso** | | | | | | | | |
| Administração | | 2.362 | | 2.362 | | 849 | | 849 |
| Total do intangível em curso | | **2.362** | **-** | **2.362** | | **849** | **-** | **849** |
| **Total Intangível** | | **6.790** | **(2.875)** | **3.915** | | **4.723** | **(2.446)** | **2.277** |

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2014 | | | 31/12/2013 | | | | |
| | Nota | Taxa média de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Taxa média de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido |
| **Intangível em serviço** | | | | | | | | | |
| Distribuição | | | | | | | | | |
| Direito de concessão - Infraestrutura | 21.1 | 4,03 | 4.219.958 | (2.438.567) | 1.781.391 | 4,03 | 4.327.188 | (2.650.105) | 1.677.083 |
| Direito de concessão - Outros | 21.2 | 7,64 | 38.143 | (18.099) | 20.044 | | 38.143 | (15.184) | 22.959 |
| | | | **4.258.101** | **(2.456.666)** | **1.801.435** | | **4.365.331** | **(2.665.289)** | **1.700.042** |
| Geração | | | | | | | | | |
| *Software* | | 20,00 | 2.091 | (1.927) | 164 | 19,16 | 2.191 | (1.805) | 386 |
| Servidão permanente | | | 509 | | 509 | | 408 | | 408 |
| Direito de concessão - Licenças ambientais | | 19,65 | 4.274 | (3.572) | 702 | 19,01 | 3.820 | (2.826) | 994 |
| Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP | 21.5 | 4,13 | 180.786 | (52.233) | 128.553 | 3,63 | 175.290 | (46.095) | 129.195 |
| Direito de concessão - Outros | 21.2 | 3,46 | 929.165 | (324.804) | 604.361 | 0,66 | 890.137 | (292.601) | 597.536 |
| | | | **1.116.825** | **(382.536)** | **734.289** | | **1.071.846** | **(343.327)** | **728.519** |
| Sistema de Transmissão de Conexão | | | | | | | | | |
| Servidão permanente | | | 373 | | 373 | | 373 | | 373 |
| | | | **373** | **-** | **373** | | **373** | **-** | **373** |
| Administração | | | | | | | | | |
| *Software* | | 19,96 | 12.200 | (8.576) | 3.624 | 20,04 | 11.086 | (7.270) | 3.816 |
| Direito de concessão - Outros | | | | | - | | 39.028 | | 39.028 |
| | | | **12.200** | **(8.576)** | **3.624** | | **50.114** | **(7.270)** | **42.844** |
| **Total do Intangível em Serviço** | | | **5.387.499** | **(2.847.778)** | **2.539.721** | | **5.487.664** | **(3.015.886)** | **2.471.778** |
| **Intangível em curso** | | | | | | | | | |
| Distribuição | | | 10.820 | | 10.820 | | 227.444 | | 227.444 |
| Geração | | | 55.966 | | 55.966 | | 46.423 | | 46.423 |
| Administração | | | 4.118 | | 4.118 | | 1.409 | | 1.409 |
| **Total do Intangível em curso** | | | **70.904** | **-** | **70.904** | | **275.276** | **-** | **275.276** |
| Atividades não vinculadas à concessão | | | | | | | | | |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora | 21.3 | 5,03 | 940.511 | (400.245) | 540.266 | 5,10 | 940.511 | (352.972) | 587.539 |
| (-) Provisão para manutenção de dividendos | | 5,03 | **(940.511)** | **400.245** | **(540.266)** | **5,10** | **(940.511)** | **352.972** | **(587.539)** |
| | | | **-** | **-** | **-** | | **-** | **-** | **-** |
| *Goodwill* | 21.4 | | | | | | | | |
| Lajeado Energia e Investco | | | 42.293 | | 42.293 | | 42.293 | | 42.293 |
| | | | **42.293** | **-** | **42.293** | | **42.293** | **-** | **42.293** |
| **Total Intangível** | | | **5.500.696** | **(2.847.778)** | **2.652.918** | | **5.805.233** | **(3.015.886)** | **2.789.347** |

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor líquido em 31/12/2013 | Ingressos | Transferências | Amortização | Baixas | Valor líquido em 31/12/2014 |
| **Intangível em serviço** | | | | | | |
| *Software* | 1.428 | | 557 | (428) | (4) | 1.553 |
| **Intangível em curso** | | | | | | |
| Outros Intangíveis em curso | 849 | 2.365 | (728) | | (124) | 2.362 |
| **Total Intangível** | **2.277** | **2.365** | **(171)** | **(428)** | **(128)** | **3.915** |

| | Consolidado | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor líquido em 31/12/2013 | Ingressos | Juros capitalizados | Transferências | Transferências para ativo financeiro indenizável | Amortização | Baixas | Reclassificação para imobilizado | Valor líquido em 31/12/2014 |
| **Intangível em serviço** | | | | | | | | | |
| *Software* | 4.203 | | | 1.139 | | (1.405) | (47) | (100) | 3.790 |
| Servidão permanente | 781 | | | 1 | | | | 100 | 882 |
| Direito de concessão - Licenças ambientais | 994 | | | 456 | | (748) | | | 702 |
| Direito de concessão - Infraestrutura | 1.677.083 | | | 497.896 | (169.054) | (185.928) | (38.606) | | 1.781.391 |
| Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP | 129.194 | | | 6.112 | | (6.755) | | | 128.551 |
| Direito de concessão - Outros | 659.523 | | | | | (35.118) | | | 624.405 |
| **Total do intangível em serviço** | **2.471.778** | **-** | **-** | **505.604** | **(169.054)** | **(229.954)** | **(38.653)** | **-** | **2.539.721** |
| **Intangível em curso** | | | | | | | | | |
| Outros Intangíveis em curso | 275.276 | 308.790 | 11.311 | (499.680) | | | (24.876) | 83 | 70.904 |
| **Total do Intangível em curso** | **275.276** | **308.790** | **11.311** | **(499.680)** | **-** | **-** | **(24.876)** | **83** | **70.904** |
| *Goodwill* | 42.293 | | | | | | | | 42.293 |
| **Total Intangível** | **2.789.347** | **308.790** | **11.311** | **5.924** | **(169.054)** | **(229.954)** | **(63.529)** | **83** | **2.652.918** |

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual, representativa do conjunto de Intangível.

O valor recuperável do ágio das controladas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de *impairment*. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nesta base, para efeitos destes testes, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

- Unidades geradoras de caixa: EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Energest, EDP Comercializadora, Enerpeixe, Lajeado, Investco e Porto do Pecém;
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *equity value*;
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo e tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da concessão, exceto EDP Comercializadora;
- Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M 5,15% a.a. e IPCA 5,56% a.a.

Em 31 de dezembro de 2014 o teste de recuperação dos ágios e intangíveis da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis ou eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

**21.1 Direito de concessão - Infraestrutura**

Referem-se ao direito das concessionárias EDP Bandeirante e EDP Escelsa de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1) (Nota 2.3). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada até o prazo remanescente da concessão.

**21.2 Direito de Concessão - Outros**

| | Consolidado 31/12/2014 | | |
|---|---|---|---|
| | Custo | Amortização | Total |
| EDP Bandeirante | 38.143 | (18.099) | 20.044 |
| Lajeado | 122.533 | (58.841) | 63.692 |
| Enerpeixe | 3.837 | (1.303) | 2.534 |
| Porto do Pecém | 3.590 | (243) | 3.347 |
| Pantanal | 11.941 | (5.225) | 6.716 |
| Investco | 787.264 | (259.192) | 528.072 |
| **Total** | **967.308** | **(342.903)** | **624.405** |

Os direitos de concessão são mensurados pela diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, menos as despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

**21.3 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora**

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros e pelo prazo de concessão das companhias.

**21.4 *Goodwill* - Lajeado e Investco**

O *goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

O *goodwill*, gerado na combinação de negócios em setembro de 2008 no montante de R$42.293, surgiu quando a Companhia efetuou a troca de participação acionária detida na Enersul pelas participações acionárias detidas pela Rede Energia S.A. nas participadas Lajeado e Investco, bem como pelas participações acionárias detidas pela Rede Power do Brasil S.A. na Lajeado e Tocantins Energia S.A.

**21.5 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP**

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado das UHE's e PCH's das controladas Investco, Enerpeixe, Energest e Pantanal. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o UBP, a valor presente, e amortizados até o final do contrato de concessão, para as controladas Enerpeixe e Investco, e pelo prazo de 5 anos a partir da mudança do regime de exploração, para as controladas Pantanal e Energest, com término em dezembro de 2018 e julho de 2019, respectivamente.

| | Saldo em 31/12/2013 | Adições | Amortização | Saldo em 31/12/2014 |
|---|---|---|---|---|
| Investco | 12.309 | | (648) | 11.661 |
| Enerpeixe | 113.773 | | (4.965) | 108.808 |
| Pantanal | 3.112 | 92 | (640) | 2.564 |
| Energest | - | 6.020 | (502) | 5.518 |
| | **129.194** | **6.112** | **(6.755)** | **128.551** |

**22 Fornecedores**

| | | Controladora | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Circulante | | Circulante | | Não circulante |
| | Nota | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 |
| Suprimento de energia elétrica | 22.1 | | | 713.593 | 435.552 | 3.065 |
| Energia livre | 22.2 | | | 76.708 | 69.170 | |
| Encargos de uso da rede elétrica | | | | 55.518 | 38.074 | |
| Operações CCEE | | | | 141.917 | 101.665 | |
| Materiais e serviços | | 14.010 | 13.237 | 110.967 | 157.668 | |
| **Total** | | **14.010** | **13.237** | **1.098.703** | **802.129** | **3.065** |

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

**22.1 Suprimento de energia elétrica**

A variação nos valores a pagar referentes a energia elétrica comprada para revenda, em 31 de dezembro de 2014, decorre principalmente do aumento do volume físico proveniente do crescimento de mercado, do reajuste de preços (IPCA) dos Contratos de compra de energia e do custo variável relativo aos Contratos de compra de energia por disponibilidade, dado o cenário elétrico brasileiro de 2014.

**22.2 Energia livre**

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

No Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal. Tal liquidação deveria ter ocorrido até 30 de setembro de 2010. Como forma de evitar tais pagamentos, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, representando as distribuidoras do país, dentre elas as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa, impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 91.2010.4.01.3400 - 15ª Vara Federal do Distrito Federal) com pedido de liminar para suspensão do referido ato, o que foi concedido.

Em 9 de maio de 2013, porém, foi proferida sentença julgando extinto o feito, sem resolução de mérito, pela inadequação da via eleita (Mandado de Segurança). Entretanto, os pagamentos por parte das controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa permanecem suspensos, tendo em vista a interposição de recurso de apelação contra a referida sentença, ao qual foi atribuído efeito suspensivo (suspensos, portanto, os efeitos da sentença desfavorável às distribuidoras).

Por oportuno, importante salientar que as distribuidoras, paralelamente, ajuizaram ação ordinária com o mesmo objetivo do Mandado de Segurança, porém tal demanda também foi extinta, sob o argumento de que já havia outro feito com as mesmas partes, mesmo pedido e mesmos fundamentos de fato e de direito (litispendência). Em face de tal decisão, também foi interposto recurso de Apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual pende de julgamento.

O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R$7.538 (R$5.231 em 2013) em contrapartida da despesa financeira (Nota 33).

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**23 Debêntures**

**23.1 Composição do saldo de Debêntures**

| | | | | | | | | | | | Controladora | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | 31/12/2014 | | | | | 31/12/2013 | | | | |
| | | | | | | | | | | | Encargos | | Principal | | | Encargos | | Principal | | |
| Agente Fiduciário | Empresa | Quantidade de títulos | Valor unitário | Valor total | Data da emissão | Vigência do contrato | Finalidade | Custo da dívida | Forma de pagamento | Garantias | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | EDP Energias do Brasil | 45.000 | 10 | 450.000 | 1ª emissão em 28/08/2012 | 28/08/2012 a 28/02/2014 | Investimentos em ativos de geração de energia | 105,0% do CDI | Principal e juros em parcela única no final | | | | | | - | 50.344 | | 450.000 | | 500.344 |
| (-) Custos de emissão | EDP Energias do Brasil | | | (530) | | | | | Amortização mensal | | | | | | - | | | (58) | | (58) |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | EDP Energias do Brasil | 50.000 | 10 | 500.000 | 2ª emissão em 11/04/2013 | 11/04/2013 a 11/04/2016 | Investimentos gerais pela Companhia | CDI + 0,55% | juros semestrais e amortização em duas parcelas iguais em abril/15 e abril/16 | | 12.546 | | 250.000 | 250.000 | 512.546 | 10.607 | | | 500.000 | 510.607 |
| (-) Custos de emissão | EDP Energias do Brasil | | | (500) | | | | | Amortização mensal | | | | | (161) | (161) | | | | (355) | (355) |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | EDP Energias do Brasil | 300 | 1.000 | 300.000 | 3ª emissão em 12/02/2014 | 12/02/2014 a 12/08/2015 | Refinanciamento parcial da 1ª emissão de debêntures da Companhia | CDI + 0,72% | Principal e juros em parcela única no final | | 30.728 | | 300.000 | | 330.728 | | | | | - |
| (-) Custos de emissão | EDP Energias do Brasil | | | | | | | | Amortização mensal | | | | (576) | | (576) | | | | | - |
| Total | | | | | | | | | | | **43.274** | | **549.424** | **249.839** | **842.537** | **60.951** | | **449.942** | **499.645** | **1.010.538** |

| | | | | | | | | | | | Consolidado | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | 31/12/2014 | | | | | 31/12/2013 | | | | |
| | | | | | | | | | | | Encargos | | Principal | | | Encargos | | Principal | | |
| Agente Fiduciário | Empresa | Quantidade de títulos | Valor unitário | Valor total | Data da emissão | Vigência do contrato | Finalidade | Custo da dívida | Forma de pagamento | Garantias | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | EDP Escelsa | 25.000 | 10 | 250.000 | 2ª emissão em 02/07/2007 | 02/07/2007 a 02/07/2014 | Alongamento da dívida. Pagamento das Senior Notes com vencimento em 15/07/2007 | 105,0% do CDI | Principal anual e juros semestral | | | | | | - | | | 83.350 | | 83.350 |
| (-) Custos de emissão | EDP Escelsa | | | | | | | | Amortização mensal | | | | | | - | | | (45) | | (45) |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | EDP Escelsa | 17.680 | 10 | 176.800 | 3ª emissão em 27/08/2014 | 27/08/2014 a 27/08/2020 | Alongamento da dívida e capital de giro. | CDI + 1,50% | Principal semestral a partir de 27/08/2018 e juros semestral | | 7.634 | | | 176.800 | 184.434 | | | | | - |
| (-) Custos de emissão | EDP Escelsa | | | | | | | | Amortização mensal | | | | | (550) | (550) | | | | | - |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | EDP Bandeirante | 300 | 1.000 | 300.000 | 5ª emissão em 30/04/2014 | 30/04/2014 a 30/04/2019 | Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro. | CDI + 1,39% | Principal semestral a partir de abril/2017 e juros semestral | | 19.753 | | | 300.000 | 319.753 | | | | | - |
| (-) Custos de emissão | EDP Bandeirante | | | | | | | | Amortização mensal | | | | | (2.012) | (2.012) | | | | | - |
| SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. | EDP Bandeirante | 39.000 | 10 | 390.000 | 4ª emissão em 01/07/2010 | 01/07/2010 a 30/06/2016 | Recomposição de caixa ao pagamento de dívidas e ao financiamento de capital de giro. | CDI + 1,50% | Principal anual e juros semestral | | 6.248 | | 156.000 | 156.000 | 318.248 | 20.435 | | 78.000 | 312.000 | 410.435 |
| (-) Custos de emissão | EDP Bandeirante | | | | | | | | Amortização mensal | | | | (268) | (54) | (322) | | | (483) | (322) | (805) |

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | | | | | | | | | | | Consolidado | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | 31/12/2014 | | | | | 31/12/2013 | | | | |
| | | | | | | | | | | | Encargos | | Principal | | | Encargos | | Principal | | |
| Agente Fiduciário | Empresa | Quantidade de títulos | Valor unitário | Valor total | Data da emissão | Vigência do contrato | Finalidade | Custo da dívida | Forma de pagamento | Garantias | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total |
| Oliveira Trust | Energest | 12.000 | 1 | 120.000 | 1ª emissão em 23/04/2012 | 23/04/2012 a 23/04/2017 | Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX. | CDI + 0,98% | Principal anual a partir de abril/2016 e juros semestrais | | 2.688 | | | 120.000 | 122.688 | 2.275 | | | 120.000 | 122.275 |
| (-) Custos de emissão | Energest | | | (635) | | | | | Amortização mensal | | | | | (259) | (259) | | | | (400) | (400) |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | EDP Energias do Brasil | 45.000 | 10 | 450.000 | 1ª emissão em 28/08/2012 | 28/08/2012 a 28/02/2014 | Investimentos em ativos de geração de energia | 105,0% do CDI | Principal e juros em parcela única no final | | | | | | - | 50.344 | | 450.000 | | 500.344 |
| (-) Custos de emissão | EDP Energias do Brasil | | | (530) | | | | | Amortização mensal | | | | | | - | | | (58) | | (58) |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | EDP Energias do Brasil | 50.000 | 10 | 500.000 | 2ª emissão em 11/04/2013 | 11/04/2013 a 11/04/2016 | Investimentos gerais pela Companhia | CDI + 0,55% | juros semestral e amortização em duas parcelas iguais em abril/15 e abril/16 | | 12.546 | | 250.000 | 250.000 | 512.546 | 10.607 | | | 500.000 | 510.607 |
| (-) Custos de emissão | EDP Energias do Brasil | | | (500) | | | | | Amortização mensal | | | | | (161) | (161) | | | | (355) | (355) |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | EDP Energias do Brasil | 300 | 1.000 | 300.000 | 3ª emissão em 12/02/2014 | 12/02/2014 a 12/08/2015 | Refinanciamento parcial da 1ª emissão de debêntures da Companhia | CDI + 0,72% | Principal e juros em parcela única no final | | 30.728 | | 300.000 | | 330.728 | | | | | - |
| (-) Custos de emissão | EDP Energias do Brasil | | | | | | | | Amortização mensal | | | | (576) | | (576) | | | | | - |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | Lajeado Energia | 45.000 | 10 | 450.000 | 1ª emissão em 25/11/2013 | 25/11/2013 a 25/11/2019 | Pagamento aos acionistas a título de reembolso das ações decorrente da redução de capital social ocorrida em 03/05/2013 | CDI + 1,20% | Principal anual e juros semestrais | Fiança corporativa da EDP - Energias do Brasil | 5.401 | | | 450.000 | 455.401 | 4.697 | | | 450.000 | 454.697 |
| (-) Custos de emissão | Lajeado Energia | | | | | | | | Amortização mensal | | | | | (2.400) | (2.400) | | | | (3.016) | (3.016) |
| Total | | | | | | | | | | | **84.998** | **-** | **705.156** | **1.447.364** | **2.237.518** | **88.358** | **-** | **610.764** | **1.377.907** | **2.077.029** |

**23.2 Mutação das debêntures no exercício**

| | Controladora | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor líquido em 31/12/2013 | Ingressos | Pagamentos | Juros provisionados | Transferências | Amortização do custo de transação | Valor líquido em 31/12/2014 |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Principal | 450.000 | | (450.000) | | 550.000 | | 550.000 |
| Juros | 60.952 | | (112.487) | 78.565 | 16.244 | | 43.274 |
| Custo de transação | (59) | | | | (1.561) | 1.044 | (576) |
| | **510.893** | **-** | **(562.487)** | **78.565** | **564.683** | **1.044** | **592.698** |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Principal | 500.000 | 300.000 | | | (550.000) | | 250.000 |
| Juros | - | | | 16.244 | (16.244) | | - |
| Custo de transação | (355) | (1.367) | | | 1.561 | | (161) |
| | **499.645** | **298.633** | **-** | **16.244** | **(564.683)** | **-** | **249.839** |

| | Consolidado | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor líquido em 31/12/2013 | Ingressos | Pagamentos | Juros provisionados | Transferências | Amortização do custo de transação | Valor líquido em 31/12/2014 |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Principal | 611.350 | | (611.350) | | 706.000 | | 706.000 |
| Juros | 88.359 | | (244.071) | 224.466 | 16.244 | | 84.998 |
| Custo de transação | (587) | | | | (3.036) | 2.779 | (844) |
| | **699.122** | **-** | **(855.421)** | **224.466** | **719.208** | **2.779** | **790.154** |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Principal | 1.382.000 | 776.800 | | | (706.000) | | 1.452.800 |
| Juros | - | | | 16.244 | (16.244) | | - |
| Custo de transação | (4.093) | (4.379) | | | 3.036 | | (5.436) |
| | **1.377.907** | **772.421** | **-** | **16.244** | **(719.208)** | **-** | **1.447.364** |

**23.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante**

| Vencimento | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| 2015 | 592.698 | 790.154 |
| | **592.698** | **790.154** |
| **Não circulante** | | |
| 2016 | 249.839 | 612.510 |
| 2017 | | 329.078 |
| 2018 | | 304.742 |
| 2019 | | 130.497 |
| 2020 até 2032 | | 70.537 |
| | **249.839** | **1.447.364** |
| **Total** | **842.537** | **2.237.518** |

As emissões de Debêntures feitas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

As principais cláusulas prevendo a rescisão nos contratos vigentes estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto: (a) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (b) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (c) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404;

(iv) Aplicável para EDP Bandeirante: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA Ajustado, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano para a 4ª Emissão de Debêntures e 31 de dezembro de cada ano para a 5ª Emissão de Debêntures.

Em Assembleia Geral de Debenturista da 4ª Emissão, realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovada a alteração da definição de EBITDA para o cálculo dos índices financeiros presentes nas escrituras de emissão de debêntures da Companhia. O EBITDA ajustado significará "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(v) Aplicável para EDP Escelsa: descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5. O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(vi) Aplicável para Lajeado e Energest: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano;

(vii) pedido de auto-falência;

(viii) liquidação, dissolução ou decretação de falência;

(ix) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

(x) aplicável para Lajeado: perda da concessão, desde que tal perda não ultrapasse 10% de sua receita líquida, e desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações para as demais emissões;

(xi) notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R$50.000 na Energest, e a R$75.000 na Companhia como garantidora e na Lajeado, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações;

(xii) aplicável à EDP Bandeirante e à EDP Escelsa: vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que valor unitário ou cumulativo ultrapasse R$40.000, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da companhia na Escritura de Emissão; e

(xiii) aplicável para a Lajeado: extinção de um ou mais Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados pela Emissora que representem queda no volume de receitas superior a 20% em relação ao seu faturamento total.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e as controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energest, encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures. A empresa Lajeado não cumpriu o *covenant* de dívida bruta/EBITDA de até 3,50 vezes, para o qual ela obteve o *waiver* em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD realizada em 10 de dezembro de 2014, mediante pagamento de prêmio em dezembro de 2014 de R$4.085, correspondente a 0,9% sobre o saldo das debêntures e a limitação da distribuição do lucro de 2014 pelo mínimo obrigatório previsto em lei.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**24 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

**24.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

| | Empresa | Valor contratado | Data da contratação | Valor liberado | Vigência do contrato | Finalidade |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Moeda estrangeira** | | | | | | |
| BEI - Banco Europeu de Investimento (ii) | EDP Bandeirante | EUR 45.000 | 17/02/2012 | EUR 15.000 | 19/02/2012 a 17/02/2018 | Ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Bandeirante, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema. |
| (-) BEI - Custo da transação (ii) | EDP Bandeirante | (110) | 17/02/2012 | (110) | 19/02/2012 a 17/02/2018 | |
| BEI - Banco Europeu de Investimento (ii) | EDP Escelsa | EUR 45.000 | 17/02/2012 | EUR 15.000 | 19/02/2012 a 17/02/2018 | Ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Escelsa, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema. |
| **Moeda nacional** | | | | | | |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2656/07 | EDP Bandeirante | 3.911 | 12/12/2007 | 3.594 | 30/03/2009 a 28/02/2014 | Programa Reluz - Município de Taubaté/SP |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2657/07 | EDP Bandeirante | 10.036 | 12/12/2007 | 9.919 | 30/05/2010 a 30/04/2015 | Programa Reluz - Município de Guarulhos/SP |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2658/07 | EDP Bandeirante | 2.946 | 12/12/2007 | 2.449 | 30/03/2009 a 28/02/2014 | Programa Reluz - Município de Suzano/SP |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2779/09 | EDP Bandeirante | 3.517 | 18/03/2010 | 2.651 | 30/08/2012 a 30/07/2017 | Programa Reluz - Município de Guaratinguetá/SP |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2800/09 | EDP Bandeirante | 3.392 | 27/05/2010 | 2.506 | 30/07/2012 a 30/07/2017 | Programa Reluz - Município de Mogi das Cruzes/SP |
| Eletrobrás LPT - ECFS 019/04 | EDP Bandeirante | 11.523 | 28/05/2004 | 9.342 | 30/08/2006 a 30/07/2016 | Programa Luz para Todos |
| Eletrobrás LPT - ECFS 184/07 | EDP Bandeirante | 12.359 | 25/06/2007 | 11.015 | 30/11/2009 a 30/10/2019 | Programa Luz para Todos |
| Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial | EDP Bandeirante | 30.000 | 22/06/2011 | 30.000 | 22/06/2011 a 06/06/2014 | Capital de Giro |
| Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário | EDP Bandeirante | 98.627 | 21/02/2014 | 98.627 | 21/02/2014 a 01/07/2015 | Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária. |
| (-) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação | EDP Bandeirante | | | | 21/02/2014 a 01/07/2015 | |
| BNDES - Banco do Brasil | EDP Bandeirante | 35.513 | 27/12/2007 | 35.513 | 15/07/2008 a 15/06/2014 | Programa de Investimentos de maio de 2006 |
| BNDES - Banco Santander | EDP Bandeirante | 35.513 | 27/12/2007 | 35.513 | 15/07/2008 a 15/06/2014 | Programa de Investimentos de maio de 2006 |
| BNDES - BB/CALC | EDP Bandeirante | 200.369 | 29/01/2009 | 141.271 | 17/02/2010 a 17/06/2019 | Programas de investimentos nos segmentos de geração, distrbuição e transmissão de energia elétrica. |
| BNDES - BB/CALC | EDP Escelsa | 177.468 | 29/01/2009 | 155.228 | 17/02/2010 a 15/05/2017 | Programas de investimentos nos segmentos de geração, distrbuição e transmissão de energia elétrica. |
| (-) BNDES -CALC - Custos de transação | EDP Escelsa | (205) | 29/01/2009 | (205) | 17/02/2010 a 15/05/2017 | |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2481/05 | EDP Escelsa | 1.230 | 30/09/2008 | 924 | 30/01/2012 a 30/12/2016 | Programa Reluz - Município de Viana/ES |
| Eletrobrás LPT - ECFS 031/04 | EDP Escelsa | 30.968 | 21/05/2004 | 22.729 | 30/08/2006 a 30/07/2016 | Programa Luz para Todos |
| Eletrobrás LPT - ECFS 106/05 | EDP Escelsa | 50.304 | 20/11/2005 | 37.114 | 30/05/2008 a 30/04/2018 | Programa Luz para Todos |
| Eletrobrás LPT - ECFS 181/07 | EDP Escelsa | 75.764 | 25/06/2007 | 44.821 | 30/04/2010 a 30/04/2020 | Programa Luz para Todos |
| Eletrobrás LPT - ECFS 258/09 | EDP Escelsa | 56.737 | 28/08/2009 | 20.687 | 30/01/2012 a 30/12/2021 | Programa Luz para Todos |
| Banco do Brasil e Santander - Cédula de Crédito Bancário | EDP Escelsa | 40.400 | 09/02/2007 | 40.400 | 09/08/2007 a 10/02/2014 | Capital de Giro |
| Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial | EDP Escelsa | 135.000 | 24/06/2010 | 135.000 | 29/11/2010 a 29/05/2015 | Capital de Giro |
| Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial - Custos de Transação | EDP Escelsa | (2.025) | 24/06/2010 | (2.025) | 29/05/2015 | Capital de Giro |
| Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial | EDP Escelsa | 45.000 | 27/05/2011 | 45.000 | 27/05/2011 a 09/05/2014 | Capital de Giro |
| BNDES - Banco do Brasil | EDP Escelsa | 35.358 | 27/12/2007 | 33.160 | 15/07/2008 a 15/06/2014 | Programa de investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica. |
| BNDES - Banco Santander | EDP Escelsa | 35.358 | 27/12/2007 | 33.160 | 15/07/2008 a 15/06/2014 | Programa de investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica. |
| Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário | EDP Escelsa | 90.000 | 04/10/2012 | 90.000 | 04/10/2012 a 24/09/2014 | Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária. |
| (-) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação | EDP Escelsa | (1.689) | 04/10/2012 | (1.689) | 04/10/2012 a 24/09/2014 | |
| Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário 21/00804-3 | EDP Escelsa | 68.000 | 13/02/2013 | 68.000 | 13/02/2013 a 03/02/2015 | Capital de Giro |
| (-) Custo de transação | EDP Escelsa | 1.273 | 13/02/2013 | 1.273 | 13/02/2013 a 03/02/2015 | |
| Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário | EDP Escelsa | 110.575 | 21/02/2014 | 110.575 | 21/02/2014 a 01/07/2015 | Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária. |
| (-) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação | EDP Escelsa | | | | 21/02/2014 a 01/07/2015 | |
| Citibank N.A. - Cédula de Câmbio | EDP Escelsa | 200.000 | 08/05/2014 | 200.000 | 08/05/2014 a 14/05/2018 | Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro. |
| Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário | Energest | 48.000 | 20/02/2008 | 48.000 | 20/02/2011 a 20/02/2015 | Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé. |
| BNDES | Energest | 25.404 | 13/11/2009 | 20.004 | 15/06/2010 a 15/05/2018 | Programa de Investimento |
| Eletrobrás Reluz - ECF 1568/97 | Costa Rica | 5.375 | 04/11/1997 | 5.375 | 30/10/2010 a 31/05/2014 | Construção da Usina Hidrelétrica Costa Rica. |
| BNDES | Enerpeixe | 335.000 | 21/05/2004 | 335.000 | 17/03/2008 a 15/01/2016 | Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical. |
| Banco Itaú | Enerpeixe | 100.500 | 21/05/2004 | 100.500 | 17/03/2008 a 15/01/2016 | Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical. |
| Bradesco | Enerpeixe | 83.750 | 21/05/2004 | 83.750 | 17/03/2008 a 15/01/2016 | Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical. |
| Banco Itaú | Enerpeixe | 67.000 | 21/05/2004 | 67.000 | 17/03/2008 a 15/01/2016 | Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical. |
| Banco do Brasil | Enerpeixe | 83.750 | 21/05/2004 | 83.750 | 17/03/2008 a 15/01/2016 | Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical. |
| BNDES - Banco do Brasil | Santa Fé | 75.633 | 11/05/2009 | 75.633 | 15/04/2010 a 15/02/2024 | Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé |
| Ações recebíveis cumulativa (iii) | Investco | | | | | Ações preferenciais resgatáveis A, B e C |
| **Resultados do Swaps** | | | | | | |
| Goldman Sachs (ii) | EDP Bandeirante | Proteção de VC e taxa de juros da dívida junto ao BEI | 09/02/2012 | | 19/02/2012 a 17/02/2018 | Hedge frente ao financiamento do BEI. |
| Goldman Sachs (ii) | EDP Escelsa | Proteção de VC e taxa de juros da dívida junto ao BEI | 09/02/2012 | | 19/02/2012 a 17/02/2018 | Hedge frente ao financiamento do BEI. |
| **Total** | | | | | | |

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | | | | Consolidado | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 31/12/2014 | | | | | 31/12/2013 | | | | |
| | | | | Encargos | | Principal | | | Encargos | | Principal | | |
| *Covenants* | Custo da dívida | Forma de pagamento | Garantias | Circu-lante | Não circulante | Circu-lante | Não circulante | Total | Circu-lante | Não circulante | Circu-lante | Não circulante | Total |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | Libor + 1,2750% a.a. | Principal no final do contrato e Juros semestral | Fiança bancária | | | | | - | 423 | | | 46.323 | 46.746 |
| | | Amortização mensal do custo de transação | | | | | | - | | | | (75) | (75) |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | Libor + 1,2750% a.a. | Principal no final do contrato e Juros semestral | Fiança bancária | | | | | - | 424 | | | 46.323 | 46.747 |
| | | | | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **847** | **-** | **-** | **92.571** | **93.418** |
| | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | (i) Notas promissórias e (ii) Garantia em recebíveis | | | | | - | | | 120 | | 120 |
| | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | (i) Notas promissórias e (ii) Garantia em recebíveis | | | 667 | | 667 | | | 2.000 | 667 | 2.667 |
| | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | (i) Notas promissórias e (ii) Garantia em recebíveis | | | | | - | | | 82 | | 82 |
| | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | (i) Notas promissórias e (ii) Garantia em recebíveis | 20 | | 548 | 868 | 1.436 | 12 | | 548 | 1.417 | 1.977 |
| | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | (i) Notas promissórias e (ii) Garantia em recebíveis | 21 | | 525 | 831 | 1.377 | 12 | | 525 | 1.356 | 1.893 |
| | 5% a.a. + 1% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | (i) Notas promissórias e (ii) Garantia em recebíveis | | | 1.065 | 622 | 1.687 | | | 1.065 | 1.687 | 2.752 |
| | 5% a.a. + 1% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | (i) Notas promissórias e (ii) Garantia em recebíveis | | | 1.315 | 5.035 | 6.350 | | | 1.314 | 6.349 | 7.663 |
| | 100% do CDI | Principal e juros em parcela única no final | | | | | | - | 7.252 | | 30.000 | | 37.252 |
| | 101,15% do CDI | Principal e juros em parcela única no final | | 9.230 | | 98.627 | | 107.857 | | | | | - |
| | | | | | | (763) | | (763) | | | | | - |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5. | 3,3% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensal | Conta garantida | | | | | - | 10 | | 2.969 | | 2.979 |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5. | 3,3% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensal | Conta garantida | | | | | - | 10 | | 2.969 | | 2.979 |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensal | (i) Garantia corporativa da EDP - Energias do Brasil e (ii) Depósito caucionado | 201 | | 23.815 | 43.527 | 67.543 | 254 | | 23.815 | 67.342 | 91.411 |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensal | (i) Garantia corporativa da EDP - Energias do Brasil e (ii) Depósito caucionado | 207 | | 26.330 | 42.034 | 68.571 | 269 | | 26.330 | 68.365 | 94.964 |
| | | Amortização mensal do custo de transação | | | | (15) | (8) | (23) | | | (22) | (22) | (44) |
| | 5% a.a. +1,5% a.a (tx.adm.) | Principal e juros mensal | (i) Notas promissórias e (ii) Garantia em recebíveis | | | 201 | 200 | 401 | | | 201 | 401 | 602 |
| | 5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.) | Principal e juros mensal | Notas promissórias | | | 2.339 | 1.364 | 3.703 | | | 2.339 | 3.703 | 6.042 |
| | 5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.) | Principal e juros mensal | (i) Notas promissórias e (ii) Garantia em recebíveis | | | 3.752 | 8.754 | 12.506 | | | 3.752 | 12.506 | 16.258 |
| | 5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.) | Principal e juros mensal | (i) Notas promissórias e ii) Garantia em recebíveis | | | 4.529 | 19.627 | 24.156 | | | 4.529 | 24.156 | 28.685 |
| | 5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.) | Principal e juros mensal | (i) Notas promissórias e (ii) Garantia em recebíveis | | | 1.702 | 10.213 | 11.915 | | | 1.702 | 11.915 | 13.617 |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5. | 105% do CDI | Principal anual e Juros semestral | | | | | | - | 298 | | 8.080 | | 8.378 |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5. | 100% do CDI | Principal e juros em parcela única no final | | 54.397 | | 103.500 | | 157.897 | 2.637 | 38.997 | 7.000 | 102.983 | 151.617 |
| | | Custo | | | | (147) | | (147) | | | | | - |
| | 100% do CDI | Principal e juros em parcela única no final | | | | | | - | 11.332 | | 45.000 | | 56.332 |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5. | TJLP + 3,3% a.a. | Principal e juros mensal | Conta garantida | | | | | - | 9 | | 2.772 | | 2.781 |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5. | TJLP + 3,3% a.a. | Principal e juros mensal | Conta garantida | | | | | - | 9 | | 2.772 | | 2.781 |
| | 98,5% do CDI | Principal ao final do contrato e juros semestral | | | | | | - | 8.567 | | 90.000 | | 98.567 |
| | | Amortização mensal do custo de transação | | | | | | - | | | (637) | | (637) |
| | 105,5% e 98,5% do CDI | Principal e juros em parcela única ao final do contrato | | 13.027 | | 68.000 | | 81.027 | | 4.974 | | 68.000 | 72.974 |
| | | Amortização mensal do custo de transação | | | | (103) | | (103) | | | | (718) | (718) |
| | 101,15% do CDI | Principal e juros em parcela única no final | | 10.348 | | 110.575 | | 120.923 | | | | | - |
| | | | | | | (855) | | (855) | | | | | - |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5. | 85% do CDI + 1,0625% | Principal anual a partir de maio/2014 e juro trimestrais | Nota promissória | 2.655 | | | 200.000 | 202.655 | | | | | - |
| Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 106,6% do CDI | Principal anual e Juros semestral | | 408 | | 9.600 | | 10.008 | 673 | | 9.600 | 9.600 | 19.873 |
| | 4,50% a.a. e TJLP +1,92% a.a. | Principal e juros mensal | Depósito caucionado | 22 | | 2.503 | 6.049 | 8.574 | 26 | | 2.503 | 8.552 | 11.081 |
| | 5,00% + 1,50% a.a. (tx adm.) | Principal e juros mensal | | | | | | - | 2 | | 237 | | 239 |
| i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos. | TJLP + 4,5% a.a. | Principal e juros mensal | (i) Penhor de ações; (ii) Fiança corporativa; (iii) Penhor de direitos creditórios; e, (iv) Depósitos caucionados. | 247 | | 56.453 | 4.704 | 61.404 | 446 | | 56.453 | 61.158 | 118.057 |
| i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos. | TJLP + 4,5% a.a. | Principal e juros mensal | (i) Penhor de ações; (ii) Fiança corporativa; (iii) Penhor de direitos creditórios; e, (iv) Depósitos caucionados. | 76 | | 17.220 | 1.435 | 18.731 | 136 | | 17.220 | 18.655 | 36.011 |
| i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos. | TJLP + 4,5% a.a. | Principal e juros mensal | (i) Penhor de ações; (ii) Fiança corporativa; (iii) Penhor de direitos creditórios; e, (iv) Depósitos caucionados. | 63 | | 14.350 | 1.196 | 15.609 | 113 | | 14.350 | 15.546 | 30.009 |
| i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos. | TJLP + 4,5% a.a. | Principal e juros mensal | (i) Penhor de ações; (ii) Fiança Corporativa; (iii) Penhor de direitos creditórios; e, (iv) Depósitos caucionados. | 50 | | 11.480 | 957 | 12.487 | 91 | | 11.480 | 12.437 | 24.008 |
| i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos. | TJLP + 4,5% a.a. | Principal e juros mensal | (i) Penhor de ações; (ii) Fiança corporativa; (iii) Penhor de direitos creditórios; e, (iv) Depósitos caucionados. | 63 | | 14.350 | 1.196 | 15.609 | 113 | | 14.350 | 15.546 | 30.009 |
| i. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2. ii. Índice de cobertura de capital próprio maior ou igual a 30%. iii. Restrição de pagamento de dividendos. | TJLP + 1,90% a.a. | Principal e juros mensal | (i) Penhor de ações; (ii) Fiança corporativa; (iii) Depósitos caucionados; e, (iv) Vinculação de receitas. | 154 | | 5.679 | 46.376 | 52.209 | 160 | | 5.679 | 52.055 | 57.894 |
| | | Dividendos anuais e pagamento do principal | | 7.108 | 28.273 | | 22.155 | 57.536 | 7.034 | 28.660 | | 20.616 | 56.310 |
| | | | | **98.297** | **28.273** | **577.242** | **417.135** | **1.120.947** | **39.465** | **72.631** | **391.097** | **584.272** | **1.087.465** |
| | 93,40% do CDI | Juros semestral | | | | | | - | 767 | | | | 767 |
| | 93,40% do CDI | Juros semestral | | | | | | - | 767 | | | | 767 |
| | | | | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **1.534** | **-** | **-** | **-** | **1.534** |
| | | | | **98.297** | **28.273** | **577.242** | **417.135** | **1.120.947** | **41.846** | **72.631** | **391.097** | **676.843** | **1.182.417** |



continua...

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".
(ii) Em 15 de agosto de 2014, os empréstimos da EDP Bandeirante e EDP Escelsa em moeda estrangeira junto ao BEI tiveram sua liquidação antecipada, por decisão da Administração. Consequentemente, os *swaps* junto ao Banco Goldman Sachs também foram liquidados (Nota 36.2.4).
(iii) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada indireta Investco, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.
Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.
As operações de *swap* foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

**24.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício**

| | Consolidado Circulante | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor líquido em 31/12/2013 | Ingressos | Pagamentos | Juros provisionados | Transferências | Ajuste a valor de mercado | Ajuste a valor presente | Amortização do custo de transação | Variação monetária e cambial | Valor líquido em 31/12/2014 |
| **Circulante** | | | | | | | | | | |
| Principal | 391.753 | | (481.232) | | 668.645 | | | | (40) | 579.126 |
| Juros | 41.849 | 17 | (112.043) | 107.662 | 60.811 | | | | | 98.296 |
| Custo de Transação | (659) | | | | (5.459) | | | 4.235 | | (1.883) |
| | **432.943** | **17** | **(593.275)** | **107.662** | **723.997** | **-** | **-** | **4.235** | **(40)** | **675.539** |

| | Consolidado Não circulante | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor líquido em 31/12/2013 | Ingressos | Pagamentos | Juros provisionados | Transferências | Ajuste a valor de mercado | Ajuste a valor presente | Amortização do custo de transação | Variação monetária e cambial | Valor líquido em 31/12/2014 |
| **Não circulante** | | | | | | | | | | |
| Principal | 678.175 | 409.202 | | | (668.645) | (160) | 1.539 | | (2.968) | 417.143 |
| Juros | 72.631 | | | 13.824 | (60.811) | | 2.629 | | | 28.273 |
| Custo de Transação | (1.332) | (4.135) | | | 5.459 | | | | | (8) |
| | **749.474** | **405.067** | **-** | **13.824** | **(723.997)** | **(160)** | **4.168** | **-** | **(2.968)** | **445.408** |

**24.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)**

| Vencimento | Consolidado |
|---|---|
| Circulante | |
| 2015 | 675.539 |
| | **675.539** |
| Não circulante | |
| 2016 | 151.808 |
| 2017 | 113.344 |
| 2018 | 92.445 |
| 2019 | 18.650 |
| 2020 até 2024 | 37.048 |
| 2025 até 2029 | 5.584 |
| 2030 até 2034 | 26.529 |
| | **445.408** |
| **Total** | **1.120.947** |

**25 Benefícios pós-emprego**

A Companhia e determinadas controladas mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.
Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas diretas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energest e a controlada indireta Investco contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2014.
Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.
As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

| | Controladora | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| BSPS - Reservas a amortizar | | | 21.607 | | 5.991 | |
| Programas assistenciais | | | | | | 7.427 |
| Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA | | | 898 | 1.025 | 988 | 1.189 |
| Assistência médica e seguro de vida | | | 20.092 | 23.384 | 329.595 | 423.529 |
| Previdência privada | 84 | 55 | 401 | 258 | | |
| | **84** | **55** | **42.998** | **24.667** | **336.574** | **432.145** |

**25.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão**
**EDP Bandeirante**
Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição Variável", a partir de 1° de junho de 2011, a gestão do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante passou para responsabilidade da EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da EDP Bandeirante, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos no regulamento do PSAP/Bandeirante.
O plano possui as seguintes características:
(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano apuradas pela EnerPrev é da EDP Bandeirante;
(ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD
• Plano BD - vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano apuradas pela EnerPrev é paritária entre a EDP Bandeirante e os participantes.
• Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP Bandeirante. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto passa a poder gerar responsabilidade atuarial à EDP Bandeirante. A EDP Bandeirante contribuiu para este plano no exercício com R$488 (R$744 em 31 de dezembro de 2013).
A EDP Bandeirante possui um compromisso, decorrente de déficit atuarial calculado pela EnerPrev conforme diretrizes da Resolução CGPC nº26/2008, que está sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima. As premissas atuariais utilizadas pela EDP Bandeirante atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela EnerPrev atendem a Resolução CGPC nº 26/2008.
**EDP Escelsa**
• Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.
• Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB na PREVIC. O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.
**Energest**
A Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Energest, por meio de dois planos de benefícios: Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.
A Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Energest, por meio de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.
**25.1.1 Avaliação atuarial**
Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.
As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.
As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazos, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.
**25.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais**
**EDP Bandeirante**

| | 2014 | | | 2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor presente das obrigações do plano | Valor justo dos ativos do plano | (Passivo) reconhecido | Valor presente das obrigações do plano | Valor justo dos ativos do plano | (Passivo) reconhecido |
| **Saldo inicial reconhecido** | (550.181) | 550.181 | | (742.472) | 588.034 | (154.438) |
| Custo do serviço corrente | 1.211 | | 1.211 | 136 | | 136 |
| Custo dos juros | (64.133) | 65.183 | 1.050 | (67.768) | 54.279 | (13.489) |
| Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL | (45.416) | (4.317) | (49.733) | 231.392 | (77.897) | 153.495 |
| Contribuições pagas pela Companhia | | 19.874 | 19.874 | | 14.296 | 14.296 |
| Contribuições pagas pelos empregados | (2.117) | 2.117 | | (2.436) | 2.436 | |
| Benefícios pagos pelo plano | 38.332 | (38.332) | | 30.967 | (30.967) | |
| **(Passivo) reconhecido** | **(622.304)** | **594.706** | **(27.598)** | **(550.181)** | **550.181** | **-** |

A perda atuarial em 2014 no valor de R$49.733 foi decorrente, principalmente, pela atualização cadastral de beneficiários efetuada pela EnerPrev e pela redução na taxa de desconto líquida da taxa de inflação. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social, reconhecido em Outros resultados abrangentes, é de R$5.251 em 31 de dezembro de 2014 (ganho atuarial de R$27.573 em 31 de dezembro de 2013).
As contribuições da EDP Bandeirante esperadas para este plano durante o exercício de 2015 são de R$21.607.

**EDP Escelsa**

| | 2014 | | | | 2013 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor presente das obrigações do plano | Valor justo dos ativos do plano | Restrição de reconhecimento de ativo | Ativo reconhecido | Valor presente das obrigações do plano | Valor justo dos ativos do plano | Restrição de reconhecimento de ativo | Ativo reconhecido |
| **Saldo inicial reconhecido** | (180.266) | 284.873 | (104.607) | 1.638 | (191.146) | 281.201 | (90.055) | |
| Custo do serviço corrente | 116 | | | 116 | (854) | | 854 | |
| Custo dos juros | (20.767) | 33.369 | (12.356) | 246 | (45.107) | 25.525 | 19.582 | |
| Ganhos/(perdas) atuariais | (2.238) | 84 | | (2.154) | 42.897 | (8.292) | (34.605) | |
| Contribuições pagas pela Companhia | | 850 | | 850 | | 383 | (383) | |
| Contribuições pagas pelos empregados | (70) | 70 | | | (382) | 382 | | |
| Benefícios pagos pelo plano | 22.893 | (22.893) | | | 14.326 | (14.326) | | |
| Mudança na recuperação do superávit | | | | 21 | | | | 1.638 |
| **Saldo final reconhecido** | **(180.332)** | **296.353** | **(116.963)** | **717** | **(180.266)** | **284.873** | **(104.607)** | **1.638** |

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Beneficio definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a EDP Escelsa. A Administração da EDP Escelsa registrou o ativo decorrente de superávit atuarial do Plano I de R$21. Com relação ao superávit atuarial apurado para o Plano II, a EDP Escelsa registrou como ativo o valor presente de R$696 da redução de futuras contribuições, conforme autorizado pela PREVIC por meio da Portaria nº 664/2013.
A destinação do Superávit atuarial atribuído à EDP Escelsa, calculado pela EnerPrev e aprovado pela PREVIC, ocorre nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008. O abatimento das contribuições normais ao Plano será por um período estimado de aproximadamente 93 meses, tendo iniciado em abril/2014. Durante esse período, a cobrança da contribuição normal da EDP Escelsa está suspensa.
A EnerPrev interromperá imediatamente o abatimento das contribuições normais da EDP Escelsa se, a qualquer momento, constatar que o valor da Reserva de Contingência for inferior a 25% do valor das Reservas Matemáticas do Plano. Neste caso, será revertido parcial ou totalmente o saldo da Reserva Especial para recompor a Reserva de Contingência ao patamar de 25% das Reservas Matemáticas.
A perda atuarial em 2014 no valor de R$2.154 foi decorrente, principalmente, pela atualização cadastral de beneficiários efetuada pela EnerPrev e pela redução na taxa de desconto líquida da taxa de inflação. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social, reconhecido em Outros resultados abrangentes, é de R$1.422 em 31 de dezembro de 2014.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Energest**

| | 2014 | | | | 2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor presente das obrigações do plano | Valor justo dos ativos do plano | Restrições de reconhecimento do ativo | Ativo reconhecido | Valor presente das obrigações do plano | Valor justo dos ativos do plano | Restrições de reconhecimento do ativo |
| **Saldo inicial reconhecido** | (1.199) | 2.511 | (1.312) | | (1.516) | 2.829 | (1.313) |
| Custo do serviço corrente | (17) | | 17 | | (105) | | 105 |
| Custo dos juros | (140) | 300 | (160) | | (139) | 261 | (122) |
| Custo do serviço passado | | | | | (149) | | 149 |
| Ganhos/(perdas) atuariais | 37 | (287) | 250 | | 668 | (562) | (106) |
| Contribuições pagas pela Companhia | | (6) | 6 | | | 25 | (25) |
| Contribuições pagas pelos empregados | (4) | 4 | | | (17) | 17 | |
| Benefícios pagos pelo plano | 256 | (256) | | | 59 | (59) | |
| Mudança na recuperação do superávit | | | | 92 | | | |
| **Saldo final reconhecido** | **(1.067)** | **2.266** | **(1.199)** | **92** | **(1.199)** | **2.511** | **(1.312)** |

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Energest. A Administração da Energest registrou o ativo decorrente de superávit atuarial do Plano II de R$92.

Na qualidade de patrocinadora, a Energest contribuiu, com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes destes planos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Energest contribuiu no exercício com R$104 (R$152 em 2013).

**25.1.3 Vencimentos dos planos de benefício**

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

| | EDP Bandeirante | EDP Escelsa | | Energest | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Vencimento** | PSAP | Plano I | Plano II | Plano I | Plano II |
| Circulante | | | | | |
| 2015 | 21.607 | 2 | (2.234) | 53 | 212 |
| | **21.607** | **2** | **(2.234)** | **53** | **212** |
| Não circulante | | | | | |
| 2016 | 38.261 | 10.326 | 12.598 | 55 | 17 |
| 2017 | 41.493 | 10.689 | 5.365 | 58 | 20 |
| 2018 | 44.928 | 11.045 | 5.642 | 61 | 23 |
| 2019 | 48.306 | 11.392 | 5.924 | 64 | 29 |
| 2020 a 2024 | 373.177 | 74.689 | 41.625 | 359 | 209 |
| | **546.165** | **118.141** | **71.154** | **597** | **298** |
| **Total** | **567.772** | **118.143** | **68.920** | **650** | **510** |

**25.1.4 Despesas líquidas**

Os efeitos do exercício na despesa líquida reconhecida no resultado e os ganhos e perdas atuariais reconhecidos em Outros resultados abrangente, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

| | EDP Bandeirante | | EDP Escelsa | |
|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Custo do serviço | | | | |
| Custo do serviço corrente | 1.393 | 2.131 | (116) | |
| Custo dos juros | (1.050) | 13.489 | (246) | |
| Contribuições esperadas dos empregados | (2.604) | (2.267) | | |
| Mudança na recuperação do superávit | | | (21) | (1.638) |
| **Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado** | **(2.261)** | **13.353** | **(383)** | **(1.638)** |
| Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido | | | | |
| Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida) | 4.317 | 77.897 | (84) | |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas demográficas | 508 | | (640) | |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência | 26.849 | (1.106) | 1.497 | |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras | 18.059 | (235.176) | 1.381 | |
| Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido | | 4.890 | | |
| **Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes** | **49.733** | **(153.495)** | **2.154** | **-** |
| **Total** | **47.472** | **(140.142)** | **1.771** | **(1.638)** |

**25.1.5 Classes de ativos**

As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir:

| | | EDP Bandeirante | | EDP Escelsa | | Energest | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| **Classe de ativo** | **Mercado Ativo** | **Alocação %** | **Alocação %** | **Alocação %** | **Alocação %** | **Alocação %** | **Alocação %** |
| Títulos de dívida | Cotado | 80,68% | 88,90% | 88,67% | 90,51% | 89,27% | 94,13% |
| Ações | Cotado | 17,33% | 8,90% | 10,07% | 8,20% | 7,26% | 3,47% |
| Imóveis | Cotado | 0,28% | 0,30% | 0,42% | 0,45% | 1,67% | 0,93% |
| Outros | Não cotado | 1,71% | 1,90% | 0,84% | 0,84% | 1,80% | 1,47% |
| **Total** | | **100,00%** | **100,00%** | **100,00%** | **100,00%** | **100,00%** | **100,00%** |

**25.1.6 Participantes**

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

| | EDP Bandeirante | | EDP Escelsa | | | | Energest | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | |
| | PSAP | | Plano I | Plano II | Plano I | Plano II | Plano I | Plano II | Plano I | Plano II |
| Participantes ativos | 563 | 662 | 1 | 621 | 2 | 673 | | 28 | | 35 |
| Participantes assistidos | | | | | | | | | | |
| Com benefícios diferidos | 123 | 115 | | 22 | | 18 | | 3 | | 2 |
| Aposentados e pensionistas | 739 | 691 | 703 | 219 | 703 | 215 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| | **862** | **806** | **703** | **241** | **703** | **233** | **1** | **5** | **1** | **4** |
| **Total** | **1.425** | **1.468** | **704** | **862** | **705** | **906** | **1** | **33** | **1** | **39** |

**25.1.7 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

| | EDP Bandeirante | EDP Escelsa | | Energest | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Análise de sensibilidade** | PSAP | Plano I | Plano II | Plano I | Plano II |
| **Pressupostos Centrais** | 622.573 | 101.326 | 84.953 | 576 | 490 |
| **Taxa de desconto** | | | | | |
| Aumento na taxa de desconto em 0,5% | (33.330) | (3.572) | (2.481) | (21) | (28) |
| Redução na taxa de desconto em 0,5% | 36.723 | 3.825 | 2.684 | 22 | 31 |
| **Mortalidade** | | | | | |
| Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real | 5.731 | 2.278 | 831 | 12 | (3) |

**25.1.8 Premissas**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

| | EDP Bandeirante | | EDP Escelsa e Energest | |
|---|---|---|---|---|
| **Econômicas** | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Taxa de desconto - nominal | 12,25% a.a. | 12,00% a.a. | 12,25% a.a. | 12,00% a.a. |
| Crescimentos salariais futuros | 6,34% | 6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017 | 6,34% | 6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017 |
| Crescimento dos planos de benefícios | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. | 5,50% a.a. | 5,00% a.a. |
| Inflação | 5,50% a.a. | 5,00% a.a. | 5,50% a.a. | 5,00% a.a. |
| **Demográficas** | | | | |
| Tábua de mortalidade | AT-2000 | RP 2000 Generational | AT-2000 | AT-2000/RP 2000 Generational (*) |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled |
| Tábua de entrada em invalidez | Light Forte | Wyatt 85 Class 1 | Muller | Wyatt 85 Class 1 |

(*) No exercício de 2013 os planos de previdência da Energest utilizavam a tábua de mortalidade RP 2000 Generational. Em 2014 as tábuas de mortalidade foram padronizadas para AT-2000.

**25.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido**

**EDP Escelsa e Energest**

- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA: Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e
- Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados: Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da EDP Escelsa e Energest.

**25.2.1 Avaliação atuarial**

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2014 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

**25.2.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais**

| | EDP Escelsa | | | | Energest | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | | 2013 | | 2014 | | 2013 | |
| | Valor presente das obrigações do plano | (Passivo) reconhecido | Valor presente das obrigações do plano | (Passivo) reconhecido | Valor presente das obrigações do plano | (Passivo) reconhecido | Valor presente das obrigações do plano | (Passivo) reconhecido |
| **Saldo inicial reconhecido** | (440.625) | (440.625) | (385.061) | (385.061) | (7.775) | (7.775) | (6.446) | (6.446) |
| Custo do serviço corrente | (2.739) | (2.739) | (3.655) | (3.655) | (178) | (178) | (199) | (199) |
| Custo dos juros | (51.397) | (51.397) | (34.935) | (34.935) | (919) | (919) | (595) | (595) |
| Custo do serviço passado | | | (6.669) | (6.669) | | | | |
| Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL | 123.810 | 123.810 | (30.885) | (30.885) | 1.933 | 1.933 | (573) | (573) |
| Benefícios pagos pelo plano | 26.867 | 26.867 | 20.580 | 20.580 | 105 | 105 | 38 | 38 |
| **Saldo final reconhecido** | **(344.084)** | **(344.084)** | **(440.625)** | **(440.625)** | **(6.834)** | **(6.834)** | **(7.775)** | **(7.775)** |

O ganho atuarial no valor presente das obrigações da EDP Escelsa de R$123.810, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2014, foi decorrente, principalmente, da redução dos custos médicos ocasionada pela mudança do benefício de assistência médica que passou do modelo híbrido para pós pagamento. Em 31 de dezembro de 2013, houve perda atuarial de R$30.885.

O ganho atuarial no valor presente das obrigações da Energest de R$1.933, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2014, foi decorrente, principalmente, da revisão das premissas de fator de envelhecimento e a variação na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2013, houve perda atuarial de R$573.

As contribuições esperadas para estes benefícios durante o exercício de 2015 são de R$20.271 na EDP Escelsa e R$219 na Energest.

**25.2.3 Vencimentos dos planos de benefício**

| | EDP Escelsa | |
|---|---|---|
| **Vencimento** | Assistência médica e Seguro de vida | AIA |
| Circulante | | |
| 2015 | 19.836 | 885 |
| | **19.836** | **885** |
| Não circulante | | |
| 2016 | 22.022 | 297 |
| 2017 | 24.140 | 139 |
| 2018 | 26.489 | 392 |
| 2019 | 28.928 | 158 |
| 2020 a 2024 | 187.889 | 577 |
| | **289.468** | **1.563** |
| **Total** | **309.304** | **2.448** |

**25.2.4 Despesas líquidas**

Os efeitos do exercício na despesa líquida reconhecida no resultado e os ganhos e perdas atuariais reconhecidos em Outros resultados abrangente, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

| | EDP Escelsa | | Energest | |
|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Custo do serviço | | | | |
| Custo do serviço corrente | 2.739 | 3.655 | 178 | 199 |
| Custo dos juros | 51.397 | 34.935 | 920 | 595 |
| Custo do serviço passado | | 6.669 | | |
| **Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado** | **54.136** | **45.259** | **1.098** | **794** |
| Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido | | | | |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas demográficas | | 65.948 | | 763 |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência | (135.226) | 91.608 | (2.203) | 2.940 |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras | 11.416 | (126.671) | 270 | (3.130) |
| **Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes** | **(123.810)** | **30.885** | **(1.933)** | **573** |
| **Total** | **(69.674)** | **76.144** | **(835)** | **1.367** |

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2014 na EDP Escelsa é de R$147.404 (R$229.119 em 31 de dezembro de 2013) e na Energest é de R$1.738 em 31 de dezembro de 2014 (R$3.014 em 31 de dezembro de 2013).

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**25.2.5 Participantes**
Este plano tem a seguinte composição de participantes:

| | EDP Escelsa | | | | Energest | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | | 2013 | | 2014 | | 2013 | |
| | Assistência médica e Seguro de vida | Auxílio Incentivo Aposentados (AIA) | Assistência médica e Seguro de vida | Auxílio Incentivo Aposentados (AIA) | Assistência médica e seguro de vida | Auxílio Incentivo Aposentados (AIA) | Assistência médica e seguro de vida | Auxílio Incentivo Aposentados (AIA) |
| Participantes ativos | 950 | 42 | 1.046 | 52 | 86 | 1 | 110 | 1 |
| Participantes assistidos | | | | | | | | |
| Aposentados e pensionistas | 2.356 | | 2.309 | | 41 | | 12 | |
| | **2.356** | **-** | **2.309** | **-** | **41** | **-** | **12** | **-** |
| **Total** | **3.306** | **42** | **3.355** | **52** | **127** | **1** | **122** | **1** |

**25.2.6 Análise de sensibilidade**
A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha.

| | EDP Escelsa | | | | Energest | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Análise de sensibilidade** | Auxílio Incentivo a Aposentadoria (AIA) | Assistência Médica e Odontológica | Benefícios a Aposentados | Seguro de Vida | Auxílio Incentivo a Aposentadoria (AIA) | Assistência Médica e Odontológica | Benefícios a Aposentados |
| **Pressupostos Centrais** | 1.839 | 295.251 | 3.596 | 44.702 | 13 | 6.152 | 115 |
| **Taxa de desconto** | | | | | | | |
| Aumento na taxa de desconto em 0,5% | (13) | (16.040) | (236) | (1.728) | | (401) | (14) |
| Redução na taxa de desconto em 0,5% | 14 | 17.634 | 268 | 1.865 | | 445 | 17 |
| **Mortalidade** | | | | | | | |
| Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real | | 9.252 | 78 | 814 | | 153 | 2 |

**25.2.7 Premissas**
As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

| | 2014 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | EDP Escelsa e Energest | | | EDP Escelsa |
| **Econômicas** | AIA | Assistência Médica | Seguro de Vida | Outros benefícios a aposentados |
| Taxa de desconto - nominal | 12,25% a.a. | 12,25% a.a. | 12,25% a.a. | 12,25% a.a. |
| Crescimentos salariais futuros | 6,34% | n/a | n/a | 6,34% |
| Crescimento dos planos de benefícios | 5,50% a.a. | n/a | 5,50% a.a. | 5,50% a.a. |
| Inflação médica de longo prazo | n/a | 11,51% a.a. em 2015, reduzindo linearmente para 6,55% a.a. até 2026 | n/a | n/a |
| Inflação | 5,50% a.a. | 5,50% a.a. | 5,50% a.a. | 5,50% a.a. |
| Fator de envelhecimento | n/a | 3,00% a.a. | n/a | n/a |
| **Demográficas** | | | | |
| Tábua de mortalidade | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled |
| Tábua de entrada em invalidez | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 |

| | 2013 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | EDP Escelsa e Energest | | EDP Escelsa | EDP Escelsa e Energest |
| **Econômicas** | AIA | Assistência Médica | Seguro de Vida | Outros benefícios a aposentados |
| Taxa de desconto - nominal | 12,00% a.a. | 12,00% a.a. | 12,00% a.a. | 12,00% a.a. |
| Crescimentos salariais futuros | 6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017 | n/a | n/a | 6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017 |
| Crescimento dos planos de benefícios | 5,00% a.a. | n/a | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. |
| Inflação médica de longo prazo | n/a | 11,59% a.a. em 2014, reduzindo linearmente para 6,05% a.a. até 2025 | n/a | n/a |
| Inflação | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. |
| Fator de envelhecimento | n/a | 3,00% a.a. | n/a | n/a |
| **Demográficas** | | | | |
| Tábua de mortalidade | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled |
| Tábua de entrada em invalidez | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 |

**25.3 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido**
A Investco mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.
De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

**25.3.1 Conciliação dos ativos e passivos atuariais**
A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2014 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido. Segue abaixo a movimentação para este plano no exercício:
**Investco**

| | 2014 | | 2013 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor presente das obrigações do plano | (Passivo) reconhecido | Valor presente das obrigações do plano | (Passivo) reconhecido |
| **Saldo inicial reconhecido** | (727) | (727) | (976) | (976) |
| Custo do serviço corrente | (69) | (69) | (122) | (122) |
| Custo dos juros | (86) | (86) | (90) | (90) |
| Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL | 261 | 261 | 461 | 461 |
| **Saldo final reconhecido** | **(621)** | **(621)** | **(727)** | **(727)** |

**25.4 EnerPrev - Planos de pensão do tipo Contribuição definida**
A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra planos de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia e suas controladas administram planos PGBL contratados, este por meio do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e suas controladas. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições das patrocinadoras e do participante, conforme regulamento dos planos.
Na qualidade de patrocinadoras destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no período com R$835 (R$912 em 2013) e as controladas contribuíram no exercício com o montante de R$3.081 (R$3.057 em 2013).
Esses planos em 31 de dezembro de 2014 têm a adesão de 66(*) colaboradores da Companhia e 963(*) colaboradores de suas controladas.
(*) Não revisado pelos auditores independentes.

**26 Encargos regulamentares e setoriais**
As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

| | | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Saldo em 31/12/2013 | Adições | Atualização Monetária | Pagamentos | Saldo em 31/12/2014 |
| Quota de reserva global de reversão - RGR | | 4.455 | 11.637 | | (13.903) | 2.189 |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | | 5.460 | 107.020 | | (102.857) | 9.623 |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH) | | 6.503 | 37.067 | | (36.079) | 7.491 |
| Encargos tarifários (ECE/ EAEEE) | | 31.729 | 168 | | (201) | 31.696 |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (P&D e PEE) | 26.1 | 38.746 | 60.197 | 3.016 | (60.300) | 41.659 |
| Outros encargos | | 836 | 11.969 | | (11.749) | 1.056 |
| **Total** | | **87.729** | **228.058** | **3.016** | **(225.089)** | **93.714** |
| Circulante | | 74.858 | | | | 86.695 |
| Não circulante | | 12.871 | | | | 7.019 |
| **Total** | | **87.729** | | | | **93.714** |

**26.1 Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)**
Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pelas controladas, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. As controladas tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, e os programas de PEE são regulamentados por meio das Resoluções nº 300/08, aplicada até maio de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 556/13. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2014 no montante de R$41.659 (R$38.746 em 31 de dezembro de 2013), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

**27 Uso do Bem Público - UBP**
Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Enerpeixe, Investco, Pantanal e Energest calculados até o final dos contratos de concessão ou outro período pré-estabelecido, e reconhecidos a valor presente.
O UBP será pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial ou da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, o que ocorrer primeiro, conforme previsto nos Contratos de Concessão ou então, outro prazo quando indicado no contrato de concessão para os empreendimentos em operação que tiveram a sua modalidade alterada para concessão onerosa.

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Controladas** | Saldo em 31/12/2014 | Saldo em 31/12/2013 | Valor anual da parcela | Taxa de Juros | Taxa de Desconto | Prazo de Amortização |
| Investco | 45.010 | 44.918 | 1.045 | IGP-M | 6,00% | 2032 |
| Enerpeixe | 230.665 | 229.637 | 6.800 | IGP-M | 6,00% | 2036 |
| Pantanal | 2.828 | 3.113 | 746 | IPCA | 7,60% | 2018 |
| Energest | 5.676 | - | 675 | IPCA | 6,92% | 2019 |
| **Total** | **284.179** | **277.668** | | | | |

O valor justo total das obrigações relacionadas com o UBP, foram provisionados e capitalizados em contrapartida do Intangível (Nota 21) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25.
No exercício de 2014, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2014, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.
Os pagamentos das controladas Enerpeixe e Investco são realizados ao longo do contrato de concessão e das controladas Pantanal e Energest pelo prazo de 5 anos.
Segue abaixo movimentação do exercício:

| | Consolidado | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/2013 | Ingressos | Ajuste a Valor Presente | Encargos e atualizações monetárias | Amortizações | Transferências | Saldo em 31/12/2014 |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Uso do Bem Público | 23.723 | 1.432 | (267) | 386 | (23.154) | 23.715 | 25.835 |
| | **23.723** | **1.432** | **(267)** | **386** | **(23.154)** | **23.715** | **25.835** |
| **Não Circulante** | | | | | | | |
| Uso do Bem Público | 253.945 | 5.177 | 5.436 | 17.501 | | (23.715) | 258.344 |
| | **253.945** | **5.177** | **5.436** | **17.501** | **-** | **(23.715)** | **258.344** |

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**28 Provisões**

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

| | | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | |
| | Nota | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas | 28.1 | 10.771 | 9.010 | 35.061 | 33.887 | 20.152 | 15.681 | 188.633 | 167.501 |
| Licenças Ambientais | 28.2 | | | | | 2.520 | 5.340 | 6.940 | 6.200 |
| **Total** | | **10.771** | **9.010** | **35.061** | **33.887** | **22.672** | **21.021** | **195.573** | **173.701** |

**28.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados à litígios**

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas.

**28.1.1 Risco de perda provável**

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

| Controladora | Passivo | | | | | | Ativo | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Baixas | | | | Depósito Judicial | |
| | Saldo em 31/12/2013 | Adições | Pagamentos | Reversões | Atualização monetária | Saldo em 31/12/2014 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Trabalhistas | 2.306 | 4.506 | (1.805) | (460) | 1.674 | 6.221 | 5 | 1.810 |
| Cíveis | - | 2.409 | (1.794) | (3) | 62 | 674 | 122 | |
| Outros | 40.591 | 4.380 | | (9.333) | 3.299 | 38.937 | | |
| **Total** | **42.897** | **11.295** | **(3.599)** | **(9.796)** | **5.035** | **45.832** | **127** | **1.810** |
| Circulante | 9.010 | | | | | 10.771 | | |
| Não circulante | 33.887 | | | | | 35.061 | 127 | 1.810 |
| **Total** | **42.897** | | | | | **45.832** | **127** | **1.810** |

| Consolidado | Passivo | | | | | | | Ativo | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Baixas | | | | | Depósito Judicial | |
| | Saldo em 31/12/2013 | Adições | Pagamentos | Reversões | Atualização monetária | Reclassificação | Saldo em 31/12/2014 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Trabalhistas | 67.880 | 30.190 | (24.257) | (10.416) | 7.552 | | 70.949 | 25.950 | 28.050 |
| Cíveis | 56.613 | 21.890 | (11.798) | (11.476) | 16.122 | | 71.351 | 27.841 | 25.587 |
| Fiscais | 4.792 | 151 | (152) | (154) | (119) | | 4.518 | 44 | 980 |
| Outros | 53.897 | 4.380 | (3.225) | (9.333) | 8.479 | 7.769 | 61.967 | | |
| **Total** | **183.182** | **56.611** | **(39.432)** | **(31.379)** | **32.034** | **7.769** | **208.785** | **53.835** | **54.617** |
| Circulante | 15.681 | | | | | | 20.152 | | |
| Não circulante | 167.501 | | | | | | 188.633 | 53.835 | 54.617 |
| **Total** | **183.182** | | | | | | **208.785** | **53.835** | **54.617** |

**28.1.1.1 Trabalhistas**

**EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Energest, Investco, EDP GRID e EDP - Energias do Brasil**

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

**28.1.1.2 Cíveis**

**EDP Bandeirante**

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R$33.020 (R$35.945 em 31 de dezembro de 2013), destacando-se:

• Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a EDP Bandeirante cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R$60.951 e em junho de 2011 foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R$10.627. A EDP Bandeirante apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R$66.072. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça discutindo a questão. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2014 é de R$19.859 (R$16.652 em 31 de dezembro de 2013).

**EDP Escelsa**

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R$2.103 (R$2.461 em 31 de dezembro de 2013).

**Investco**

A Investco possui provisionado o montante de R$7.008 que refere-se, em sua maioria:

**(i) Indenizações**

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

**(ii) Desapropriações**

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Terrenos (Nota 20).

**28.1.1.3 Fiscais**

**EDP Bandeirante**

A EDP Bandeirante possui processos relativos à exigência de ICMS na conta de energia, avaliados como perda provável. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R$4.285 (R$4.285 em 31 de dezembro de 2013).

Há também discussão administrativa sobre exigência relativa à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R$225 (R$225 em 31 de dezembro de 2013).

**28.1.1.4 Outros**

**EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)**

Na Companhia as ações classificadas como Outros referem-se aos compromissos pactuados no processo de permuta das ações de controle da Enersul com as ações de controle da Investco e da Lajeado, anteriormente pertencentes à Rede Energia S.A., relativos às ações judiciais de diversas naturezas movidas contra Enersul cujos fatos geradores foram originados em períodos que o controle da Enersul, era exercido pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R$38.936 (R$40.590 em 31 de dezembro de 2013).

**EDP Bandeirante e EDP Escelsa**

Para as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa parte do saldo desta rubrica inclui autos de infração editados pela ANEEL em processo de fiscalização que encontram-se em fase de recurso em 31 de dezembro de 2014 no valor de R$8.981 (R$6.248 em 31 dezembro de 2013).

No exercício, a EDP Bandeirante efetuou uma provisão no valor de R$7.209 relativa à penalidades estabelecidas pela ANEEL, por meio dos autos de infração nºs AI- 002/2014-SFF, de 27 de agosto de 2014 e AI-012/2014, de 26 de agosto de 2014, referentes a Fiscalização do ativo imobilizado em serviço e Fiscalização da Base de Remuneração do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária, respectivamente. A provisão foi registrada a débito das Despesas financeiras, na rubrica de Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros (Nota 33).

**28.1.2 Risco de perda possível**

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias consolidadas, demonstrados a seguir:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em | | Ativo Depósito Judicial | | Saldo em | | Ativo Depósito Judicial | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Trabalhistas | 1.363 | 1.193 | 411 | 411 | 68.841 | 69.527 | 6.322 | 6.249 |
| Cíveis | 275 | 230 | 214 | | 445.802 | 342.423 | 3.519 | 9.169 |
| Fiscais | 31.433 | 78.154 | 2.352 | 2.193 | 838.502 | 757.164 | 16.996 | 14.476 |
| Outros | 6.758 | 24.549 | | | 19.366 | 38.484 | | |
| **Total** | **39.829** | **104.126** | **2.977** | **2.604** | **1.372.511** | **1.207.598** | **26.837** | **29.894** |

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

**28.1.2.1 Trabalhistas**

**EDP Escelsa**

Refere-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R$46.846 (R$47.503 em 31 de dezembro de 2013).

**28.1.2.2 Cíveis**

**Energest, Pantanal, Lajeado, Investco, Enerpeixe, Santa Fé e Costa Rica**

As empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Entre 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em tramite na 4º Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013. Esta liminar está vigente até a presente data.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso e as controladas aguardam intimação para apresentar contrarrazões. Esta liminar está vigente até a presente data.

Com base nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R$18.139 (R$14.394 em 31 dezembro de 2013).

**EDP Bandeirante**

A EDP Bandeirante é parte no processo nº 2006.209.009405-0, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de dezembro de 1986 a setembro de 2000. Em 23 de setembro de 2011, foi proferida sentença desfavorável à EDP Bandeirante julgando procedente o pedido da parte autora, acrescido de correção monetária e juros de mora, a partir de 1º de junho de 2011. Contra tal decisão, a EDP Bandeirante interpôs recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento para o fim de limitar a condenação da EDP Bandeirante ao período de vigência da Portaria nº 153/86 (vigente até março/87). Em face da referida decisão, a EDP Bandeirante e a White Martins opuseram embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos por ambas as partes perante o Superior Tribunal de Justiça. Importante ressaltar que há entendimento pacífico nos tribunais superiores no sentido de que só é devida a devolução dos valores pagos no período do congelamento de preços, período este não discutido nesta ação, motivo pelo qual o grau de risco foi mantido em possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R$107.878 (R$90.459 em 31 de dezembro de 2013).

**Investco**

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se a ações descritas na nota 28.1.1.2 - Indenizações, no montante de R$93.220 em 31 de dezembro de 2014 (R$88.070 em 31 de dezembro de 2013).

**EDP Escelsa e EDP Bandeirante**

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 da EDP Escelsa é de R$30.807 (R$25.727 em 31 de dezembro de 2013) e da EDP Bandeirante é de R$69.228 (R$57.812 em 31 de dezembro de 2013).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as distribuidoras, por meio da ABRADEE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 da EDP Escelsa é de R$18.365 e da EDP Bandeirante é de R$9.767.

**EDP Escelsa, EDP Bandeirante, Santa Fé, Pantanal, Lajeado, Investco, Costa Rica, Energest e Enerpeixe**

• Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As companhias e a ANEEL protocolaram junto ao STJ, pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela SAESA. O valor estimado consolidado em 31 de dezembro de 2014 é de R$19.922.

**28.1.2.3 Fiscais**

**EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)**

A Companhia possui discussões administrativas relativas a não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 31 de dezembro de 2014 o valor de R$18.297 (R$65.795 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia obteve êxito parcial em um dos processos reduzindo a contingência em R$34.479 e o montante de R$9.045 foi incluso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). A Companhia também incluiu outro processo no REFIS cujo valor da contingência é de R$5.411.

**EDP Bandeirante**

• Discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela EDP Bandeirante no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 de R$122.767 (R$116.344 em 31 de dezembro de 2013). A EDP Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09.

• Discussão administrativa relativa à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, no valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 de R$23.230 (R$23.216 em 31 de dezembro de 2013). A EDP Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Discussão judicial decorrente de execução fiscal que engloba débitos resultantes de reescrituração de ICMS, no montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 de R$26.071.
• Discussão administrativa no montante atualizado aproximado até 31 de dezembro de 2014 de R$179.672 (R$172.278 em 31 de dezembro de 2013), referentes à compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE).
• Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com AES Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R$68.501 (R$104.186 em 31 de dezembro de 2013). A redução da contingência é proveniente da revisão de valores de atualização de juros. Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso nos Tribunais Superiores.
• Autuações de Prefeitura que exige o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica. O valor da contingência em 31 de dezembro de 2014 é de R$49.139 (R$39.659 em 31 de dezembro de 2013).

**EDP Escelsa**
• A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a EDP Escelsa; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2014 importam em R$7.391 (R$7.148 em 31 de dezembro de 2013) e atualmente aguardam decisão administrativa.
• Diversas prefeituras: A EDP Escelsa discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2014 totalizam o montante de R$16.796 (R$11.198 em 31 de dezembro de 2013) e aguardam decisão em primeira instância.
• Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2014 o valor de R$110.415 (R$105.851 em 31 de dezembro de 2013).

**EDP Comercializadora**
• Discussão judicial à exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$16.688 (R$16.380 em 31 de dezembro de 2013) e encontra-se garantido por fiança bancária. O processo aguarda julgamento.
• Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2014 é de R$14.182 (R$13.512 em 31 de dezembro de 2013).

**Lajeado**
Discute-se na esfera administrativa a autuação da Receita Federal do Brasil em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R$78.409.

**Enerpeixe**
A Enerpeixe, por meio do processo de fiscalização nº 0816500.2014.00289-9 sobre a verificação da regularidade de recolhimentos de IRPJ, CSLL, PIS e da COFINS para o ano calendário de 2009, foi notificada a esclarecer as deduções realizadas a título de Juros sobre o Capital Próprio da base de apuração do IRPJ e da CSLL. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R$16.372.

**28.1.2.4 Outros**
Na Companhia, os valores referem-se a contingência descrita na nota 28.1.1.4.

**28.1.3 Risco de perda remota**
Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações os saldos de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014 na Controladora é de R$6.737 (R$4.894 em 31 de dezembro de 2013) nas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Energest, EDP GRID, EDP Comercializadora e Investco é de R$43.153 (R$28.337 em 31 de dezembro de 2013).
Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. Entretanto, a EDP Bandeirante possui ação cujo o fato gerador do principal está a decorrer, sem perspectiva de término no médio prazo. Dada a materialidade do saldo, procedemos à divulgação da ação fiscal abaixo.

**28.1.3.1 Fiscais**
A EDP Bandeirante, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos efeitos dos Decretos nº 55.421/10 e 55.867/10 que versam sobre a incidência de ICMS sobre perdas técnicas de energia (furto, desvio, fraude entre outros). Ambos os processos possuem sentenças favoráveis, confirmadas até o momento em julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A Fazenda Estadual interpôs recursos aos Tribunais Superiores, os quais aguardam julgamento. O valor estimado em 31 de Dezembro de 2014 é de R$223.771 (R$166.540 em 31 de dezembro de 2013).

**28.2 Licenças Ambientais**
O montante em 31 de dezembro de 2014 de R$9.460 (R$11.540 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs e PCHs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.
As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.
As controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Santa Fé, Pantanal, Energest, Investco e Enerpeixe, estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.
Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares.
Os desembolsos de natureza ambiental durante o exercício de 2014 foram de R$21.134 (R$19.916 em 31 de dezembro de 2013). Deste montante, já haviam sido provisionados e capitalizados nas rubricas de Imobilizado e Intangível o valor de R$15.089, relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente. Em contrapartida no resultado do exercício, na rubrica de Serviços de terceiros, foram registrados R$6.045, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

## 29 Patrimônio Líquido

**29.1 Capital social**
O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R$3.182.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.415.612 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com as principais características, a saber:
• O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
• As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
• Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
• A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 200.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
• A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
• A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.
As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.
Ações recompradas classificadas como ações em tesouraria são reconhecidas como uma dedução do patrimônio líquido, incluindo os custos de aquisição. Quando estas ações são novamente disponibilizadas para o mercado, o custo associado é retirado do patrimônio líquido e o excedente ou déficit são transferidos para os lucros acumulados.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade de ações | % participação | Quantidade de ações | % participação | Acionista controlador |
| **Acionista** | | | | | |
| Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada (1) | 168.185.223 | 35,31 | 168.185.223 | 35,31 | Sim |
| Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc.Unipessoal Ltda. (1) | 74.786.742 | 15,70 | 74.786.742 | 15,70 | Sim |
| Conselheiros e Diretores | 48 | 0,00 | 48 | 0,00 | |
| Ações em tesouraria (2) | 840.675 | 0,18 | 840.675 | 0,18 | |
| Outros (3) | 232.602.924 | 48,81 | 232.602.924 | 48,81 | |
| **Total** | **476.415.612** | **100,00** | **476.415.612** | **100,00** | |

(1) Empresa de controle estrangeiro.
(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.
(3) Há 232.602.924 ações em circulação do total de 476.415.612, ou seja, cerca de 48,81% do total de ações.
Cálculo da quantidade de ações em circulação:

| | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | |
|---|---|---|---|---|
| | Quantidade de ações | % participação | Quantidade de ações | % participação |
| Quantidade de ações controladores | 242.971.965 | 51,01 | 242.971.965 | 51,01 |
| Quantidade de ações tesouraria | 840.675 | 0,18 | 840.675 | 0,18 |
| Quantidade de ações de conselheiros e diretores | 48 | | 48 | |
| **Total de ações que não estão em circulação** | **243.812.688** | | **243.812.688** | |
| **Total de ações** | **476.415.612** | | **476.415.612** | |
| **Total de ações em circulação** | **232.602.924** | **48,81** | **232.602.924** | **48,81** |

**29.2 Destinação do lucro**
Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como um ativo ou passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ao final do exercício, com base em seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.
A política de dividendos da Companhia, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propõe o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro liquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.
Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2014, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 com distribuição de dividendos no valor de R$311.014, sendo R$250.775 a título de dividendos adicionais, e JSCP no valor de R$29.190 aos acionistas detentores de ações ordinárias, sem ajuste pagos durante o exercício de 2014.
Adicionalmente à destinação do lucro líquido do exercício de 2013, também foi deliberada a distribuição de dividendos no valor de R$30.046 a débito da reserva de retenção de lucros, que foram pagos durante o exercício de 2014.
Em 29 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2014 no montante bruto de R$133.300, sendo R$113.305 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

| | 31/12/2014 |
|---|---|
| Lucro líquido apurado no exercício | 743.502 |
| Constituição da reserva legal - 5% | (37.175) |
| | **706.327** |
| Destinação do lucro | **706.327** |
| Dividendos intermediários - JSCP | 133.300 |
| Dividendos complementares | 63.277 |
| Lucros retidos a deliberar | 509.750 |

**29.3 Reservas**

| | Nota | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---|---|---|
| **Reservas de capital** | | | |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora | | 35.351 | 35.351 |
| Resultado na alienação de ações em tesouraria | | 60.247 | 60.247 |
| Outras reservas de capital | | 45.729 | 47.334 |
| | | **141.327** | **142.932** |
| **Reservas de lucros** | | | |
| Legal | | 231.020 | 193.845 |
| Retenção de lucros | 29.3.1 | 1.025.401 | 1.055.446 |
| Lucros retidos a deliberar | 29.3.2 | 509.750 | 250.775 |
| | | **1.766.171** | **1.500.066** |
| **Outros resultados abrangentes** | 29.3.3 | | |
| (Perda)/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego | | (155.726) | (204.539) |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | | 4.093 |
| *Hedge* de fluxos de caixa | | (36.861) | (44.045) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | (1.392) |
| | | **(192.587)** | **(245.883)** |
| **Total** | | **1.714.911** | **1.397.115** |

**29.3.1 Reserva de retenção de lucros**
A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

**29.3.2 Lucros retidos a deliberar**
Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em Assembleia Geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

**29.3.3 Outros resultados abrangentes**
A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

| | Saldo em 31/12/2013 | Ganhos | Perdas | Equivalência patrimonial | Provisão IRPJ/CSLL | Saldo em 31/12/2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 2.701 | | (4.093) | | 1.392 | - |
| Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias | (248.584) | | | 55.997 | | (192.587) |
| | **(245.883)** | **-** | **(4.093)** | **55.997** | **1.392** | **(192.587)** |

**29.4 Participações de não controladores**
Os não controladores correspondem à participação que outros acionistas detêm sobre as nossas controladas. O saldo inclui partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás no valor de R$451.376.

**29.4.1 Partes beneficiárias**
A Lajeado, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Lajeado, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.
Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.
O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto).
O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.
O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.
Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 30 Dividendos - Ativos e Passivos

| | Controladora | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo | | Passivo | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| EDP Bandeirante | 58.199 | 45.311 | | | | |
| EDP Escelsa | 42.053 | 34.764 | | | | |
| Energest | 26.151 | 24.841 | | | | |
| EDP Comercializadora | 82.719 | 48.988 | | | | |
| Enerpeixe | 33.225 | 33.099 | | | | |
| Acionistas - Investco | | | | | 12.338 | 12.223 |
| Lajeado | 78.162 | 26.379 | | | | |
| Acionistas - Energias do Brasil | | | 180.668 | 88.247 | 180.668 | 88.247 |
| Eletrobrás | | | | | 84.706 | 36.262 |
| Governo de Tocantins | | | | | 6.060 | 1.920 |
| Furnas Centrais Elétricas S.A. | | | | | 22.150 | 22.066 |
| **Total** | **320.509** | **213.382** | **180.668** | **88.247** | **305.922** | **160.718** |

Os dividendos serão recebidos e pagos até 31 de dezembro de 2015.

### 31 Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) As receitas de operações com energia elétrica e de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente;

(ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada;

(iii) O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente;

(iv) O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante;

(v) A receita de ativos financeiros setoriais é reconhecida mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes a Parcela A efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica orçados na tarifa vigente pela ANEEL. Inclui os valores a cobrar dos consumidores referente a incidência de PIS e COFINS, sobre esta receita.

(vi) A receita de Subvenção é reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.3) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

| | | Controladora | | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | R$ | | Nº de consumidores (*) | | MWh (*) | | R$ | |
| | Nota | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| **Fornecimento** | | | | | | | | | |
| Residencial | | | | 2.685.327 | 2.591.756 | 5.868.954 | 5.598.704 | 2.432.472 | 2.260.470 |
| Industrial | | | | 24.441 | 23.723 | 3.828.943 | 3.916.829 | 1.286.983 | 1.240.458 |
| Comercial | | | | 237.438 | 230.301 | 3.733.050 | 3.470.110 | 1.452.524 | 1.296.911 |
| Rural | | | | 178.752 | 173.716 | 812.919 | 777.086 | 188.001 | 171.347 |
| Poder público | | | | 19.181 | 18.988 | 605.080 | 586.750 | 228.579 | 214.832 |
| Iluminação pública | | | | 3.250 | 3.449 | 565.271 | 561.048 | 131.014 | 122.737 |
| Serviço público | | | | 2.489 | 2.547 | 488.068 | 476.089 | 127.923 | 118.666 |
| Consumo próprio | | | | 374 | 359 | 14.837 | 15.457 | | |
| (-) Transferência para TUSD - clientes cativos | | | | | | | | (2.284.783) | (2.342.727) |
| Fornecimento não faturado | | | | | | | | 69.622 | (76.023) |
| | | **-** | **-** | **3.151.252** | **3.044.839** | **15.917.122** | **15.402.073** | **3.632.335** | **3.006.671** |
| **Suprimento de Energia elétrica** | | | | 4 | 4 | 8.882.819 | 8.797.582 | 786.718 | 681.392 |
| **Energia de curto prazo** | | | | | | 297.412 | 223.262 | 159.678 | 43.361 |
| **Comercialização** | | | | | | | | 2.705.922 | 1.927.724 |
| | | **-** | **-** | **4** | **4** | **9.180.231** | **9.020.844** | **3.652.318** | **2.652.477** |
| **Receitas com operações de energia elétrica** | | **-** | **-** | **3.151.256** | **3.044.843** | **25.097.353** | **24.422.917** | **7.284.653** | **5.659.148** |
| Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão | | | | | | | | | |
| TUSD - outros | | | | 248 | 239 | 9.903.421 | 9.896.795 | 765.592 | 770.437 |
| TUSD - clientes cativos | | | | | | | | 2.284.783 | 2.342.727 |
| TUSD - não faturado | | | | | | | | 1.941 | (15.256) |
| Receitas sobre ativos financeiros setoriais | 8 | | | | | | | | |
| CVA | | | | | | | | 218.281 | |
| Itens financeiros | | | | | | | | 298.305 | |
| PIS/COFINS | | | | | | | | 82.838 | |
| Receita de construção | 32 | | | | | | | 294.055 | 325.725 |
| Subvenções | 16.3 | | | | | | | 231.388 | 176.215 |
| Ressarcimento por insuficiência de geração | | | | | | | | | 87.098 |
| Arrendamentos e aluguéis | | | | | | | | 110.761 | 103.835 |
| Outras receitas operacionais | | 7.840 | 1.167 | | | | | 248.647 | 208.048 |
| **Receita operacional bruta** | | **7.840** | **1.167** | **3.151.504** | **3.045.082** | **35.000.774** | **34.319.712** | **11.821.244** | **9.657.977** |
| (-) Deduções à receita operacional | | - | (175) | | | | | (2.922.516) | (2.561.485) |
| **Tributos sobre a receita** | | **-** | **(175)** | | | | | **(2.695.617)** | **(2.373.761)** |
| ICMS | | | | | | | | (1.652.626) | (1.520.069) |
| PIS/COFINS | | | (108) | | | | | (1.042.098) | (852.649) |
| ISS | | | (67) | | | | | (893) | (1.043) |
| Encargos do consumidor | | **-** | **-** | | | | | **(226.899)** | **(187.724)** |
| P&D e PEE | | | | | | | | (60.196) | (56.353) |
| CCC | | | | | | | | | (14.033) |
| CDE | | | | | | | | (107.020) | (64.653) |
| RGR | | | | | | | | (11.637) | (8.885) |
| PROINFA - Consumidores Livres | | | | | | | | (48.046) | (43.800) |
| **Receita** | | **7.840** | **992** | **3.151.504** | **3.045.082** | **35.000.774** | **34.319.712** | **8.898.728** | **7.096.492** |

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

**31.1 Receitas - Controladora**

Do montante de R$7.840 (R$992 em 31 de dezembro de 2013), R$6.946 refere-se a contrato de serviços de consultoria prestados para a EDP Energias de Portugal.

**31.2 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente**

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa n° 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisões tarifárias, no caso da Companhia, a partir de 23 de outubro de 2011, seriam contabilizados como Obrigações especiais, anteriormente registrado como Receita operacional em curso dos valores provenientes. Por ocasião do 4° ciclo de revisões tarifárias, 2015 no caso da EDP Bandeirante e 2016 para EDP Escelsa, o valor acumulado nessa subconta, até a data do laudo de avaliação os ativos, deverá ser transferido para a situação de em serviço em Obrigações Especiais, quando então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

Não obstante a essa determinação, as controladas, por meio da ABRADEE, contestou judicialmente o tratamento dessas receitas.

No dia 8 de fevereiro de 2012, a antecipação de tutela requerida pela ABRADEE na Ação Ordinária nº 003357.85.2012.4.01.3400, em curso junto à 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi no sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo") do item 3.1 ("Receitas Inerentes ao Serviço de Distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras Receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como se obrigações especiais fossem; e c) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito).

Em 19 de junho de 2012, o TRF-1 concedeu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pela ANEEL, pelo que foi suspensa a antecipação de tutela originalmente concedida em primeiro grau e, com isso, restabeleceu-se a eficácia da Resolução Normativa ANEEL nº 463/11. Aguarda-se ainda o julgamento do mérito do recurso de Agravo de Instrumento.

Em primeira instância, aguarda-se a realização de perícia requerida pela ABRADEE.

Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação é possível, no entanto, a EDP Bandeirante e a EDP Escelsa efetuaram no exercício o registro contábil no montante de R$55.428 (R$46.188 em 31 de dezembro de 2013), a débito da rubrica de Receita de fornecimento em contrapartida à Obrigações Especiais, obrigação esta apresentada no âmbito do ICPC 01 como retificadora do Intangível. O saldo dessa obrigação em ambas as distribuidoras em 31 de dezembro de 2014 é de R$151.748 (R$96.320 em 31 de dezembro de 2013).

### 32 Gastos operacionais

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração dos gastos operacionais estão discriminados a seguir:

(i) a energia elétrica comprada para revenda é reconhecida em função de sua utilização e registro dos contratos na CCEE;

(ii) os gastos gerenciáveis são reconhecidos com base na associação direta da receita e quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia e suas controladas apresentam os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

| | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2014 | | | 2013 |
| | | Despesas operacionais | | | |
| | Nota | Gerais e administrativas | Outras | Total | Total |
| Gerenciáveis | | | | | |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (i) | | 40.446 | | 40.446 | 29.743 |
| Material | | 971 | | 971 | 1.916 |
| Serviços de terceiros | 32.1 | 65.133 | | 65.133 | 43.785 |
| Depreciação | | 1.275 | | 1.275 | 456 |
| Amortização | | 6.185 | | 6.185 | 6.107 |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | | | 1.499 | 1.499 | 3.219 |
| Aluguéis e arrendamentos | | 6.121 | | 6.121 | 8.479 |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens | | | 140 | 140 | (1.332) |
| Outras | 32.2 | 25.519 | | 25.519 | 18.179 |
| **Total** | | **145.650** | **1.639** | **147.289** | **110.552** |

(i) Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudos; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R$40.446 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R$1.131 (R$960 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a treinamentos.

**32.1 Serviços de terceiros**

O montante de R$65.133 inclui R$25.436 referente a contrato de serviços de consultoria prestados pela EDP Energias de Portugal.

**32.2 Outras**

Do montante do exercício de R$25.519 (R$18.179 em 2013), R$10.685 (R$10.545 em 2013) referem-se aos valores a pagar relativos à diversas despesas ligadas às ações judiciais, dentre outros, de competência anterior à data da permuta das ações detidas pela Companhia na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2014 | | | | | | | 2013 |
| | | Custo do serviço | | | Despesas operacionais | | | | |
| | Nota | Com energia elétrica | De operação | Prestado a terceiros | Com vendas | Gerais e administrativas | Outras | Total | Total |
| **Não gerenciáveis** | | | | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | | | | | | | | | |
| Moeda estrangeira - Itaipu | | 498.069 | | | | | | 498.069 | 500.890 |
| Moeda nacional | 32.3 | 6.136.360 | | | | | | 6.136.360 | 3.893.775 |
| Ressarcimento CDE/CCEE/CONER | 5.1 | (1.035.590) | | | | | | (1.035.590) | (594.739) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | 401.728 | | | | | | 401.728 | 309.583 |
| Taxa de fiscalização | | | | | | | 10.638 | 10.638 | 13.078 |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH) | | | | | | | 37.628 | 37.628 | 34.674 |
| Outras | | 13.240 | | | | | | 13.240 | |
| | | **6.013.807** | **-** | **-** | **-** | **-** | **48.266** | **6.062.073** | **4.157.261** |
| **Gerenciáveis** | | | | | | | | | |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (i) | | | 227.842 | 606 | | 149.068 | | 377.516 | 373.212 |
| Material | | | 21.559 | 2.225 | | 6.131 | | 29.915 | 34.523 |
| Serviços de terceiros | | | 210.269 | 3.347 | | 196.644 | | 410.260 | 389.198 |
| Depreciação | | | 96.615 | | | 21.250 | | 117.865 | 101.010 |
| Amortização | | | 178.090 | | | 44.303 | | 222.393 | 301.592 |
| PCLD/perdas líquidas | | | | | 27.438 | | | 27.438 | 52.438 |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | | | | | | (202) | 25.901 | 25.699 | 49.840 |
| Aluguéis e arrendamentos | | | 1.719 | | | 16.892 | | 18.611 | 19.004 |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens | | | | | | | 70.547 | 70.547 | (19.128) |
| Valor justo do ativo financeiro indenizável | | | | | | | 2.967 | 2.967 | (14.193) |
| Custo com construção da infraestrutura | | | | 294.055 | | | | 294.055 | 325.725 |
| Outras | 32.2 | | 33.200 | 36 | | 43.998 | (3.747) | 73.487 | 72.915 |
| | | **-** | **769.294** | **300.269** | **27.438** | **478.084** | **95.668** | **1.670.753** | **1.686.136** |
| **Total** | | **6.013.807** | **769.294** | **300.269** | **27.438** | **478.084** | **143.934** | **7.732.826** | **5.843.397** |

(i) Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia e suas controladas que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudos; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R$377.516 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R$4.223 (R$4.977 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a treinamentos.

**32.3 Energia elétrica comprada para revenda - Moeda Nacional**

O acréscimo nos gastos não gerenciáveis referem-se, substancialmente: (i) nas geradoras resultante do GSF (fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas) médio no ano de 90,6% atrelado a um PLD médio de R$690,00; e (ii) da exposição involuntária da EDP Bandeirante e EDP Escelsa e pelo elevado despacho térmico ao longo do exercício.

## 33 Resultado financeiro

| | Nota | Controladora 2014 | Controladora 2013 | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receitas financeiras | | | | | |
| Renda de aplicações financeiras e cauções | | 20.240 | 8.101 | 98.046 | 50.338 |
| Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida | | | | 85.269 | 82.049 |
| Operações de *swap e hedge* | | | | | 9.240 |
| Atualização monetária depósitos judiciais | | 596 | 464 | 6.428 | 4.887 |
| Atualizações monetárias sobre provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros | | | | 51 | 364 |
| Atualização monetária contratos de mútuo | | 24.046 | 15.481 | 20.478 | 13.322 |
| Atualização sobre os ativos/passivos financeiros setoriais | 8 | | | 2.118 | |
| Variações monetárias moeda nacional | | | | 1.736 | 2.623 |
| Variações monetárias moeda estrangeira | | 5 | 3 | 3.013 | 3 |
| Juros e multa sobre impostos | | 11.552 | 5.247 | 32.007 | 8.682 |
| Ajustes a valor presente | | 1.822 | 2.657 | 5.157 | 1.343 |
| Remuneração das ações preferenciais | | 4.509 | 4.574 | | |
| (-) Juros capitalizados | | | | (21.945) | (8.436) |
| Outras receitas financeiras | | 5.364 | 1.014 | 26.411 | 17.720 |
| | | **68.134** | **37.541** | **258.769** | **182.135** |
| Despesas financeiras | | | | | |
| Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada | | | | (13.651) | (8.299) |
| Juros e multa sobre impostos | | (7.629) | (4.633) | (10.859) | (15.991) |
| Encargos de dívidas | | (95.848) | (73.658) | (438.371) | (323.622) |
| Variações monetárias moeda nacional | | (3.315) | (4.529) | (4.071) | (6.332) |
| Variações monetárias moeda estrangeira | | | (2) | | (11.890) |
| Operações de *swap* e *hedge* | | | | (5.972) | |
| Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros | | (1.736) | (418) | (28.786) | (20.072) |
| SELIC - Energia Livre | 22.2 | | | (7.538) | (5.231) |
| Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários | 15 | (6.932) | (7.263) | (6.932) | (7.263) |
| Ajustes a valor presente | | | | (19.980) | (11.702) |
| Atualização monetária contratos de mútuo | | | | 1 | 171 |
| Atualização monetária uso do bem público | | | | (17.262) | (28.395) |
| Benefícios pós-emprego | | | | (52.723) | (49.629) |
| (-) Juros capitalizados | | | | 67.591 | 54.458 |
| Outras despesas financeiras | | (6.740) | (19.195) | (36.205) | (47.397) |
| | | **(122.200)** | **(109.698)** | **(574.758)** | **(481.194)** |
| **Total** | | **(54.066)** | **(72.157)** | **(315.989)** | **(299.059)** |

## 34 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados, nas controladas Costa Rica, Santa Fé, Pantanal e EDP GRID conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

| | Nota | Controladora IRPJ/CSLL 2014 | Controladora IRPJ/CSLL 2013 | Consolidado IRPJ/CSLL 2014 | Consolidado IRPJ/CSLL 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| Lucro antes do IRPJ e CSLL | | 816.687 | 375.757 | 1.186.880 | 813.609 |
| Alíquota | | 34% | 34% | 34% | 34% |
| **IRPJ e CSLL** | | **(277.674)** | **(127.757)** | **(403.539)** | **(276.627)** |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva | | | | | |
| IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes | | | | | |
| Doações | | (1.064) | (1.054) | (2.244) | (2.295) |
| Perdas indedutíveis | | | | 985 | (1.910) |
| Resultados de equivalência patrimonial | | 205.182 | 189.541 | (23.718) | (47.746) |
| Juros sobre o capital próprio | | 10.485 | (52.572) | 60.749 | 33.585 |
| Outras | | 1.814 | 1.244 | 305 | 848 |
| Outros | | | | | |
| IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos | | (3.999) | | (11.359) | 1.484 |
| (Adição) Reversão de diferenças permanentes | | (1.957) | (9.391) | (11.736) | (19.891) |
| Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior | | (5.994) | | 9.342 | 4.798 |
| Ajuste lucro presumido | | | | 6.512 | 3.354 |
| Incentivos fiscais | | | | | |
| SUDAM/SUDENE | 34.1 | | | 25.421 | 42.298 |
| Outras | | 22 | | 763 | 2.583 |
| **Despesa de IRPJ e CSLL** | | **(73.185)** | **11** | **(348.519)** | **(259.519)** |
| Alíquota efetiva | | 8,96% | 0,00% | 29,36% | 31,90% |

**34.1 SUDAM/SUDENE**

Em 23 de março de 2010, a controlada EDP Escelsa obteve, junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/2010, atestando o atendimento a todas as condições e requisitoslegais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Em 22 de dezembro de 2009, a controlada Energest obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da Energest, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2005.

A controlada Enerpeixe obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, em 2006, a concessão do direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido para os exercícios de 2007 a 2016. O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais foi registrado no resultado do período como redução do imposto de renda apurado. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, é destinada à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76.

Essas subvenções governamentais são reconhecidas no resultado do exercício. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta os benefícios, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

Os incentivos fiscais mencionados acima estão registrados nas demonstrações financeiras das controladas conforme requerido pelo CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais.

## 35 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

| | Controladora 2014 | Controladora 2013 | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas | 743.502 | 375.768 | 743.502 | 375.768 |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) * | 475.575 | 475.575 | 475.575 | 475.575 |
| Resultado básico e diluído por ações (reais/ação) | **1,56338** | **0,79013** | **1,56338** | **0,79013** |

* O número de ações ordinárias não está contemplando as ações em tesouraria.

## 36 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

**36.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

**36.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

**• Instrumentos mantidos até o vencimento**

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

**• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

**• Empréstimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**• Instrumentos disponíveis para venda**
São designados nesta categoria os ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. O Ativo financeiro indenizável das controladas é classificado como disponível para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados de forma a refletir a melhor estimativa do Valor Novo de Reposição - VNR, conforme descrito na nota 19, que equivale ao valor justo, calculado conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente. Os efeitos desta mensuração são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, pelo método da taxa efetiva de juros.

**• Outros ao custo amortizado**
São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

| | | | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| | Nota | Categoria | Níveis | Valor Justo | | Valor Contábil | |
| **Ativos financeiros** | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | | | | | | |
| Bancos conta movimento | | Valor justo por meio do resultado | Nível 1 | 11.862 | 53.099 | 11.862 | 53.099 |
| Aplicações financeiras | | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 15.220 | 191.012 | 15.220 | 191.012 |
| Títulos a receber | 9 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 2.970 | 2.939 | 2.970 | 2.939 |
| Partes relacionadas | 12 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 7.777 | 24.051 | 7.777 | 24.051 |
| Cauções e depósitos vinculados | 13 | Ativos mantidos até o vencimento | Nível 1 | 3.436 | 222 | 3.436 | 222 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 15 | Disponível para venda | Nível 1 | | 11.026 | | 11.026 |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Títulos a receber | | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 22.040 | 21.537 | 22.040 | 21.537 |
| Partes relacionadas | 12 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 277.632 | 172.375 | 277.632 | 172.375 |
| | | | | **340.937** | **476.261** | **340.937** | **476.261** |
| **Passivos financeiros** | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Fornecedores | 22 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 14.010 | 13.237 | 14.010 | 13.237 |
| Partes relacionadas | 22 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 25.436 | | 25.436 | |
| Debêntures | 23 | Outros ao custo amortizado | Nível 2 | 592.698 | 510.893 | 592.698 | 510.893 |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Debêntures | 23 | Outros ao custo amortizado | Nível 2 | 249.839 | 499.645 | 249.839 | 499.645 |
| Partes relacionadas | 12 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 2 | 14 | 2 | 14 |
| | | | | **881.985** | **1.023.789** | **881.985** | **1.023.789** |

| | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| | Nota | Categoria | Níveis | Valor Justo | | Valor Contábil | |
| **Ativos financeiros** | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | | | | | | |
| Bancos conta movimento | | Valor justo por meio do resultado | Nível 1 | 478.941 | 301.932 | 478.941 | 301.932 |
| Aplicações financeiras | | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 348.030 | 622.214 | 348.030 | 622.214 |
| Títulos a receber | 9 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 5.606 | 4.965 | 5.606 | 4.965 |
| Consumidores e concessionárias | 7 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 1.352.161 | 1.126.547 | 1.352.161 | 1.126.547 |
| Partes relacionadas | 12 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 7.705 | 12.359 | 7.705 | 12.359 |
| Cauções e depósitos vinculados | 13 | Ativos mantidos até o vencimento | Nível 1 | 12.277 | 4.642 | 12.277 | 4.642 |
| Rendas a receber | | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 4.974 | 4.758 | 4.974 | 4.758 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 15 | Disponível para venda | Nível 1 | | 11.026 | | 11.026 |
| Ativos financeiros setoriais | 8 | Disponível para venda | Nível 2 | 383.378 | | 383.378 | |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Títulos a receber | 9 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 5.037 | 17.049 | 5.037 | 17.049 |
| Ativo financeiro indenizável | 19 | Disponível para venda | Nível 3 | 940.160 | 779.354 | 940.160 | 779.354 |
| Consumidores e concessionárias | 7 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 284.759 | 54.908 | 284.759 | 54.908 |
| Partes relacionadas | 12 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 203.667 | 171.074 | 203.667 | 171.074 |
| Cauções e depósitos vinculados | 13 | Ativos mantidos até o vencimento | Nível 1 | 36.924 | 44.013 | 36.924 | 44.013 |
| Ativos financeiros setoriais | 8 | Disponível para venda | Nível 2 | 218.164 | | 218.164 | |
| Outros créditos - Derivativos | 16 | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | | 24.504 | | 24.504 |
| | | | | **4.281.783** | **3.179.345** | **4.281.783** | **3.179.345** |
| **Passivos financeiros** | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Fornecedores | 22 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 1.098.703 | 802.129 | 1.098.703 | 802.129 |
| Partes relacionadas | 22 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 25.436 | | 25.436 | |
| Debêntures | 23 | Outros ao custo amortizado | Nível 2 | 790.154 | 699.122 | 790.154 | 699.122 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 24 | | | | | | |
| BEI | | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | | 847 | | 847 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | | Outros ao custo amortizado | Nível 2 | 676.116 | 429.581 | 675.539 | 430.562 |
| Derivativos | 36.2.4 | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | | 1.534 | | 1.534 |
| Uso do bem público | | Outros ao custo amortizado | Nível 2 | 25.835 | 23.723 | 25.835 | 23.723 |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Fornecedores | 22 | Empréstimos e recebíveis | Nível 2 | 3.065 | | 3.065 | |
| Debêntures | 23 | Outros ao custo amortizado | Nível 2 | 1.447.364 | 1.377.907 | 1.447.364 | 1.377.907 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 24 | | | | | | |
| BEI | | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | | 92.571 | | 92.571 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | | Outros ao custo amortizado | Nível 2 | 436.056 | 657.604 | 445.408 | 656.903 |
| Uso do bem público | 27 | Outros ao custo amortizado | Nível 2 | 258.344 | 253.945 | 258.344 | 253.945 |
| | | | | **4.761.073** | **4.338.963** | **4.769.848** | **4.339.243** |

**36.1.2 Valor justo**
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia e de suas controladas pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures que, nestes casos, o valor contábil pode diferir ao seu valor justo.
As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:
(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira;
(ii) Títulos a receber: são constituídos por Contratos de Cessão de Crédito celebrados entre a controlada Lajeado e as empresas Tangará Energia S.A. e Rede Energia S.A.. Na controladora encontram-se registrados nesta rubrica as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" de emissão da Investco. As características de ambos instrumentos financeiros estão destacadas na nota 9;
(iii) Consumidores e concessionárias: o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro;
(iv) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contemplando apenas os valores devidos sem margem de lucro e contratos de mútuos, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado;
(v) Cauções e depósitos vinculados: são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 24;
(vi) Ativos financeiros disponíveis para venda: as ações do grupo Rede Energia são registradas como disponível para venda e marcadas a mercado por meio de cotação na BMF&Bovespa (Nota 15);
(vii) Ativo financeiro indenizável: estes ativos financeiros estão registrados pelo valor justo do direito na data da demonstração financeira e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, homologados pela ANEEL a cada 3 ou 4 anos em laudo de avaliação da BRR. As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão. Do montante total de R$940.160, R$558.864 referem-se aos valores homologados pela ANEEL no 3º ciclo de Revisão Tarifária Periódica e R$381.296 refere-se aos investimentos incorridos e que serão base para 4º ciclo de Revisão Tarifária atualizados pelo IGP-M até a data do balanço;
(viii) Ativos financeiros setoriais: estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados utilizando premissas observáveis para as distribuidoras do setor de energia elétrica nos períodos de reajustes e revisões tarifárias. Sua mensuração leva em consideração a diferença temporal entre os custos orçados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa conforme apresentado na nota 8. Devido a assinatura do aditivo ao Contrato de concessão, as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa passam a ter o direito assegurado pelo Poder Concedente do recebimento dos valores homologados e em constituição. As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente.
(ix) Outros créditos - Derivativos: são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo por meio de políticas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. São compostos por *hedge accounting* de valor justo da EDP Escelsa e EDP Bandeirante e sua evidenciação está descrita na nota 36.2.4 - Instrumentos financeiros derivativos;
(x) Fornecedores: tem giro constante e é composto, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado. Desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação;
(xi) Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto; e
(xii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M ou IPCA incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente. Para as controladas Enerpeixe e Investco a taxa de desconto é de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão. Para a controlada indireta Pantanal, a taxa de desconto é de 7,6% que representa a taxa de remuneração de capital (WACC regulatório). Para a controlada Energest, a taxa de desconto é de 6,92% que representa a taxa de financiamento do empreendimento.

**36.1.3 Mensuração a valor justo**
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e suas controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e de suas controladas:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas classificados como valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

**36.2 Gestão de risco**
A política de gestão de riscos da EDP Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e de suas controladas, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

**36.2.1 Risco de mercado**
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.
Os empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures captados pela Companhia e suas controladas apresentados nas notas 23 e 24, possuem como contraparte os bancos BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil, o Banco Santander, o Banco Itaú, o Banco Citibank, o Banco Bradesco, e os agentes fiduciários a Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a SLW Corretora de Valores e a Oliveira Trust. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia e suas controladas criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.
Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especifica mente, para a Companhia e suas controladas, Dólar e Euro, são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial à operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. As controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa possuíam derivativos de *swaps* com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações (Nota 36.2.4).
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

**36.2.1.1 Análise de sensibilidade**
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.
Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia e suas controladas efetuam avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.
As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

| | | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | *Aging* cenário provável | | | Cenário (I) | Cenário (II) | Cenário (III) | Cenário (IV) | Cenário (V) |
| **Operação** | **Risco** | **Até 1 ano** | **2 a 5 anos** | **Acima de 5 anos** | **Provável** | **Aumento do risco em 25%** | **Aumento do risco em 50%** | **Redução do risco em 25%** | **Redução do risco em 50%** |
| Aplicação financeira - CDB | CDI | 992 | | | 992 | 248 | 496 | (248) | (496) |
| **Instrumentos financeiros ativos** | **CDI** | **992** | | | **992** | **248** | **496** | **(248)** | **(496)** |
| Debêntures | CDI | (60.501) | (7.969) | | (68.470) | (15.267) | (30.185) | 15.634 | 31.654 |
| **Instrumentos financeiros passivos** | **CDI** | **(60.501)** | **(7.969)** | | **(68.470)** | **(15.267)** | **(30.185)** | **15.634** | **31.654** |
| | | **(59.509)** | **(7.969)** | | **(67.478)** | **(15.019)** | **(29.689)** | **15.386** | **31.158** |

| | | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | *Aging* cenário provável | | | Cenário (I) | Cenário (II) | Cenário (III) | Cenário (IV) | Cenário (V) |
| **Operação** | **Risco** | **Até 1 ano** | **2 a 5 anos** | **Acima de 5 anos** | **Provável** | **Aumento do risco em 25%** | **Aumento do risco em 50%** | **Redução do risco em 25%** | **Redução do risco em 50%** |
| Aplicação financeira - CDB | CDI | 45.240 | 209 | | 45.449 | 11.362 | 22.725 | (11.362) | (22.725) |
| Aplicação financeira - Debêntures | CDI | 11.256 | | | 11.256 | 4.450 | 7.229 | (1.138) | (3.946) |
| Cauções e depósitos vinculados | CDI | 4.724 | 862 | | 5.586 | 5.647 | 6.954 | 2.962 | 1.580 |
| **Instrumentos financeiros ativos** | **CDI** | **61.220** | **1.071** | | **62.291** | **21.459** | **36.908** | **(9.538)** | **(25.091)** |
| Debêntures | CDI | (224.551) | (321.579) | (2.591) | (548.721) | (115.693) | (228.923) | 118.277 | 239.263 |
| Empréstimos e financiamentos - CCB | CDI | (43.887) | (36.191) | | (80.078) | (17.803) | (35.212) | 18.219 | 36.875 |
| **Instrumentos financeiros passivos** | **CDI** | **(268.438)** | **(357.770)** | **(2.591)** | **(628.799)** | **(133.496)** | **(264.135)** | **136.496** | **276.138** |
| | | **(207.218)** | **(356.699)** | **(2.591)** | **(566.508)** | **(112.037)** | **(227.227)** | **126.958** | **251.047** |
| Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC | TJLP | (11.023) | (16.585) | (3.318) | (30.926) | (5.509) | (11.018) | 5.509 | 11.018 |
| **Instrumentos financeiros passivos** | **TJLP** | **(11.023)** | **(16.585)** | **(3.318)** | **(30.926)** | **(5.509)** | **(11.018)** | **5.509** | **11.018** |
| Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC | TJLP | 3.517 | 19 | | 3.536 | 4.396 | 5.247 | 2.667 | 1.788 |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | **TJLP** | **3.517** | **19** | | **3.536** | **4.396** | **5.247** | **2.667** | **1.788** |
| | | **(7.506)** | **(16.566)** | **(3.318)** | **(27.390)** | **(1.113)** | **(5.771)** | **8.176** | **12.806** |

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e de suas controladas (no caso do consolidado).
Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 12,00% e 9,25%; e TJLP em 5,50%.

**36.2.2 Risco de liquidez**
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 23 e 24.
A Administração da Companhia e de suas controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações efetivadas.
Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de suas controladas são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), Consumidores e concessionárias (Nota 7) e Ativo financeiro indenizável (Nota 19). A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2014 tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição.
Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros vincendos não contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 37.1.
A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, podendo ocasionar aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoelétricas, gerando maior necessidade de caixa para as distribuidoras e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.
A energia vendida pela geradoras dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.
Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, as geradoras utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.
A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros.
A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2014, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Até 1 mês** | **De 1 a 3 meses** | **De 3 meses a 1 ano** | **De 1 a 5 anos** | **Mais de 5 anos** | **Total** |
| **Passivos Financeiros** | | | | | | |
| Fornecedores | 2.528 | 11.325 | 157 | | | 14.010 |
| Partes relacionadas | | | 25.438 | | | 25.438 |
| Debêntures | | 262.284 | 330.414 | 249.839 | | 842.537 |
| | **2.528** | **273.609** | **356.009** | **249.839** | **-** | **881.985** |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Até 1 mês** | **De 1 a 3 meses** | **De 3 meses a 1 ano** | **De 1 a 5 anos** | **Mais de 5 anos** | **Total** |
| **Passivos Financeiros** | | | | | | |
| Fornecedores | 523.010 | 276.210 | 299.483 | 3.065 | | 1.101.768 |
| Partes relacionadas | (9) | | 25.438 | 7 | | 25.436 |
| Debêntures | 252 | 263.032 | 526.870 | 1.447.364 | | 2.237.518 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17.520 | 128.504 | 529.515 | 388.829 | 56.579 | 1.120.947 |
| Uso do bem público | 2.111 | 4.753 | 18.971 | 99.286 | 159.058 | 284.179 |
| | **542.884** | **672.499** | **1.400.277** | **1.938.551** | **215.637** | **4.769.848** |

**36.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas**
A Companhia e suas controladas possuem contratos de financiamento com cláusulas restritivas *(Covenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.
*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e de suas controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures podem acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 23 e 24. Até 31 de dezembro de 2014 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, com exceção de um *covenant* da Lajeado, para o qual obteve-se *waiver* para descumprimento em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD do dia 10 de dezembro de 2014 (Nota 23).
Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 37.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia e de suas controladas, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

**36.2.2.2 Capital circulante líquido - CCL**
**Controladora**
O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R$293.172 (R$385.458 positivo em 31 de dezembro de 2013). Esta posição é decorrente, principalmente, pela menor posição de caixa da Companhia no final de 2014 como resultado da elevação dos custos com compras de energia nas controladas por conta dos menores índices de pluviosidade históricos durante o ano de 2014, o que limitou o pagamento de dividendos das controladas para a Companhia. Nesse sentido, a Administração vem interagindo junto à administração pública federal e ao órgão regulador com o intuito de sensibilizá-los para a questão do descompasso de fluxo de caixa provocado pela subavaliação dos custos da energia elétrica considerado nas tarifas. Como resultado a administração pública federal e o órgão regulador tem tomado decisões e colocando em audiência pública propostas para reduzir o déficit tarifário nas distribuidoras, tais como o reajuste tarifário extraordinário, a elevação do WACC regulatório para o novo ciclo de revisão de 7,50% para 8,09%, a revisão de preço e cobertura das Bandeiras Tarifárias. Outra medida importante para o setor foi a aprovação da ANEEL do novo preço-teto para o PLD de R$822,83 para R$388,48.
Em conjunto com as medidas citadas anteriormente, a Administração da Companhia também está analisando alternativas com objetivo de alongar o prazo médio da dívida da Companhia, mantendo a liquidez necessária para continuar a fazer os investimentos necessários nos projetos em construção.
**Consolidado**
O capital circulante líquido Consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R$432.739 (R$108.907 positivo em 31 de dezembro de 2013). Esta posição é decorrente, principalmente, dos CCLs negativos apresentados pela Companhia e pelas controladas Enerpeixe e EDP Comercializadora.
Além das medidas adotas pela Companhia já descritas anteriormente, a Administração da Enerpeixe e da EDP Comercializadora, acreditam que ambas possuem liquidez satisfatória, representando condições adequadas para cumprir com as obrigações operacionais de curto prazo, dado que ambas recebem recursos suficientes dos contratos de venda de energia para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

**36.2.3 Risco de crédito**
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.
O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.
Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor as controladas ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. As regras para composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração das controladas.
A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos das controladas, pode-se levar em face a composição de 8,88% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 7.
A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam métodos tradicionais de cobrança por meio de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.
Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e suas controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.
A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**36.2.4 Instrumentos financeiros derivativos**
Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.
Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício.
Todas as operações com derivativos no consolidado referiam-se à EDP Bandeirante e EDP Escelsa. As controladas tinham contratado um instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de um *hedge accounting* de valor justo com a finalidade de proteger o passivo reconhecido junto ao Banco de Investimento Europeu - BEI.
Em 15 de agosto de 2014, com o pagamento antecipado do empréstimo junto ao BEI das controladas, também foi liquidado antecipadamente o *swap* relativo à proteção do respectivo empréstimo.
O ganho bruto da liquidação do *swap* foi de R$18.850, que representa R$16.022 líquido de Imposto de Renda.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados das controladas durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro abaixo:

| | | | | | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Nocional US$/EUR | | Nocional R$/US$ | | Valor Justo | | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
| Descrição | Controlada | Contraparte | Início Vencimento | Posição | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| ***Swap*** | | | | | | | | | | | | |
| Ativo | EDP Escelsa | Banco Goldman Sachs | 09/02/12 | Libor 6M + 1,275 % a.a. | | 19.740 | | 34.071 | | 46.610 | (922) | 6.034 |
| Passivo | | | 20/02/18 | 93,40% do CDI | | | | | | 35.125 | 2.064 | 1.414 |
| | | | | | | | | | - | **11.485** | **(2.986)** | **4.620** |
| Ativo | EDP Bandeirante | Banco Goldman Sachs | 09/02/12 | Libor 6M + 1,275 % a.a. | | 19.740 | | 34.071 | | 46.610 | (922) | 6.034 |
| Passivo | | | 20/02/18 | 93,40% do CDI | | | | | | 35.125 | 2.064 | 1.414 |
| | | | | | | | | | - | **11.485** | **(2.986)** | **4.620** |
| | | | | | | | | | - | **22.970** | **(5.972)** | **9.240** |

**36.2.5 Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

| | | Consolidado | |
|---|---|---|---|
| | Nota | 2014 | 2013 |
| Total dos empréstimos e debêntures | 23 e 24 | 3.358.465 | 3.259.446 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 6 | (826.971) | (924.146) |
| **Dívida líquida** | | **2.531.494** | **2.335.300** |
| **Total do Patrimônio Líquido** | | **6.566.803** | **6.253.173** |
| **Total do capital** | | **9.098.297** | **8.588.473** |
| **Índice de alavancagem financeira - %** | | 27,82 | 27,19 |

**37 Compromissos contratuais e Garantias**

**37.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2014, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2014 | | | | | 31/12/2013 |
| | 2015 | 2016 a 2017 | 2018 a 2019 | Acima de 2020 | Total | Total |
| Responsabilidades com locações operacionais | 37 | | | | 37 | - |
| Materiais e serviços | 82.979 | 77.149 | 9.171 | | 169.299 | 165.271 |
| Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 61.809 | 7.417 | | | 69.226 | 95.498 |
| | **144.825** | **84.566** | **9.171** | **-** | **238.562** | **260.769** |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2014 | | | | | 31/12/2013 |
| | 2015 | 2016 a 2017 | 2018 a 2019 | Acima de 2020 | Total | Total |
| Responsabilidades com locações operacionais | 4.953 | 1.293 | 45 | | 6.291 | 54.180 |
| Obrigações de compra | | | | | | |
| Compra de Energia | 3.194.399 | 4.780.217 | 4.004.052 | 18.096.255 | 30.074.923 | 30.399.463 |
| Comercialização de energia | 1.332.139 | 1.681.425 | 1.064.376 | 739.744 | 4.817.684 | 3.665.606 |
| Encargos de conexão e Transporte de Energia | 314.817 | 610.874 | 521.601 | 1.796.796 | 3.244.088 | 3.901.417 |
| Materiais e serviços | 830.710 | 726.935 | 21.239 | 13.909 | 1.592.793 | 1.452.215 |
| Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 272.586 | 256.521 | 85.881 | 4.705 | 619.693 | 1.060.761 |
| | **5.949.604** | **8.057.265** | **5.097.194** | **20.651.409** | **40.355.472** | **40.533.642** |

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas e estão ajustadas ao valor presente pela taxa de 8,90% que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP. As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional das companhias do Grupo.

**37.2 Garantias**

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| Tipo de garantia | Modalidade | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Aval de acionista | Seguro de vida | 42.708 | 42.435 | 302.990 | 287.008 |
| Depósito caucionado | Ações judiciais | 222 | 222 | 271 | 271 |
| | Empréstimos e financiamentos | 3.214 | | 44.880 | 43.422 |
| | Compra de energia | | | 3.689 | 4.601 |
| | Outros | | | 358 | 357 |
| Fiança bancária | Ações judiciais | 7.879 | 7.879 | 306.479 | 206.041 |
| | Compra de energia | | | 36.960 | 78.216 |
| | Empréstimos e financiamentos | | | | 77.550 |
| | Outros | 9.232 | 8.464 | 14.527 | 13.759 |
| Fiança corporativa | Compra de energia | | | 191.071 | 216.895 |
| | Empréstimos e financiamentos | | | 340.706 | 295.989 |
| | Debêntures | | | 455.401 | 454.697 |
| Recebíveis | Compra de energia | | | 281.626 | 121.687 |
| | Empréstimos e financiamentos | | | 60.454 | 76.290 |
| | Outros | | | 38.499 | 30.354 |
| Notas promissórias | Empréstimos e financiamentos | | | 266.811 | 82.330 |
| | Outros | | | 10.643 | 22.014 |
| Penhor de ações | Empréstimos e financiamentos | | | 615.948 | 615.948 |
| Penhor de direitos | Empréstimos e financiamentos | | | 204.590 | 295.989 |
| Seguro garantia | Ações judiciais | | | 3.987 | 182 |
| | Compra de energia | | | 12.592 | 5.883 |
| | Outros | 503 | 15.286 | 2.003 | 15.286 |
| | | **63.758** | **74.286** | **3.194.485** | **2.944.769** |

**38 Informações por segmento**

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

**38.1 Caracterização dos segmentos**

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos. A coluna "*Holding*" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

**38.1.1 Demonstração do Resultado**

| | 2014 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Distribuição | Geração | Comercialização | *Holding* | Outros | Eliminação | Total |
| **Receitas** | **5.627.495** | **1.433.346** | **2.862.162** | **7.840** | **7.827** | **(1.039.942)** | **8.898.728** |
| **Custo da produção e do serviço de energia elétrica** | | | | | | | - |
| **Custo do serviço de energia elétrica** | | | | | | | - |
| Energia elétrica comprada para revenda | (3.339.275) | (559.361) | (2.720.887) | | | 1.020.684 | (5.598.839) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (329.789) | (77.705) | (13.146) | | | 18.912 | (401.728) |
| Outros custos do serviço de energia elétrica | | | (13.240) | | | | (13.240) |
| | **(3.669.064)** | **(637.066)** | **(2.747.273)** | **-** | **-** | **1.039.596** | **(6.013.807)** |
| **Custo de operação** | | | | | | | |
| Pessoal | (195.761) | (25.937) | (5.162) | | (982) | | (227.842) |
| Materiais e serviços de terceiros | (197.044) | (31.908) | (2.951) | | (271) | 346 | (231.828) |
| Depreciações e amortizações | (170.556) | (104.100) | (49) | | | | (274.705) |
| Outros custos de operação | (30.417) | (2.268) | (2.209) | | (25) | | (34.919) |
| | **(593.778)** | **(164.213)** | **(10.371)** | **-** | **(1.278)** | **346** | **(769.294)** |
| | **(4.262.842)** | **(801.279)** | **(2.757.644)** | **-** | **(1.278)** | **1.039.942** | **(6.783.101)** |
| **Custo do serviço prestado a terceiros** | (299.691) | (298) | (280) | | | | (300.269) |
| **Lucro bruto** | **1.064.962** | **631.769** | **104.238** | **7.840** | **6.549** | **-** | **1.815.358** |
| **Despesas e Receitas operacionais** | | | | | | | |
| Despesas com vendas | (31.189) | 2.357 | 1.583 | | (189) | | (27.438) |
| Despesas gerais e administrativas | (206.900) | (58.656) | (8.223) | (138.190) | (562) | | (412.531) |
| Depreciações e amortizações | (8.649) | (33.062) | (471) | (7.460) | | (15.911) | (65.553) |
| Ganho na alienação de investimento | | | | 408.416 | | | 408.416 |
| Outras Despesas e Receitas operacionais | (98.848) | (43.481) | 32 | (1.639) | 2 | | (143.934) |
| | **(345.586)** | **(132.842)** | **(7.079)** | **261.127** | **(749)** | **(15.911)** | **(241.040)** |
| **Resultado das participações societárias** | | | | | | | |
| Equivalência patrimonial | | 68.779 | | 601.786 | | (742.014) | (71.449) |
| | **-** | **68.779** | **-** | **601.786** | | **(742.014)** | **(71.449)** |
| **Resultado antes do Resultado financeiro e tributos** | **719.376** | **567.706** | **97.159** | **870.753** | **5.800** | **(757.925)** | **1.502.869** |
| **Resultado financeiro** | | | | | | | |
| Receitas financeiras | 164.977 | 38.246 | 2.302 | 68.134 | 58 | (14.948) | 258.769 |
| Despesas financeiras | (284.294) | (172.436) | (10.773) | (122.200) | (3) | 14.948 | (574.758) |
| | **(119.317)** | **(134.190)** | **(8.471)** | **(54.066)** | **55** | **-** | **(315.989)** |
| **Resultado antes dos tributos sobre o lucro** | **600.059** | **433.516** | **88.688** | **816.687** | **5.855** | **(757.925)** | **1.186.880** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 618 | (73.177) | (29.223) | (5.948) | (913) | | (108.643) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (178.846) | 1.335 | (538) | (67.237) | | 5.410 | (239.876) |
| | **(178.228)** | **(71.842)** | **(29.761)** | **(73.185)** | **(913)** | **5.410** | **(348.519)** |
| **Resultado líquido do exercício** | **421.831** | **361.674** | **58.927** | **743.502** | **4.942** | **(752.515)** | **838.361** |
| Atribuível aos acionistas controladores | 421.831 | 266.815 | 58.927 | 743.502 | 4.942 | (752.515) | 743.502 |
| Atribuível aos acionistas não controladores | | 94.859 | | | | | 94.859 |

| | 2013 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Distribuição | Geração | Comercialização | *Holding* | Outros | Eliminações | Total |
| **Receitas** | **4.633.360** | **1.323.696** | **1.885.795** | **992** | | **(747.351)** | **7.096.492** |
| **Custo da produção e do serviço de energia elétrica** | | | | | | | |
| **Custo do serviço de energia elétrica** | | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | (2.552.509) | (188.458) | (1.785.691) | | | 726.732 | (3.799.926) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (232.885) | (83.294) | (13.833) | | | 20.429 | (309.583) |
| | **(2.785.394)** | **(271.752)** | **(1.799.524)** | **-** | **-** | **747.161** | **(4.109.509)** |
| **Custo de operação** | | | | | | | |
| Pessoal | (182.834) | (27.566) | (5.181) | | | (1.436) | (217.017) |
| Materiais e serviços de terceiros | (187.269) | (29.685) | (3.325) | | | (292) | (220.571) |
| Depreciações e amortizações | (234.324) | (103.532) | (63) | | | | (337.919) |
| Outros custos de operação | (27.017) | (2.678) | (324) | | | (479) | (30.498) |
| | **(631.444)** | **(163.461)** | **(8.893)** | **-** | **-** | **(2.207)** | **(806.005)** |
| | **(3.416.838)** | **(435.213)** | **(1.808.417)** | **-** | **-** | **744.954** | **(4.915.514)** |
| **Custo do serviço prestado a terceiros** | (330.922) | (1.064) | (235) | | | | (332.221) |
| **Lucro bruto** | **885.600** | **887.419** | **77.143** | **992** | | **(2.397)** | **1.848.757** |
| **Despesas e Receitas operacionais** | | | | | | | |
| Despesas com vendas | (55.012) | 1.247 | 1.327 | | | | (52.438) |
| Despesas gerais e administrativas | (266.828) | (68.004) | (9.703) | (102.102) | (312) | 2.397 | (444.552) |
| Depreciações e amortizações | (8.449) | (33.474) | (261) | (6.563) | | (15.936) | (64.683) |
| Outras Despesas e Receitas operacionais | (12.526) | (19.597) | (4) | (1.887) | 25 | | (33.989) |
| | **(342.815)** | **(119.828)** | **(8.641)** | **(110.552)** | **(287)** | **(13.539)** | **(595.662)** |

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | 2013 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Distribuição | Geração | Comercialização | *Holding* | Outros | Eliminações | Total |
| **Resultado das participações societárias** | | | | | | | |
| Equivalência patrimonial | | (124.799) | | 557.474 | | (573.102) | (140.427) |
| | - | **(124.799)** | - | **557.474** | - | **(573.102)** | **(140.427)** |
| **Resultado antes do Resultado financeiro e tributos** | **542.785** | **642.792** | **68.502** | **447.914** | **(287)** | **(589.038)** | **1.112.668** |
| **Resultado financeiro** | | | | | | | |
| Receitas financeiras | 119.672 | 33.271 | 2.097 | 37.541 | 942 | (11.388) | 182.135 |
| Despesas financeiras | (220.597) | (156.076) | (5.821) | (109.698) | (390) | 11.388 | (481.194) |
| | **(100.925)** | **(122.805)** | **(3.724)** | **(72.157)** | **552** | **-** | **(299.059)** |
| **Resultado antes dos tributos sobre o lucro** | **441.860** | **519.987** | **64.778** | **375.757** | **265** | **(589.038)** | **813.609** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (102.755) | (128.159) | (21.084) | (1.995) | | | (253.993) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (14.315) | 1.281 | (451) | 2.006 | 535 | 5.418 | (5.526) |
| | **(117.070)** | **(126.878)** | **(21.535)** | **11** | **535** | **5.418** | **(259.519)** |
| **Resultado líquido do exercício** | **324.790** | **393.109** | **43.243** | **375.768** | **800** | **(583.620)** | **554.090** |
| Atribuível aos acionistas controladores | 324.790 | 214.787 | 43.243 | 375.768 | 800 | (583.620) | 375.768 |
| Atribuível aos acionistas não controladores | | 178.322 | | | | | 178.322 |

**38.1.2 Balanço Patrimonial**

| | 31/12/2014 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Distribuição | Geração | Comercialização | *Holding* | Outros | Eliminações | Total |
| Ativo circulante | 2.131.219 | 530.308 | 362.445 | 586.837 | 6.872 | (494.062) | 3.123.619 |
| Ativo não circulante | 3.477.708 | 4.353.891 | 231.363 | 5.581.746 | 24.343 | (3.620.871) | 10.048.180 |
| Passivo circulante | 2.113.047 | 624.880 | 431.798 | 880.009 | 686 | (494.062) | 3.556.358 |
| Passivo não circulante | 1.520.118 | 1.001.408 | 73.110 | 397.561 | 3.474 | 52.967 | 3.048.638 |
| Patrimônio Líquido e Não controladores | 1.975.762 | 3.257.911 | 88.900 | 4.891.013 | 27.055 | (3.673.838) | 6.566.803 |

| | 31/12/2013 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Distribuição | Geração | Comercialização | *Holding* | Outros | Eliminações | Total |
| Ativo circulante | 1.402.694 | 908.308 | 318.013 | 1.048.372 | 1.223 | 1.028.334 | 4.706.944 |
| Ativo não circulante | 3.426.815 | 6.292.977 | 11.101 | 4.766.229 | 16.827 | (5.079.399) | 9.434.550 |
| Passivo circulante | 1.595.120 | 1.286.886 | 265.066 | 662.914 | 36 | 788.015 | 4.598.037 |
| Passivo não circulante | 1.442.942 | 2.638.724 | 62 | 578.470 | 4.914 | (1.374.828) | 3.290.284 |
| Patrimônio Líquido e Não controladores | 1.791.447 | 3.275.675 | 63.986 | 4.573.217 | 13.100 | (3.464.252) | 6.253.173 |

**39 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou as seguintes transações: (i) constituição de dividendos a pagar no valor de R$176.582; (ii) constituição de dividendos a receber no valor de R$241.245 e (iii) reversão de dividendos a receber para investimentos no valor de R$30.922. No consolidado, foram constituídos: (i) capitalização de juros de empréstimos e financiamentos ao imobilizado no valor de R$11.311. Todas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

**40 Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

| | Controladora 31/12/2014 | | Consolidado 31/12/2014 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor em risco | Limite máximo de indenização | Valor em risco | Limite máximo de indenização |
| Subestações | | | 913.338 | 91.383 |
| Usinas | | | 2.271.963 | 619.117 |
| Almoxarifados | | | 33.275 | |
| Prédios e conteúdos (próprios) | 2.611 | 62.311 | 41.509 | 62.311 |
| Prédios e conteúdos (terceiros) | 68.717 | | 102.815 | |
| Responsabilidade civil | 76.836 | 76.836 | 86.836 | 86.836 |
| Transportes (materiais) | | | 2.500 | 2.500 |
| Transportes (veículos) | 1.600 | 1.600 | 1.600 | 1.600 |
| Acidentes pessoais | 42.708 | (*) | 305.437 | (*) |

(*)Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R$51 e o limite máximo de R$517.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Controladora, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$6.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$15.086; e

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$55.750.

Os referidos seguros são estendidos às suas controladas, com exceção para cobertura de responsabilidade civil geral da Enerpeixe, que possui apólice própria, com limite de R$10.000.

**41 Eventos Subsequentes**

**41.1 Ação ordinária - Eletrobrás - EDP Bandeirante e EDP Escelsa**

As Distribuidoras promoveram ação ordinária contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, com pedido de antecipação de tutela em trâmite perante à 3ª Vara Cível de Brasília, visando o recebimento dos valores devidos pela Eletrobrás, por meio do mecanismo da subvenção econômica (Nota 16.1) e, subsidiariamente, a suspensão/compensação entre os créditos a receber da Eletrobrás com as obrigações mensais a recolher da Companhia referente a CDE (Nota 26). Os valores pendentes de pagamento pela Eletrobras até a data do protocolo da ação eram de R$94.760.

A ação foi proposta em 18 de dezembro de 2014 e, em 9 de janeiro de 2015, o pedido de liminar foi parcialmente deferido, autorizando somente a compensação entre créditos e débitos a partir da data do ajuizamento da ação.

A Eletrobras interpôs Agravo de Instrumento contra a referida decisão solicitando a suspensão da liminar que foi negada pelo Desembargador Relator do Tribunal de Justiça de Brasília.

**41.2 3ª Emissão de Debêntures Simples da Cachoeira Caldeirão no valor de R$156.500**

Em 02 de fevereiro de 2015, a Cachoeira Caldeirão concluiu o processo de emissão das Debêntures de Infraestrutura por meio da 3ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória a ser Convolada para a Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, no valor total de R$156.500 ao custo de IPCA + 7,2743% a.a.. Os pagamentos de juros e as amortizações serão realizados em 26 parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 15 de dezembro de 2017, até a data de vencimento em 15 de junho de 2030. Os juros incorridos entre a data de emissão e a data do primeiro pagamento serão capitalizados semestralmente.

Os recursos da emissão foram utilizados para pagamento do valor residual da 1ª Emissão de Notas Promissórias da Cachoeira Caldeirão, e para financiamento de parte dos investimentos da construção.

Entre a data da contratação, em 15 de dezembro de 2014, até a liberação efetiva dos recursos, em 02 de fevereiro de 2015, o montante foi corrigido pela mesma taxa da captação, sendo recebido pela Cachoeira Caldeirão o valor de R$160.251. O valor de R$3.751 foi registrado em contrapartida ao Resultado financeiro.

**41.3 Aneel aprova pleito da UTE Pecém I para cálculo do ressarcimento de energia**

Em 10 de fevereiro de 2015, a ANEEL proferiu decisão favorável ao pedido de reconsideração do cálculo de ressarcimento por indisponibilidade decorrente da energia não gerada pela UTE Porto do Pecém I. O cálculo considerava o Fator de Indisponibilidade - FID com base na capacidade instalada de 720 MW. Com a decisão, o FID será recalculado a partir da potência de 700 MW, consignada nos CCEARs. O recálculo será retroativo desde a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora (UG01) em dezembro de 2012 e da segunda unidade geradora (UG02) em maio de 2013.

O valor do FID com potência de 700MW será calculado pelo ONS. Na sequência, o cálculo será utilizado pela CCEE para encontrar o ressarcimento pago a maior e, posteriormente, passará por validação da ANEEL.

**41.4 Liberação de conta reserva junto ao BNDES - controlada em conjunto Porto do Pecém**

Em 13 de fevereiro de 2015, foi autorizado pelo BNDES, relativo ao contrato de financiamento da Porto do Pecém: (i) a utilização de recursos atualmente disponíveis na "Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES", exclusivamente para pagamento das parcelas do referido contrato de financiamento, com vencimento em 15 de fevereiro, março e abril de 2015; e (ii) a prorrogação, para 15 de fevereiro de 2016, do prazo para a constituição da "Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES", com recursos suficientes para pagamento de 6 meses de serviço da dívida do BNDES, nos termos do referido contrato de financiamento, condicionada à apresentação de carta de fiança bancária, apresentada nesta data, no valor de R$120.369 com validade mínima até 30 de abril de 2016.

**41.5 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE aprova compra de 50% da Porto do Pecém**

Em 20 de fevereiro de 2015 o CADE aprvou, sem restrições, a aquisição de 50% da Porto do Pecém pertecente à Eneva S.A. pela Companhia (Nova 5.14). A transação está sujeita ainda a outras medidas de natureza sicietária e contratual para a eficácia da transferência do capital referida acima.

**41.6 ANEEL aprovou as Revisões Tarifárias Extraordinárias da EDP Bandeirante e EDP Escelsa**

Em 27 de fevereiro de 2015 a EDP Bandeirante e a EDP Escelsa comunicaram ao mercado que a ANEEL, em reunião pública extraordinária de diretoria ocorrida nesta data, aprovou as revisões tarifárias extraordinárias a serem aplicadas a partir de 2 de março de 2015.

Para a EDP Escelsa, o índice aprovado é de 33,27%. Em relação à tarifa praticada atualmente, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 26,83%, sendo 31,43% para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 23,62% para os consumidores atendidos em baixa tensão.

Para a EDP Bandeirante, o índice aprovado é de 32,18%. Em relação à tarifa praticada atualmente, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 25,12%, sendo 34,99% para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 17,83% para os consumidores atendidos em baixa tensão.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Ana Maria Machado Fernandes**
Presidente

**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**
Vice-Presidente

**Nuno Maria Pestana de Almeida Alves**
Conselheiro

**Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais**
Conselheiro

**Miguel Dias Amaro**
Conselheiro

**Pedro Sampaio Malan**
Conselheiro

**Francisco Carlos Coutinho Pitella**
Conselheiro

**Modesto Souza Barros Carvalhosa**
Conselheiro

## DIRETORIA

**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**
Diretor-Presidente

**Miguel Dias Amaro**
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

**Miguel Dias Amaro**
Diretor Vice-Presidente de Operações da Distribuição

**Elisa Saeko Ishizaka Turci**
Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade

**Luiz Otavio Assis Henriques**
Diretor Vice-Presidente de Operações da Geração

**Carlos Emanuel Baptista Andrade**
Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Desenvolvimento de Negócios

**Laércio Gomes Proença Jr.**
Contador - CRC 1SP216218/O-6

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

**EDP Energias do Brasil S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EDP Energias do Brasil S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Energias do Brasil S.A.e da EDP Energias do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

**Outros assuntos**

**Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 02 de março de 2015.

pwc

**PricewaterhouseCoopers**
**Auditores Independentes**
CRC 2SP000160/O-5

**Valdir Renato Coscodai**
Contador CRC 1SP165875/O-6